



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Mestrado em História Social da Amazônia

SINEI SOARES MONTEIRO

**Futebol, Ditadura e Trabalho: uma análise das relações políticas e  
sociais no campo desportivo paraense (1964 – 1978)**

Belém  
2009

SINEI SOARES MONTEIRO

**Futebol, Ditadura e Trabalho: uma análise das relações políticas e sociais no campo desportivo paraense (1964 – 1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor William Gaia Farias. (PPHIS/UFPA).

Belém  
2009

SINEI SOARES MONTEIRO

**Futebol, Ditadura e Trabalho: uma análise das relações políticas e sociais no campo desportivo paraense (1964 – 1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor William Gaia Farias (PPHIS/UFPA).

Data de Aprovação:  
Banca Examinadora:

---

Professor Doutor William Gaia Farias (PPHIS/UFPA)

---

Professor Doutor Antônio Maurício Costa (Membro - PPHIS/UFPA)

---

Professor Doutor Bernardo B. Buarque de Hollanda (Membro Externo/ PUC-RJ)

A Força maior do Universo,  
Aos amores da minha vida,  
Ana Maria e João Oliveira.  
Meus irmãos, meus sobrinhos,  
Aos apaixonados pela magia do futebol.

## AGRADECIMENTOS

Como um bom jogador que começa nos campos improvisados até se consagrar nos grandes gramados do futebol dou o pontapé inicial nesse trabalho, que tem sido meu companheiro durante cinco anos, seja nas primeiras palavras ditas dentro de um trabalho de pesquisa até os primeiros fachos de idéias rasas, muitas das vezes sem o menor sentido para o propósito acadêmico.

Assim começava minha trajetória por esse fantástico mundo do futebol, nesse processo da busca de sentidos para todas as minhas indagações, aos poucos foi percebendo o quanto seria difícil traçar limites dentro da vasta documentação que a cada dia encontrava; com isso se descortinava cada vez mais diversas possibilidades, somente a partir disso comecei a encontrar sentido para o meu propósito, afinal de contas a história se justifica pela presença de “carne humana” como dizia o grande historiador March Bloch.

Nesse longo caminho até aqui inúmeras pessoas foram de extrema relevância para que uma simples e inacabada idéia ganhasse o tom de um trabalho científico. Sem elas certamente eu não teria conseguido juntar os rastros deixados nos fios das experiências humanas.

Parafraseando Hardmam, “começo pelo fim” não para estabelecer hierarquias de gratidão e reconhecimento, mas para demonstrar que só foi possível “reconstruir” essa história pela disposição e “bate-papos” nos arquivos por onde passei. Na biblioteca Artur Viana, destaco: Simone, Antônio, Eduardo e seu Ranolfo por quem nutrir uma grande simpatia, pois estava sempre pronto a me ajudar seja na busca dos jornais, bem como nas conversas sobre sua experiência enquanto jogador ainda jovem na base amadora.

Na Federação Paraense de Futebol agradeço duas pessoas que me receberam com muita simpatia, seu Juarez Escota que conseguiu diante da presidência a permissão para eu pesquisar nas atas e cedeu alguns contratos para reprodução, não poderia esquecer de seu Nestor, um dos funcionários mais antigo daquela instituição, sua simpatia e confiança muito contribuíram para a coleta das informações.

No Clube do Remo, sou grata ao Sérgio que pediu autorização ao presidente na época Raimundo Ribeiro, para que eu pudesse ter acesso nas atas do clube, e ao presidente por ter me deixado pesquisar nos documentos internos da instituição.

No arquivo da 8ª Região da Justiça do Trabalho depois de muita insistência recebi finalmente a liberação do diretor do arquivo, chegando às dependências do mesmo fui recebida muito bem por Nilson, responsável por aquela instancia, que ao longo da pesquisa

contribuiu muito ao disponibilizar a ajuda de outros funcionários para procurar os processos no vasto acervo existente, a esses de quem não recordo o nome, fica minha dívida.

Agradeço ainda aqueles que se tornaram sujeitos da minha pesquisa, ex-jogadores de futebol: Roberto Bacuri, Mesquita, Marinho que me receberam carinhosamente, ao Bacuri pela disposição em conceder a entrevista durante o período de férias em sua residência; à Mesquita pela simpatia em contar detalhes de sua carreira no futebol, pelas fotos cedidas, pela felicidade que me concedeu ao visitar o gramado do “Mangueirão” e pelos contatos com outros jogadores, e ao Marinho também pela simpatia que me recebeu, bem como na confiança de emprestar seus contratos de trabalho, o livro sobre o centenário azulino, de disponibilizar seus álbuns de fotografia, por intermediar o contato com Paulo Sérgio, o apresentador do programa “gastando a bola” na Rádio Clube do Pará.

Na imprensa desportiva contei com a colaboração de Paulo Sérgio, pois através dele conseguir entrevistas com Cláudio Guimarães e Guilherme Guerreiro, material de extrema relevância para a abordagem. Nessa caminhada fui presenteada com a participação do programa ao vivo na rádio onde tive o prazer de sentir de perto a interatividade do torcedor.

Agora devo citar aqueles que ora estiveram perto, ora distantes, a quem considero meus amigos de jornada acadêmica e de outros momentos: Daniella Moura, Sandra Letícia, Rui, Roberto, Aldair, Amarílis, Amílcar, Benedito. Cada um com uma participação importante, seja no apoio no momento das crises, nas conversas e leituras do texto, nas indicações bibliográficas, nas intermediações com sujeitos ligados ao futebol paraense.

Ainda preciso registrar os amigos conquistados no decorrer da vida: Conceição, Maria José, Izane, Lucilene e Sarah. Amizades de longos anos e de pouco tempo, mas fundamentais nos momentos de incertezas.

Resta-me nesse momento a responsabilidade de falar do meu orientador a quem tenho uma dívida enorme, pois foi ele quem incentivou, apostou na minha aprovação no programa de mestrado, sempre perguntando “e então já se inscreveu, essa é a hora, o momento certo”, suas indagações contrastavam com a minha desmotivação naquele momento em que se busca afirmação profissional sem respostas sólidas. Não se resume a isso, também agradeço pelas orientações ao longo do trabalho.

Não poderia esquecer dos professores que muito contribuíram nesse ensaio, com seus comentários, indicações de bibliografia, direcionamento de temáticas, críticas, enfim com suas experiências profissionais: Fernando Artur Neves, Maurício Costa e Franciane Lacerda.

Nesse momento agradeço a força maior do universo, pela sabedoria, paciência, força que me concedeu durante a composição dessa dissertação. Aproveitando para deixar

registrada sua gratidão em me conceder à presença de meus pais, Ana Maria e João Oliveira, meus irmãos, Wendell, Sidnei, Leide e Josiane, da minha cunhada Silvana, sobrinha Keila e minha prima Elenice, do amor, da força e da compreensão que todos tiveram na minha ausência por conta do trabalho.

Futebol se joga no estádio?/

Futebol se joga na praia, /

Futebol se joga na rua, /

Futebol se joga na alma.

{Carlos Drummond de Andrade}

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>05</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 - FUTEBOL E DITADURA MILITAR NO BRASIL .....</b>	<b>20</b>
1.1 – UM PANORAMA DA AÇÃO MILITAR NO CAMPO DESPORTIVO .....	20
1.2 – FUTEBOL E DITADURA NA IMPRENSA PARAENSE.....	35
<b>2 – FUTEBOL, LAZER E POLÍTICA EM BELÉM DO PARÁ .....</b>	<b>50</b>
2.1 – O PODER QUE VEM DAS ARQUIBANCADAS: O SIGNIFICADO DO FUTEBOL NA CAPITAL PARAENSE .....	50
2.2 – “TREMENDO REBOLIÇO: UM ESTÁDIO NA SELVA” .....	65
2.3 – “BOMBA NO FUTEBOL PARAENSE”: A CRIAÇÃO DA ESPECIALIZADA E SEUS REFLEXOS .....	95
<b>3 - FUTEBOL, LEGISLAÇÃO E TRABALHO NOS GRAMADOS PARAENSES..</b>	<b>110</b>
3.1 - O PASSE NO BANCO DOS RÉUS.....	110
3.2- FUTEBOL “PAPA-CHIBÉ”: AMADORISMO VERSUS PROFISSIONALISMO ...	129
3.3 - ENTRE PASSES E IMPASSES: RELAÇÕES DE TRABALHO NOS GRAMADOS PARAENSES.....	140
<b>3.3.1 – Experiências individuais.....</b>	<b>143</b>
<b>3.3.2 – Relações contratuais .....</b>	<b>145</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>155</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>158</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>159</b>

## RESUMO

O presente trabalho dissertativo discute o significado do futebol na sociedade brasileira, em especial a paraense no século XX, mais precisamente no contexto da Ditadura militar no Brasil (1964-1978). Contando com uma diversidade de documentação dos arquivos da Biblioteca Arthur Viana, das atas de entidades desportivas, revistas esportivas, contratos de trabalho, processos e depoimentos, além de uma vasta bibliografia referente ao objeto de investigação. Este ensaio objetiva a compreensão das relações sociais e políticas construídas ao longo do século XX dentro do campo desportivo paraense, com ênfase para as negociações e conflitos estabelecidos no processo de construção do estádio de futebol estadual “o Mangueirão”, bem como a criação e reafirmação da Federação Paraense de Futebol; inserida ainda nessa análise as relações de trabalho estabelecidas entre os sujeitos envolvidos diariamente com o futebol paraense.

**Palavras – chave:** futebol, ditadura, trabalho.

## ABSTRACT

This dissertation will discuss the relevance of soccer in Brazilian society, especially in the state of Pará in the 20<sup>th</sup> century, more precisely in the context of a military dictatorship that reigned in Brazil back then (1964-1978). It is based on substantial documentation from Arthur Viana Library's archive, sports organizations' records, sports magazines, work contracts, lawsuits and statements, and also a huge bibliography covering that topic. This paper will help understand how social and political relationships were built in connection with local sports activities during the 20<sup>th</sup> century, highlighting negotiations and conflicts that took place in the construction process of the Mangueirão state soccer stadium, including the foundation and fortification of the Soccer Federation of Pará, and performs an analysis of work relationships established among the people daily involved with soccer in Pará.

**Keywords:** soccer, dictatorship, work

**LISTA DE ABREVIATURAS**

UFPA	Universidade Federal do Pará
FPF	Federação Paraense de Futebol
FPD	Federação Paraense de Desporto
CBD	Confederação Brasileira de Desporto
FIFA	Federação Internacional de Football Association
PCB	Partido Comunista Brasileiro
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
FDP	Fundação Desportiva Paraense
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
FAS	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
ESTACON	Estacas, Saneamento e Construção
CND	Conselho Nacional de Desporto
STJD	Superior Tribunal de Justiça Desportiva
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FAAP	Fundação de Assistência ao Atleta Profissional
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
CRD	Conselho Regional de Desporto
CJC	Junta de Conciliação e Julgamento
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

## LISTA DE CHARGES E FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Carlos Alberto Torres e o presidente Médice em Brasília.....	26
Fotografia 2 – Pelé segurando a Taça Jules Rimet em Paris.....	31
Fotografia 3 – Propaganda de fósforo.....	41
Charge 4 – “Pra frente Brasil”.....	43
Charge 5 – “Futebol de... cadência” .....	45
Charge 6 – “Viva o Coutinho”. .....	45
Charge 7 – Representação do Partido ARENA.....	47
Charge 8 – Representação do Partido ARENA.....	47
Charge 9 – Representação da sociedade brasileira.....	48
Fotografia 10 – A torcida azulina em festa na capital paraense.....	60
Fotografia 11 – Invasão de campo pela torcida no estádio.....	64
Fotografia 12 – Propaganda política.....	71
Fotografia 13 – Planta do projeto do estádio “ Mangueirão”.....	75
Fotografia 14 - Visita ao Mangueirão.....	77
Fotografia 15 - Reunião da comissão de assuntos ligados a construção do Mangueirão na sede da FDP.....	82
Fotografia 16 – Vendas de cadeiras cativas na sede social da Assembléia Paraense.....	84
Fotografia 17 – Lado oeste do Mangueirão.....	85
Fotografia 18 – Inauguração do Mangueirão na Rodovia Augusto Montenegro.....	92
Fotografia 19 – Inauguração oficial do estádio “Mangueirão”.....	92
Fotografia 20- O ex – governador Alacid Nunes e jogadores na inauguração .....	93
Fotografia 21 – Operários descerrando a placa de inauguração do estádio de futebol.....	94
Fotografia 22 – Homenagem do governador ao torcedor paraense.....	94
Charge 23 – Representação das eleições na PF.....	105
Fotografia 24 – Posse de Juvêncio Dias no auditório da SUDAM.....	107
Charge 25 – Obra de Arte.....	108
Fotografia 26 - Autoridades no Planalto Central em Brasília.....	125
Fotografia 27 - Autoridades no Planalto Central em Brasília.....	125
Fotografias 28 – Dirigentes do Comercial Futebol Clube.....	138
Fotografias 29 – Time do Comercial Futebol Clube.....	138

## INTRODUÇÃO

O estudo sobre o futebol no Brasil até a segunda metade do século XX não apresentava destaque na historiografia brasileira. Contudo, não era situação específica dessa área do conhecimento, pois, como salienta Tarciso Normando “os historiadores, tanto quanto os demais cientistas sociais, emudeceram por um longo período, deixando que um silêncio desconcertante se espraiasse pelos gramados, arquibancadas, pelos meandros do esporte nacional”<sup>1</sup>.

Contrariando esse quadro, Normando nos adverte para a importância do futebol para a compreensão das experiências sociais no campo desportivo<sup>2</sup>. Na mesma direção de análise, Leonardo Pereira aponta críticas quanto ao debate insuficiente acerca do futebol no Brasil no contexto em destaque e reafirma a necessidade de análise do mesmo.<sup>3</sup>

Somente a partir dos anos 70, com a perspectiva dos *Annales* e da Nova História Cultural, é que os *tabus intelectuais*, aos poucos, foram cedendo espaço para novas temáticas, até então consideradas pouco atraentes para alguns pesquisadores. Entre a variedade de temas situavam-se os que investigam as práticas esportivas.

No campo de produção acadêmica, o resultado dessa abertura é bastante expressivo, pois há um número considerável de trabalhos sobre o futebol nas universidades brasileiras. Em Belém, especificamente, no curso de história da Universidade Federal do Pará, a abordagem sobre o futebol paraense também já é uma realidade<sup>4</sup>. Mas, apesar dessa produção, ainda existem consideráveis lacunas e muito a ser discutido sobre o futebol regional. Portanto, a idéia de estudar o campo futebolístico no Pará surge justamente na tentativa não somente de

---

<sup>1</sup>Cf. Artigo “O futebol como objeto de investigação acadêmica”. Disponível em: <http://www.efdesportes.com>. Revista Digital Buenos Aires, ano 8. n.58. Acesso março de 2003.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Sobre essa questão o autor nos informa que apesar de se constituir num fenômeno nacional, poucos trabalhos sobre o esporte em destaque têm conseguido aprofundar o debate. Ver. Pereira, Leonardo A.M. *Footbalmania: Uma história Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000. p. 15.

<sup>4</sup> Cf. BARROS, João de Jesus de Souza. *História e memória do futebol em Portel*. 2001. TCC (Trabalho de conclusão de curso em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Breves, 2001; GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. *Diversão, rivalidade e política: o Re X Pa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará (1905-1950)*. 2007. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2007; MAGALHAES, Sandra Letícia Ferreira. *Futebol é coisa de mulher*. 2005. TCC (Trabalho de conclusão de curso em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2005; MONTEIRO, Sinei Soares. *Identidade e Cultura no cotidiano das Torcidas Organizadas de Futebol do Clube do Remo*. TCC (Trabalho de conclusão de curso em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2005; MONTEIRO, Sinei Soares. *Futebol “Papa – Chibé”: identidade e política nos bastidores do Regime Militar (1969-1978)*. 2007. Monografia (Especialização em História Social da Amazônia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2007; ARAÚJO, Rafael Gomes. *A Copa de 1970 na Imprensa Paraense*. 2008. TCC (Trabalho de conclusão de curso em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2008.

alargar esse campo de análise, mas, indubitavelmente, compreender o futebol como um objeto rico de significado social, político e cultural. Desse modo, o tema central dessa dissertação refere-se à relação entre futebol, Ditadura Militar e trabalho em Belém do Pará.

A escolha pelo futebol enquanto objeto de análise tem implicação acadêmica<sup>5</sup>, explica-se, sobretudo, pela experiência de compartilhar desde a infância de diálogos sobre tal prática esportiva na família e de frequentar espaços destinados ao “bolapé”<sup>6</sup>. Dessa maneira, surgiu a inquietação de compreender os aspectos que permeiam os significados do futebol e suas implicações na sociedade paraense, atentando para as relações políticas e sociais nesse campo, com o propósito de trazer para o “palco”, os acontecimentos que norteiam as experiências dos sujeitos envolvidos com o futebol.

Apesar do objeto a ser estudado situar-se na perspectiva de um lugar específico (Belém), isso não significa que a dimensão do micro e do macro esteja descartada da análise, pois, como afirma Lepetit, o real não é hierarquicamente trabalhado pela escala, não importando se a abordagem privilegia o micro ou macro, o importante é perceber os diversos pontos de vista dos jogadores de futebol e dos indivíduos que vivenciaram os bastidores desse esporte na segunda metade do século XX dentro dessas escalas<sup>7</sup>. Para Guriêvitch, não há antagonismos entre a “micro-história e a macro-história, ambas estão numa relação de complementaridade”<sup>8</sup>. Nesse sentido o objeto desse trabalho partiu das relações entre os sujeitos no futebol paraense estabelecendo na medida do possível diálogo com as experiências dos demais indivíduos envolvidos no campo futebolístico brasileiro.

O recorte temporal escolhido na abordagem partiu das diversas questões surgidas no campo futebolístico dentro do contexto do Golpe civil-militar no Brasil, como a conquista do Tricampeonato Mundial, a criação da Federação Paraense de Futebol, a construção do estádio estadual de futebol paraense e os problemas de ordem profissional dos jogadores de futebol com a polêmica Lei do Passe Livre.

Sendo o futebol um campo amplo de possibilidades, foi-nos oferecido um rico material de análise. Em vista disso, cabe ressaltar a influência da leitura de obras de historiadores da escola dos *Annales* na construção desse trabalho, principalmente no que se

---

<sup>5</sup> Refiro-me a pesquisa que participei como bolsista sobre o Centenário do Clube do Remo, na qual a UFPA entrou com a parceria de subsidiar a pesquisa, sendo resultante desse trabalho minha temática de conclusão de curso.

<sup>6</sup> A expressão surgiu como proposta de nacionalização do inglês football: foot (pé) ball (bola), que por motivos que vão desde a sonoridade à falta de bom gosto não tivera uma boa aceitação.

<sup>7</sup> LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In. REVEL, Jacques (org) Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.100.

<sup>8</sup> GURIÊVITCH, Aaron. “Conclusão”. A síntese histórica e a escola dos annales. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.275.

refere às novas abordagens e concepção de fontes. Nesse sentido, a documentação analisada forma um conjunto, destacando-se as atas, jornais, revistas, entrevistas, processos trabalhistas e contratos de trabalho. A respeito do ofício do historiador, José Carlos Reis enfatiza a proposta inovadora dos *Annales*, a renovação e a diversificação do arquivo do historiador, avaliando os benefícios trazidos por essa abordagem para a pesquisa e para a constituição do conhecimento histórico. Baseando-se nessa concepção, buscou-se na pesquisa, como assinalou o autor acima, “vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo”<sup>9</sup>.

Diante da análise de um número bastante expressivo de fontes, tivemos dificuldades quanto à seleção das mesmas, mas com bastante cuidado tentou-se refletir acerca de como proceder ao interpretá-las. Lembrando Le Goff, quando afirma que o documento deve ser criticado, já que o mesmo “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”<sup>10</sup>. Nesse sentido, a análise documental priorizou investigar os aspectos que norteiam as relações entre os sujeitos no futebol paraense na segunda metade do século XX, com o objetivo de perceber as idéias e os interesses de quem os produziu.

Com base nesse conjunto de percepções, o primeiro capítulo versa sobre a utilização política do futebol e seu significado no contexto da Ditadura Militar no Brasil, com ênfase para a repercussão do futebol em Belém do Pará nesse contexto. Os jornais da capital paraense foram as fontes primordiais para a análise dos diversos discursos sobre futebol e sociedade. Nesse sentido, a conquista da Copa de 70 apresenta-se como elemento estratégico das políticas militares que se utilizaram desse acontecimento para difundir, por meio de uma eficiente propaganda, nacionalmente e internacionalmente a imagem de um país a caminho de um suposto progresso.

Em contrapartida, as copas posteriores (1974 e 1978) marcaram uma fase crítica no futebol brasileiro, pois diante do fracasso da Seleção Brasileira no Campeonato Mundial e da falta de incentivos que contemplassem os clubes de futebol sem distinção, os campeonatos nacionais e regionais apresentavam indícios de falência.

Ainda nesse capítulo, discute-se a presença da imprensa desportiva paraense na disseminação do regime militar nos anos iniciais de sua consolidação, bem como nos momentos de crise do regime, sendo utilizado para a análise os discursos dos jornais, as

---

<sup>9</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.24.

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, Campinas: Unicamp, 1992.

crônicas esportivas, entrevistas de profissionais ligados ao rádio paraense e as charges publicadas nos referidos periódicos.

No segundo capítulo, a discussão é centrada em três questões fundamentais: o significado do futebol para os paraenses, a construção do Estádio Mangueirão e a criação da Federação Paraense de Futebol (FPF). Procuramos compreender como o futebol alcançou os espaços da elite paraense tornando-se já na primeira metade do século XX um fenômeno popular. Essa disseminação ocorre a partir do surgimento de clubes de futebol local, dos festivais esportivos que ocorriam nos bairros de Belém e das famosas pelepas entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club. Esses elementos foram essenciais para compreender a importância dessa modalidade esportiva na vida dos paraenses no período analisado (1964-1978).

No segundo momento, buscamos averiguar o surgimento do projeto de construção do estádio estadual de futebol na capital paraense, contextualizando as ações políticas e sociais do momento vivenciado, não ficando a análise restrita à esfera do político, mas trazendo para o debate o significado de se construir uma praça desportiva na capital paraense e quais os sentidos disso na vida dos paraenses. Além disso, discute-se ainda, as relações políticas a partir da criação da especializada por grupos distintos do futebol paraense (dirigentes de clubes, políticos, militares e cronistas esportivos).

Nesse sentido, apresentamos as disputas que envolveram diferentes sujeitos quando da proposta de criação de uma federação específica para atender os anseios do futebol paraense; e de, outro lado, as negociações com representantes da entidade responsável por todas as modalidades esportivas, Federação Paraense de Desportos, (FPD) e com o representante da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havellange.

Depois de consolidada a Federação Paraense de Futebol, mostramos como, ao longo da década de 1970, a entidade responsável pelo futebol no Pará foi ganhando, aos poucos, notoriedade na imprensa paraense e na vida dos clubes, e de que maneira esteve envolvida em conflitos com os desportistas, divergências que foram resolvidas em alguns momentos pela intervenção do governo, principalmente quando a questão se referia ao embate entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club. Mas, na maioria dos casos, os embates resultaram na política de conciliação entre os indivíduos envolvidos.

Não faltou nessa análise a presença dos indivíduos (militares, políticos, dirigentes, jornalistas) que nos possibilitou analisar como ocorriam as relações dentro de um campo específico da sociedade, o futebol. Quanto à presença da crônica esportiva, convém dizer, que esta nos ajudou com as matérias que apresentam em certa medida fragmentos dessas relações

dentro e fora das federações esportivas e daquilo que a crônica considerava importante trazer ao público.

No terceiro capítulo, traçamos uma abordagem sobre o campo desportivo paraense a partir da criação de leis desportivas, especialmente, a Lei do Passe Livre. Durante o contexto do militarismo, algumas leis foram criadas pelo governo federal com o objetivo de racionalizar esse espaço, cuja perspectiva baseava-se no discurso de assegurar direitos trabalhistas ao atleta profissional.

Face ao intuito da esfera pública juntavam-se outros projetos, que de certa forma apregoavam medidas de favorecimento aos atletas profissionais da bola; porém várias contradições foram visualizadas nesses projetos na medida em que interesses distintos faziam parte das relações políticas entre os sujeitos envolvidos. Somava-se a isso ainda o fato de não haver convergência entre a Consolidação das Leis Trabalhistas e a Justiça Desportiva.

Outro aspecto analisado refere-se à relação entre profissionalismo e amadorismo dentro do campo futebolístico paraense. Nessa categoria foi passível de percepção permanências e mudanças tanto na estrutura de trabalho oferecida aos atletas quanto nas negociações contratuais e nas posturas disciplinares que envolviam dirigentes e jogadores.

No tocante às relações de trabalho nos gramados paraenses, investigamos os pressupostos responsáveis pela ausência da consciência de classe no campo desportivo, pois partimos dessa hipótese a partir do conceito estabelecido por E. Thompson quando discute essa categoria, sendo, ao longo da análise, confirmada quando comparada à formação da classe operária no Brasil, visto que se em determinado momento da história do futebol paraense houve uma intenção de organização por parte dos profissionais da “pelota”, essa possibilidade não se concretizou por diversos motivos, sendo de maior evidência o individualismo que imperava nas relações profissionais, bem como o forte paternalismo que envolvia os sujeitos em questão.

Vimos ainda, as divergências que cercavam as relações trabalhistas dentro e fora do âmbito desportivo, para isso contamos com a utilização de processos da década de 70 disponíveis na Justiça do Trabalho em Belém do Pará, com ajuda dos depoimentos de ex-jogadores, jornais da capital paraense, atas e contratos. O entrecruzamento desses documentos nos ofereceu condições para detalhar a complexidade das relações de trabalho no futebol paraense.

Dentro dessa dinâmica merece também destaque a participação da imprensa desportiva paraense e, em certa medida, os torcedores dos clubes locais que estiveram direta ou indiretamente envolvidos nas relações contratuais dentro do futebol paraense.

Convém dizer que a utilização das fontes orais não se fez em função de cobrir os buracos presentes, mas essencialmente na perspectiva de novas possibilidades, tanto que foram selecionados cinco sujeitos ligados ao futebol paraense. A escolha dos mesmos não foi aleatória, mas com base na trajetória dos profissionais em destaque e, principalmente, no acesso a esses indivíduos.

Dois dos três jogadores entrevistados, Mesquita e Marinho, atuaram pelos três times de maior expressão na capital paraense no período estudado. Roberto Bacuri também teve uma grande expressividade pelo Paysandu Sport Club. Da imprensa desportiva, contamos com a participação de Guilherme Guerreiro e Cláudio Guimarães. Buscamos entrevistar jogadores de outros clubes, mas não conseguimos êxito, porém não consideramos que essa ausência foi um empecilho diante das diversas possibilidades existentes.

Pelo contrário, o depoimento dos sujeitos entrevistados nos possibilitou novas indagações, nem sempre passíveis de respostas, mas de certa maneira de grande relevância para o exercício que se tentou delinear na análise. As perguntas foram elaboradas de acordo com a temática em estudo, mas no decorrer do depoimento de cada sujeito sofreram alterações necessárias ao trabalho.

Dentro desse quadro, merece destaque a ação dos sujeitos em evidência ao longo da abordagem, pois sem eles seria impossível chegar até aqui, pelo menos esboçar uma possibilidade histórica.

## CAPÍTULO I

### Futebol e Ditadura Militar no Brasil

#### 1.1 – UM PANORAMA DA AÇÃO MILITAR NO CAMPO DESPORTIVO

No Domingo, 21 de junho de 1970 o Brasil conquistava a IX Copa do Mundo no México numa final surpreendente em que a “máquina canarinho” venceu a Itália por 4x1. Este acontecimento, festejado em todas as capitais brasileiras, retirava de foco as políticas ditatoriais do governo Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), sendo reforçado através dos discursos veiculados pela imprensa brasileira a imagem de uma nação sem contradições.

Nesse sentido, a vitória da Seleção Brasileira no México era concebida pela crônica esportiva e por alguns jornalistas como uma superação de inferioridade do povo brasileiro diante do conceito de civilização estabelecido pelo modelo europeu. Do lado das autoridades militares, buscou-se, com essa conquista, positivar a nação e propagar a idéia de progresso e desenvolvimento.<sup>11</sup>

O fascínio que o futebol exerce nas sociedades contemporâneas é um fenômeno “universal”, sendo visível desde os primeiros momentos de sua propagação quando de sua criação na Inglaterra no final do século XIX. Desse modo, cada sociedade apropriou-se desse esporte de acordo com suas vivências culturais e práticas políticas.

O surgimento desse esporte está relacionado com o advento da Revolução Industrial, que criou uma rede de práticas associadas à linguagem capitalista. Hobsbawm, analisando o surgimento de elementos para compor o que denomina de “tradições inventadas”, nos informa: “[...] as sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior que antes[...]”.<sup>12</sup>

Seguindo as considerações de Hobsbawm, cabe ressaltar o destaque do autor ao surgimento do futebol na Europa no final do século XIX, considerando-o como “a

---

<sup>11</sup> Cf. O Liberal, 23/06/1970, 3º caderno, p.5.

<sup>12</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric e TERENCE, Ranger. A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.11.

transformação mais espetacular” da sociedade daquele momento, a isso ele denominou de “cultura masculina do futebol”.<sup>13</sup>

No Brasil, a chegada do futebol se fez acompanhar de pequenos grupos ligados a uma elite, tal como ocorrera em alguns países, mas foi ganhando, aos poucos, contornos próprios, sendo praticado nos terrenos baldios, onde funcionários das fábricas ou até mesmo outros sujeitos proseavam e se deleitavam com uma pelada<sup>14</sup>.

Dos campos improvisados até seu reconhecimento pelas autoridades governamentais, não se levaria muito tempo, portanto, desde a primeira década do século XX já se notava a presença de políticos nos espaços pertinentes ao futebol. Porém, sua utilização como instrumento de propagação política remonta ao governo Vargas, por volta da década de 30, que reforçou a expansão desse esporte na sociedade, servindo como meio essencial de criação de identidade no Brasil.

Nesse contexto, figuras ilustres como Gilberto Freyre e João Saldanha aproveitavam esse momento para levantar a bandeira em favor do futebol brasileiro<sup>15</sup>. De acordo com Gisella Moura, Freyre figurou como “pioneiro” nas discussões acerca das características do futebol que envolvia a mestiçagem brasileira<sup>16</sup>.

Enquanto Getúlio Vargas buscou no futebol um importante apoio para efetivar seu projeto de construção da nacionalidade brasileira, durante o período militar esse esporte passaria por mudanças consideráveis no tocante às relações políticas desenvolvidas no campo desportivo dentro e fora do país, servindo aos militares como elemento de propaganda do governo.

Segundo Gilberto Agostino, a tomada do poder pelos militares em 1964<sup>17</sup> representou mudanças nos “rumos do futebol Brasileiro”, pois:

---

<sup>13</sup> Para Hobsbawm “o modelo da cultura futebolística não se diferenciava nos lugares onde se praticava, pois era um modelo nacional, pois o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial”, p. 289-291.

<sup>14</sup> Haroldo Maranhão define o termo da seguinte maneira: (Fem. Substantivado do adj. pelado; sem pêlo.) S. f. jogo bruto inspirado no futebol de campo, de número incerto de jogadores, praticado em campo acanhado e de terra.

<sup>15</sup> Cf. CALDAS, Waldemyr. Aspectos Sócio-políticos do Futebol brasileiro. In: Dossiê Futebol: Revista USP, n. 22, 1994.

<sup>16</sup> Cf. MOURA, Gisella de Araújo. O Rio corre para o Maracanã, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21.

<sup>17</sup> Segundo Frederico o golpe no Brasil “foi o ponto final de uma série de tentativas golpistas ocorridas na América Latina, ele resultou do conluio entre militares e seus aliados”<sup>17</sup> Ver. FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois. São Paulo: Edusc, 2004, cap. 6, p.103.

[...] O Estado, reorganizado pelos novos donos do poder, estabeleceu a partir daí uma série de imposições disciplinadoras no universo esportivo. Uma dessas primeiras demonstrações, com vistas a enquadrar nosso futebol às novas diretrizes governamentais, foi o cancelamento, pela Confederação Brasileira de Desportos, de uma partida entre as seleções brasileira e soviética [...]<sup>18</sup>

A tentativa do governo de afastar e isolar grupos simpatizantes dos ideais comunistas estava presente nos mais diversos discursos sociais divulgados de forma contundente nos meios de comunicação do país. Dessa forma, o futebol também se enquadrava nessa lógica servindo como um modelo a ser seguido por outros segmentos da sociedade, pois a negação da partida de futebol da Seleção Nacional com os soviéticos não deixava dúvidas quanto à postura política assumida pelo governo.

Segundo Franco Jr., na Copa de 1966 realizada na Inglaterra, a política desenvolvida pelos agentes da Confederação Brasileira de Desporto serviu mais como articulação política para promover a candidatura de João Havelange ao cargo de presidente da FIFA do que à preparação dos atletas para o campeonato em si. Por outro lado, ainda acrescenta que a exposição do selecionado brasileiro nos diversos amistosos dentro e fora do país foi de fundamental importância naquele momento para a solidificação da política dos militares, pois “era interessante para passar a imagem de normalidade política e para desviar o foco das oposições, que se fortaleciam cada vez mais, sobretudo com a dissolução dos partidos políticos existentes e com a implantação do bipartidarismo”.<sup>19</sup>

De fato, a Seleção Brasileira não alcançou êxito no campeonato mundial, sendo eliminada nas oitavas-de-final pela Seleção Portuguesa por 3x1. Nas palavras de Franco, “desta vez a seleção não foi recebida com festa”<sup>20</sup>. Essa reação se comprovava nos meios de comunicação no Pará que pouco destaque atribuiu ao acontecimento; em vez do êxito no futebol, o destaque dos jornais paraenses ficava por conta das disputas políticas no Estado.

Em 1968, era a vez de mais um militar assumir o cargo de chefe político da nação, Emílio Garrastazu Médice aparecia na cena política como uma figura desconhecida, mas logo se destacaria, principalmente pela sua aproximação com o esporte mais popular do país, o futebol. Para Gilberto Agostino, foi no governo de Médice que houve a intensificação relacional entre o futebol e política, através da criação de uma eficiente propaganda que

---

<sup>18</sup> Cf. AGOSTINO, Gilberto. “Aquela corrente pra frente”. In. Revista Nossa História, p.14.

<sup>19</sup> Cf. FRANCO JR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.116.

<sup>20</sup> Idem, p.140.

objetivava “transformar o general (...) em torcedor número 1, articulando os trunfos futebolísticos à imagem de Brasil — potência que o governo se esforçava em difundir.”<sup>21</sup>

Embora Agostino demonstre a estratégia política utilizada pelo governo, deixa claro que não se pode atribuir a ação do presidente apenas a uma ação meramente política, pois como afirma: “era um apaixonado pelo esporte, a ponto de interromper reuniões ministeriais para saber os resultados dos jogos [...] o novo presidente se arriscou várias vezes a frequentar estádios lotados [...]”<sup>22</sup>

A entrada de Médice no governo inaugurou um período marcado pela intensa repressão com o AI-5 e o futebol tornou-se “instrumento da ditadura”. Dentro das ações do governo, um fato curioso marcou as relações dentro do comando da seleção, tratava-se da escolha do jornalista João Saldanha, no ano de 1969, uma figura bastante polêmica, pois” mantinha estreitas ligações com o PCB, o que provocava desconforto à direita e à esquerda”. Apesar do sucesso de Saldanha nos amistosos e nas eliminatórias para a Copa de 70, sua permanência no comando do Selecionado durou poucos meses.<sup>23</sup>

Uma das importantes estratégias de atuação do governo Médice foi a utilização de discursos que propagavam a consolidação da unidade nacional em torno da imagem do futebol brasileiro. É nesse sentido que se deve perceber a constituição de discursos que atuavam no sentido de legitimar a identidade no Brasil.

[...] Hoje o povo brasileiro, também está interessado no desenvolvimento de seu país. Readquiriu a confiança em seus governantes e clama, espontaneamente, um nacionalismo há muito sufocado. E foi o esporte, que fez soar a campainha para despertar quase 100 milhões de habitantes espalhados nestes 8,5 milhões de quilômetros quadrados de solo brasileiro [...]<sup>24</sup>

Quem nunca jogou bola não deve ser considerado um filho legítimo da Pátria. Muita gente acha que isto devia estar na constituição e é por isso que todo mundo saiu, mas para comemorar uma vitória [...]. Aos diabos com a conta da venda, com o salário que encolheu, com as previsões pessimistas.<sup>25</sup>

Foucault, ao analisar a lógica dos discursos, chama atenção para as relações intrínsecas que cercam o que denomina “campo discursivo”; sendo sua orientação voltada para

<sup>21</sup> AGOSTINO, op. cit., p.17

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Essa duração seria explicada pelo seu comportamento instável e, principalmente pelas declarações bombásticas sobre o presidente Médice e do jogador Pelé. Ver. FRANCO JR., op. cit., p. 141-142.

<sup>24</sup> Cf. A Província do Pará, 05/02/1971, 2º caderno. p.7.

<sup>25</sup> Ibid.

“compreender o enunciado na estreiteza e singularidade da situação [...] não se busca, sob o que está manifesto a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro [...]”<sup>26</sup>. Nesse sentido, a existência dos diversos discursos no campo desportivo no contexto militar, seja na figura do presidente, ou mesmo nos textos publicados pelos jornais, tinha um significado próprio do momento na medida em que se buscava reafirmar a identidade no Brasil.<sup>27</sup>

Compreender a construção de uma identidade social implica na percepção de vários grupos que se apresentam tal qual uma organização coletiva permeada de diversos simbolismos expressos nas relações cotidianas do campo esportivo (dias de jogos, datas comemorativas. etc.), sendo sua natureza constituída de afirmativas e negativas diante de certas questões<sup>28</sup>. Nesse sentido, Leonardo Pereira encarregou-se de discutir o futebol como elemento unificador da nação, afirmando ser esse esporte um dos principais meios de efetivação social<sup>29</sup>. Partindo das afirmações desse autor, compreende-se que o futebol serviria como elemento de grande relevância para consolidar e reafirmar o desejo coletivo da nação.

Guedes, analisando a defesa da Pátria Brasileira durante as disputa nas Copas Mundiais, afirma que há um movimento global na dimensão de ser brasileiro, visto que em torno do campeonato mundial o país atravessa “uma das mais legítimas manifestações de fervor patriótico e, junto com ela, uma experiência de igualdade poucas vezes experimentada”<sup>30</sup>.

É verdade que uma considerável manifestação unia brasileiros das mais diversas partes do país durante os jogos da Seleção na Copa no México e, durante a comemoração da conquista do tricampeonato, os grupos de esquerdas não poderiam ser condensados dentro de um mesmo conjunto, pois “acuada pela repressão e fragmentada em inúmeras tendências, encontrava-se dividida entre dar vazão ao sentimento nacionalista ou torcer contra o time brasileiro.”<sup>31</sup> Não eram somente os grupos armados de oposição ao regime militar que

<sup>26</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 31.

<sup>27</sup> Cf. DAMATTA, Roberto. “Antropologia do óbvio”. In. *Revista USP*, 1994.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_, *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro. Rocco. 1991.p. 17.

<sup>29</sup> Cf. PEREIRA, op. cit., p.45

<sup>30</sup> Cf. GUEDES, Simoni Lahuad. *Malandros, caxias e estrangeiros no Futebol: de heróis e anti- heróis*. In. *O Brasil não é para participantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois/ (orges.)* Laura Graziela Gomes, Lívia Barbosa, José Augusto Drumond. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>31</sup> Franco nos informa ainda que ocorreram inúmeras discussões nos aparelhos guerrilheiros sobre qual deveria ser a postura assumida por um verdadeiro revolucionário diante da situação. Sendo que muitos assistiram de forma clandestina a performance do selecionado brasileiro, porém muitos vibraram com o gol da Tchecoslováquia, abrindo desse modo fissuras irreparáveis nas mais aguerridas convicções ideológicas

gostariam de vibrar por uma derrota verde-amarela naquela tarde de domingo. Segundo Almeida e Weis:

[...] um grupo de amigos se reuniu em um apartamento da Rua Haddock Lobo, no Jardim Paulista, em São Paulo, para cometer, diante de um aparelho de TV, o supremo crime de lesa - pátria: torcer contra a Seleção numa final de Copa [...] Ao que soubessem, não havia entre eles ninguém que pertencesse a alguma organização de resistência armada ao regime [...]. Mas todos com certeza conheciam alguém que estava do lado de lá, davam dinheiro para esse ou aquele movimento, liam e passavam adiante panfletos com denúncias de torturas e eliminação de presos políticos, e até abrigavam pessoas perseguidas, em situação de extrema necessidade.  
32

As razões que explicam o apoio de um grupo de jovens intelectualizados da classe média urbana e, conseqüentemente, desses sujeitos estarem torcendo pelo fiasco da Seleção naquele momento é bastante revelador, pois eles “[...] abominavam o golpe militar que seis anos antes havia deposto um presidente e amputado as liberdades democráticas da Constituição de 1946[...]”.<sup>33</sup>

Em contrapartida ao desejo de derrota manifestado por aqueles jovens, a conquista da Taça “Jules Rimet” servira como objeto de extrema relevância para positivar a imagem do regime militar no país. Com isso o presidente Médice, numa perspicácia, conseguia articular a conquista desportiva ao discurso de progresso, utilizando-se de uma eficiente propaganda onde se estampava o slogan “Brasil ame-o ou deixe-o”.

Segundo Arlei Damo, a apropriação do futebol pela direita e pelos regimes antidemocráticos na América Latina foi um eficiente elemento de propaganda, constituindo-se a partir da década de 70 como “uma ocupação profissional e em um segmento em expansão da economia de mercado”, conseguindo sobreviver mesmo fora do quadro das ditaduras que sofreram descrédito no cenário mundial.<sup>34</sup>

As interpretações sobre a apropriação do futebol por grupos de direita têm servido como objeto de intensa investigação nas ciências humanas, mas é preciso redimensionar o foco para uma análise mais profunda, pois Stálin também se utilizou do sucesso do time de futebol F. C Start (formado em sua maioria de ex-jogadores do Dínamo de Kiev) em plena 2ª

<sup>32</sup>Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. Carro- zero e pau – de – arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v.4, p.320-322.

<sup>33</sup> Idem, p. 321.

<sup>34</sup>Cf. DAMO, Arlei Sander. Futebol e estética. Disponível em < <http://www.Scielo.br/> > Acesso em: 20. Maio. 2008, p.82.

Guerra Mundial como símbolo de resistência diante do avanço nazista na União Soviética.<sup>35</sup> Ainda sobre a utilização do futebol pela esquerda, Franco Jr. resalta a importância que o futebol adquiriu em dados momentos, especialmente durante a Guerra Fria para consolidar a causa socialista.<sup>36</sup>

Outra maneira do governo valorizar a conquista brasileira foi através da organização de uma grande festa para celebrar a chegada dos “heróis” nacionais. O presidente Médice, então, recebeu os jogadores em Brasília, acompanhado de autoridades políticas de várias capitais brasileiras e promoveu um discurso, comparando o desempenho da seleção ao milagre brasileiro.<sup>37</sup> Veja a imagem:

Foto 1: Carlos Alberto Torres e o presidente Médice em Brasília.



Fonte: Revista Nova História, n.14, 2004, p.18.

Enquanto a sociedade brasileira curti o feriado nacional e celebrava a conquista da Copa do Mundo, nos bastidores do regime deflagrava-se uma série de torturas, repressão, prisões e assassinatos eram cometidos contra cidadãos que negavam e tentavam derrubar o regime.<sup>38</sup> Do lado do governo celebrava-se o “crescimento na economia de mais de 10% ao ano, o que permitia a propaganda oficial afirmar que o “Brasil era o país do futuro, e associar o melhor futebol do mundo a um governo de torturas”.<sup>39</sup>

<sup>35</sup>Cf. DOUGAN, Andy. Futebol & Guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dínamo na Kiev ocupada pelos nazistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

<sup>36</sup> Cf. FRANCO JÚNIOR, op. cit.,p.56-59.

<sup>37</sup>Cf. AGOSTINO, Gilberto. “Aquela Corrente pra frente”. In Revista de História da Biblioteca Nacional, 2006.

<sup>38</sup> Cf. GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>39</sup>Cf. ALMEIDA, João Daniel de Lima e Santoro, Mauricio. A diplomacia dos gramados: In. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2006. p. 39.

A valorização a taça “Jules Rimet” foi outro instrumento simbólico utilizado para demonstrar a força e a lógica militar do regime, pois contou com a participação de “100 soldados da polícia militar, metralhadoras, cachorros, peruas e até um helicóptero”. Esse aparato todo fez parte da “Operação Júlia”, que tinha como objetivo proteger o troféu na capital paulista.<sup>40</sup> A adoção dessa política governamental, relacionando a qualquer custo a imagem de uma nação em desenvolvimento e sem contradições com a conquista do futebol no México, não expressa uma homogeneidade das idéias em sociedade, visto que havia vários movimentos de contestação ao regime.<sup>41</sup>

No campo futebolístico não seria diferente, pois em resposta a dominação política que imperava no futebol brasileiro surgiu em 1970 um movimento sem grande expressividade, liderado pelo diretor do Departamento Jurídico do Fluminense José Carlos Vilela, que objetivava para o ano seguinte “a saída de cartolas, desligamento da CBD e ampliação dos participantes nos campeonatos nacionais”.<sup>42</sup>

Em termos conjunturais a proposta de Vilela representava uma grande mudança no campo futebolístico, buscou ainda apoio do governo Médice. O que não significou ter alcançado sucesso, visto que seria muito difícil a desmontagem de uma estrutura arcaica dentro de um governo antidemocrático, outro fator decisivo era justamente a presença de um número considerável de cartolas no cenário político.<sup>43</sup>

A apropriação do futebol e as políticas adotadas pelo presidente Médice, como podemos perceber, não estiveram isentas de críticas e contestações, porém não se pode deixar de mencionar que, apesar das contradições existentes, o governo militar e seus colaboradores agiam na base da repressão ou, de modo mais sutil, desviando as atenções da sociedade ao conceder apoio ao esporte mais popular do país, liberando verbas para a realização de campeonatos nacionais, internacionais e para a construção de estádios de futebol em diversas capitais brasileiras<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup>Cf. Revista Veja 10/07/1970. n. 17.

<sup>41</sup> Um dos acontecimentos que exemplifica a ação de grupos contrários ao Regime Militar foi a ação de grupos guerrilheiros como VPR e ALN que seqüestraram o embaixador da Alemanha Vom Holleben com o objetivo de pressionar o governo a libertar alguns presos durante a realização da Copa no México. Cabe ressaltar, que nos jornais da capital paraense o assunto foi tratado minimamente, certamente para não colocar em xeque as fragilidades do Regime; enquanto nos periódicos nacionais como, por exemplo, a Revista Veja o assunto era tratado dentro das notícias sobre futebol, mas como um ato que colocava em evidência o terrorismo dos “inimigos da Pátria”. Ver Revista Veja, 17/06/1970, n. 16, p. 27.

<sup>42</sup> Cf. Revista Placar, 16/10/1970 n. 31 p. 35-36.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> Refere-se ao Campeonato Robertão em 1971 e Taça Independência em 1972.

Se no campo esportivo estas medidas obtiveram sucesso, no plano militar, na repressão social também o governo conseguiu alcançar êxito, pois “no final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes”<sup>45</sup>.

O prolongamento da política governamental com relação à utilização do esporte pelo regime foi articulado ainda em 1970 pelo presidente Médice, quando da realização da Taça Independência em 1972, para comemorar os cento e cinquenta anos de “independência” do Brasil. Desse modo, a Taça Independência foi articulada no sentido de promover a imagem do futebol dentro e fora do país; sendo organizada pelo governo federal, em conjunto com a CBD, uma superestrutura para abrigar os dezenove selecionados convidados para a realização do campeonato.

A organização desse evento envolveu milhões de cruzeiros, fato de extrema necessidade dos interesses do Estado brasileiro, que objetivava consolidar a imagem de um Brasil desenvolvido, utilizando-se de uma data propícia para o acontecimento, ou seja, comemorando o sesquicentenário da Independência brasileira<sup>46</sup>. A utilização política do futebol pelo Estado no Brasil foi compreendida por alguns estudiosos como um “poderoso instrumento de politicagem externa”, utilizado pelos governos para “construir uma imagem positiva do Brasil, dentro e fora do país em diferentes momentos da história”<sup>47</sup>.

Segundo Caldas, o governo brasileiro, em 1972, contava ainda com a simpatia do “rei do futebol” Pelé, que numa entrevista em Montevidéu sobre a ditadura no Brasil teria afirmado: “ *não há ditadura no Brasil. O Brasil é um país liberal, uma terra de felicidade. Somos um povo livre. Nossos dirigentes sabem o que é melhor para nós e nos governam com tolerância e patriotismo* ”.<sup>48</sup>

Se as declarações de Pelé escondiam as mazelas sociais e a repressão de um governo autoritário no Brasil, o fato é que o jogador não participou da Minicopa “alegando que sua imagem vinha sendo utilizada pelo regime para legitimar a ditadura no exterior”.<sup>49</sup> Sem a presença das Seleções da Alemanha, Inglaterra e Itália, que, por questões políticas, negaram-

---

<sup>45</sup> Cf. GASPARI, op. cit., p. 159.

<sup>46</sup> Cf. A Província do Pará, 07/04/1972. 2º caderno, p. 8.

<sup>47</sup> Cf. ALMEIDA e SANTORO, op. cit., p. 36-40

<sup>48</sup> Cf. CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. In: Dossiê Futebol. Revista USP. n. 22. Jun., Jul., Ago., 1994, p.49.

<sup>49</sup> Cf. AGOSTINO, op. cit., p. 20.

se a participar do campeonato, 20 Seleções disputaram a competição, sendo a final disputada por Brasil e Portugal. No dizer de Gilberto Agostino: “Cento e cinquenta anos depois, Colônia e Metrópole se encontravam, marcadas por um trágico destino comum: os dois sob governos ditatoriais – Portugal ainda vivia sob o regime salazarista.”<sup>50</sup>

A vitória da Seleção Brasileira sobre os portugueses, pelo magro placar de 1x 0, resultou na conquista de mais um troféu<sup>51</sup>. No pano político, o governo Médice atuava controlando “os principais órgãos de comunicação, fazendo florescer no país uma imprensa alternativa com a circulação do Pasquim e do Opinião”. Diferentemente das revistas, das emissoras de televisão e dos grandes jornais que, em certa medida, exaltavam o “Brasil Grande”, esses periódicos ironizavam e criticavam habilmente o governo<sup>52</sup>.

Em 1973, a CBD adotava a integração nacional do futebol, desenvolvendo uma política de integrar clubes das mais longínquas capitais brasileiras num campeonato nacional “do Amazonas ao Rio Grande do Sul, numa extensão de muitos milhões de quilômetros”<sup>53</sup>. Era o futebol sendo articulado na lógica do discurso militar, que propalava a necessidade de integração nacional. O maior exemplo desse modelo de desenvolvimento eram os projetos de aplicação do governo federal para a Amazônia, que tinham como interesse assegurar a ocupação daquele espaço e incrementar a economia nacional.<sup>54</sup>

Embora o futebol não tenha sido incorporado ao domínio estatal, as interferências das autoridades governamentais ao longo do desenvolvimento desse esporte no Brasil comprovam sua eficácia no cenário político. Desse modo, na esteira do sucesso do futebol brasileiro, o governo “pegou carona” para intensificar seu projeto nacionalista. Segundo Franco Jr., apesar dos esforços do governo na construção de estádios, ao apoio ao campeonato nacional, “a elevação dos preços do petróleo no mercado mundial em 1974 trazia de volta a inflação e o endividamento externo, revelando os limites do ‘milagre econômico’ e tornando visíveis os sinais de desgaste da ditadura”.<sup>55</sup>

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Os resultados que levaram a vitória brasileira foram: Brasil 0x 0 Tchecoslováquia, Brasil 3 x 0 Iugoslávia, Brasil 1 x 0 Escócia e Brasil 1 x 0 Portugal. Ver FANCO, op. cit., p.144.

<sup>52</sup> Cf. GASPARI, op. cit., p. 159

<sup>53</sup> Cf. A Província do Pará, 27/08/1973. 2º caderno, p.6

<sup>54</sup> PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós- 1964. Belém: Paka – Tatu, 2003, p.49- 104.

<sup>55</sup> Cf. FRANCO JR., op. cit., p. 144-145.

Enquanto no plano nacional o futebol ajustava-se aos interesses da entidade máxima (CBD), internacionalmente era questionado, pois nas partidas eliminatórias pela classificação para disputar a Copa do Mundo de 1974, a URSS foi eliminada da disputa pela FIFA, pois se negou a jogar a partida decisiva contra a Seleção do Chile no Estádio Nacional de Santiago. A decisão soviética ocorreu em função do estádio chileno ter sido utilizado para manter prisioneiros pela frente militar do governo que derrubou Salvador Allende<sup>56</sup>.

O futebol em 1974 foi marcado pela eleição de João Havelange<sup>57</sup> para a presidência da FIFA, pela ausência de Pelé na Seleção e pelo fracasso do Brasil no Campeonato Mundial. A vitória de um brasileiro para comandar os rumos do futebol no mundo foi concebida pelos órgãos da imprensa brasileira como uma nova era no esporte mundial, pois se derrubava “setenta anos consecutivos de liderança européia no futebol”<sup>58</sup>. Sobre essa vitória, o jornal *O Liberal* numa extensa matéria também assinalava uma perspectiva positiva “ [...] a vitória de Havelange é a dos que desejam que o futebol mundial evolua de acordo com a evolução de nosso mundo[...]”<sup>59</sup>.

A campanha política para eleger Havelange deve ser compreendida como um aspecto de relevância para o governo Geisel, que apoiou fortemente a campanha, visto que a vitória de Havelange representaria o fortalecimento do futebol brasileiro e, conseqüentemente, isso seria utilizado como imagem positiva do Brasil mundialmente.

A recusa do jogador Edson Arantes do Nascimento (Pelé) de voltar a compor o quadro da Seleção Brasileira em 1974 causara aos seus contemporâneos verdadeiro repúdio, sendo motivo de comentários da crônica local que enfatizava:

Todos aprendemos, na nossa educação cívica, que compete a cada cidadão, a cada súdito, da Nação, como dever indeclinável, amar e servir a sua Pátria, desde o compulsório serviço militar, com sacrifício de sangue em sua defesa quando necessário, desde o respeito e acatamento às leis que a regem – até às eventuais oportunidades que a ele, cidadão, se deparem, e, com a sua capacidade e os seus méritos pessoais, servi-la e engrandecê-la[...].

Ora, um dos setores da vida humana em que, nos tempos atuais inúmeros países conquistam ou porfiam em conquistar glória, é incontestavelmente o futebol; e não se pode negar a Pelé a preciosa parte que lhe cabe nas glórias do Brasil através das

<sup>56</sup> Cf. A Província do Pará, 13/11/1973. 2º caderno, p.6.

<sup>57</sup> O presidente eleito tinha 58 anos de idade na época venceu Sir Stanley Rous, de 79 anos, com a contagem de 68 votos contra 52 votos do seu opositor, sendo o primeiro mandatário extra-europeu da organização de futebol mundial.

<sup>58</sup> Cf. A Província do Pará, 12/06/1974. 1º caderno, p.10

<sup>59</sup> Cf. O Liberal, 12/06/1974. 1º caderno, p.17.

competições internacionais de aquele desporto. Mas um belo dia recuou. Desertou e coisas incompreensíveis desta via!- [...]

[...] Dando crédito aos entendidos, conclui-se que o Sr. Edson Arantes do Nascimento, ao desligar-se irrevogavelmente da seleção brasileira, sobrepôs os seus interesses e as suas conveniências materiais (apesar de já rico) ao seu dever de brasileiro para com a sua Pátria [...]<sup>60</sup>

Ivo Loureiro faz, através dessa crônica, um desabafo sobre a postura do jogador Pelé. Note que, ao discorrer sobre a atitude de abandono do atleta, ele enfatiza a ausência de amor à pátria brasileira, sentimento de coletividade nacional, que, aliás, o autor faz questão de exaltar em detrimento de qualquer interesse pessoal. Em um contexto propício aos discursos de fervor nacional, o comentário do referido cronista baliza a relação indivíduo versus sociedade. Franzini nos lembra que o sentimento de nacionalidade nem sempre esteve presente na sociedade brasileira, uma vez que na primeira participação da Seleção, tanto no Campeonato Sul Americano em 1919 quanto na Copa do Mundo em 1930, não se conseguiu unidade por parte dos brasileiros, especialmente paulistas e cariocas que viviam dentro de uma intensa rivalidade, situação que mudaria a partir do segundo mandato do governo Vargas.<sup>61</sup>

A decisão do maior craque de futebol naquele contexto denunciava suas relações políticas com o governo, pois se, há dois anos mesmo não fazendo mais parte do grupo que disputara a “Taça Independência”, ele ainda mantinha boas relações com os representantes do governo na CBD, inclusive sendo importante elemento de promoção da figura de João Havellange no exterior em campanha para o cargo de chefia da FIFA.

Foto 2: Pelé segurando a Taça Jules Rimet em Paris



Fonte: Revista Nova História, n.14, 2004, p.19.

<sup>60</sup> Cf. A Província do Pará, “Pelé e a sua deserção”, 11/06/1974. 1º caderno, p.14.

<sup>61</sup> Cf. FRANZINI, Fábio. Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 13-31.

Em 1974, a situação era diferente, uma vez que apesar da eleição do brasileiro, “o desgaste do governo militar chegou ao auge. A essa altura, tanto o dirigente como Pelé eram vigiados pelo DOPS, um dos braços repressores do regime”.<sup>62</sup> Nesse quadro, o futebol brasileiro não conseguiu repetir o sucesso da Copa de 70 no México, pois ao lado da economia não conseguiu alcançar o sucesso desejado pelo governo brasileiro; embora como nos informa Franco Jr. a CBD estivesse sob a direção do presidente da ARENA almirante Heleno Nunes e os principais cargos da seleção sob o controle também de militares, com exceção do técnico Zagallo<sup>63</sup>

Apesar da preocupação do governo em confiar aos seus designatários o comando da Seleção, os resultados alcançados no decorrer da competição denunciavam a fraqueza do futebol nacional. A situação do time brasileiro era evidenciada nos meios de comunicação, especialmente nos periódicos de grande circulação nacional como e o caso da revista Veja que divulgou com perplexidade a postura dos brasileiros nos gramados da Alemanha.<sup>64</sup>

A consequência da fraca atuação da Seleção foi sua eliminação nas semifinais para os holandeses pelo placar de 2 x 0. Em resposta a torcida brasileira promoveu enterros simbólicos em homenagem ao técnico Zagallo, sendo sua casa cercada e apedrejada por torcedores descontrolados com a derrota.<sup>65</sup>

A Copa de 1978 sediada na Argentina deve ser compreendida dentro do conjunto maior de crises que vinham ocorrendo no futebol brasileiro desde 1974. Devido a essa situação, os reflexos negativos não compreendiam apenas o evento mundial, como também os campeonatos nacionais, desarticulados em consequência da falência dos campeonatos regionais. Os insucessos da Seleção Brasileira no início da Copa Mundial foi motivo de preocupação e debate entre os militares que temiam serem derrotados politicamente caso a seleção do Brasil amargasse uma “eventual derrota na Argentina”<sup>66</sup>.

Como exemplo dessa inquietação política, destaca-se as declarações do Coronel Rubem Carlos Ludwig, porta-voz do presidente Geisel, que negava o beneficiamento dos

---

<sup>62</sup> Cf. AGOSTINO, op. cit., p. 20.

<sup>63</sup> A preparação da seleção dentro dos propósitos do militarismo se tornou naquele momento vital para o sucesso do time na copa e, conseqüentemente importante para o regime. Entre os militares destacam-se: coronel Tinoco Marques (chefe da delegação), major Kleber Camerino (secretariado), tenente Osvaldo Costa Lobo (assessoria), major Carlos Cavalheiro (supervisão), capitão Cláudio Coutinho e o tenente Raul Carlesso (preparação física). Ver FRANCO, op., cit, p.145 e AQUINO, op.cit., p. 95.

<sup>64</sup> Cf. Veja, 26/06/1974, p. 41.

<sup>65</sup> Cf. FRANCO, op.cit., p. 146.

<sup>66</sup> Cf. O Liberal, 08/06/1978. 2º caderno, p.3.

candidatos da ARENA caso a Seleção “Canarinho”<sup>67</sup> conquistasse o tetracampeonato mundial, embora em certo momento tenha admitido a importância de um resultado positivo para aquecer o “ânimo nacional”<sup>68</sup>.

Embora o discurso de Ludwig fosse utilizado com o objetivo de negar a utilização do esporte como objeto político, a prática desempenhada pelo presidente da CBD Almirante Heleno Nunes, de supervisionar e intervir fortemente na seleção brasileira<sup>69</sup> e as entrevistas concedidas por alguns jogadores, como foi o caso do centroavante Reinaldo, que teria afirmado “Serem os jogadores cabos eleitorais do governo”<sup>70</sup>, colocam em xeque os discursos oficiais e revelam a interferência do governo nos bastidores do futebol nacional, reforçando a tese da utilização desse esporte como estratégia política. Os discursos são práticas que operam dentro de uma lógica própria e de acordo com o lugar ocupado pelo sujeito em sociedade.<sup>71</sup>

Embora o quadro do futebol brasileiro parecesse sombrio, não faltaram por parte da imprensa brasileira sinais de apoio e motivação à delegação que foi disputar a Copa na Argentina. Embora longo, vale citar:

Quem for brasileiro que nos siga

Os vinte e dois jogadores que formam a Seleção Brasileira, o massagista, o roupeiro, os preparadores físicos, os médicos, o técnico, o Diretor de Futebol e o Presidente da CBD convocam os brasileiros natos ou de coração para torcerem pelo Brasil.

Os brasileiros que torcem em qualquer jogo de várzea e aqueles que só torcem mesmo de quatro em quatro anos.

Talvez a seleção que vá entrar em campo não bata com a que você escalou dentro da sua cabeça. Talvez o esquema tático a ser adotado não seja o mais discutido na sua roda.

Mas agora não é hora de dividir, e sim de somar.

Diante do aparelho de televisão, milhões de brasileiros vão usar a camisa torcendo.

Vão sofrer tanto quanto os outros onze que vão usar a camisa correndo no campo. Só que não terão a bola, nem a camisa, nem a chuteira.

Mas a torcida brasileira não está sozinha.

A Rede Tupi, com 19 emissoras, convocou a sua equipe para evitar que o torcedor também sofra com uma transmissão amadora. Ou com a falta de cobertura para algum jogo.

<sup>67</sup> Termo criado durante a Copa do Mundo da Suíça em 1954 pelo radialista brasileiro Geraldo José de Almeida em alusão a estréia do uniforme verde-amarelo.

<sup>68</sup> Cf. O Liberal, 09/06/1978. 2º caderno, p.2

<sup>69</sup> Idem, 08/06/1978. 2º caderno, p.3.

<sup>70</sup> Idem, 09/06/1978 2º caderno, p. 2.

<sup>71</sup> FOUCAULT, Arqueologia do Saber, op. cit.,.

A locução e os comentários serão feitos por profissionais que não dão bola fora, pois já ganharam outras Copas. Eles vão dar o colorido fiel de cada lance e de todas as partidas.

Quem for brasileiro verá.<sup>72</sup>

O anúncio da Rede Tupi, uma das maiores redes de comunicação no Brasil nesse contexto denuncia a expressividade que o futebol foi assumindo na sociedade, como também evidencia o espaço reservado ao esporte nos periódicos nacionais, na programação dos meios de comunicação: rádio e televisão. Afinal, era necessário se adequar ao gosto popular também por uma questão de sobrevivência. Não se pretende afirmar que o espaço conquistado pelo futebol nessas instituições foi resultado de questões puramente econômicas, porque se tratava de uma paixão já estabelecida entre os brasileiros.

Apesar da Seleção Brasileira não ter conseguido conquistar o Campeonato Mundial, sua derrota não abalou o sentimento patriótico, pois o fato da mesma sair desclassificada em função da derrota do Peru para Argentina pelo extenso placar de 6x0, causou entre a população um sentimento de repúdio aos argentinos que foram acusados de comprar a Seleção peruana. Desse modo, uma grande parcela da sociedade brasileira apoiou o técnico Cláudio Coutinho e recebeu a delegação brasileira em festa.<sup>73</sup>

Do lado da imprensa e da delegação brasileira, propagava-se à idéia de uma “vitória moral”, pois nossa seleção não tombou nos campos argentinos por uma derrota, mas por uma vitória duvidosa da Argentina que precisava de uma vitória pelo placar de quatro gols de diferença para obter a classificação para a partida final.<sup>74</sup>

Dentro do quadro de fissuras que se encontrava o futebol brasileiro e mergulhado numa crise sem precedentes com o fracasso do selecionado brasileiro no Campeonato Mundial, a falência dos Campeonatos nacionais e regionais surgiu na década de 80 um movimento de desportistas reivindicando não questões de cunho social, mas de caráter esportivo, “a democratização do futebol” por um grupo de jogadores do Corinthians em plena Ditadura Militar<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup>Cf. A Província do Pará, 01/06/1978, Província esportiva, p.7

<sup>73</sup>Cf. O Liberal, 27/06/1978 2º caderno. p.2

<sup>74</sup> Nesse momento a Argentina vivia dentro dos porões de uma ditadura. Ver. FRANCO JR., op. cit., p. 149-150.

<sup>75</sup>Cf. CALDAS, op. cit., p. 46-47. Os componentes desse movimento foram. Adilson Monteiro Alves, Sócrates, Walter Casa Grande, Wladimir, Juninho e outros.

Segundo Caldas a ação corinthiana era uma maneira de repudiar as políticas implantadas para o esporte nacional pelo regime ditatorial e criticar o governo. Outro jogador que se destacou nesse contexto foi Afonsinho, pois questionou publicamente o sistema durante o governo Médice e foi o primeiro atleta a denunciar a estrutura arcaica e autoritária em que repousava o futebol brasileiro. Um dos acontecimentos que marca essa postura do atleta é seu envolvimento com a questão do Passe Livre.<sup>76</sup>

Para Franco Jr., a “Democracia Corinthiana” foi além de um simples repúdio à política do governo, consistindo na mais relevante manifestação daquele período, pois pela primeira vez os jogadores “ foram convidados a participar de decisões até então monopolizadas pelos dirigentes”, e essa medida significava uma grande mudança nas relações políticas e sociais no Brasil, uma vez que essa “ democracia interna” denunciava a falta de liberdade política e, em certa medida, contribuía para o avanço da democratização que ocorreria anos depois no país.<sup>77</sup>

## **1.2 – FUTEBOL E DITADURA NA IMPRENSA PARAENSE**

O papel desempenhado pelos veículos de comunicação em relação à difusão do futebol no Brasil e no mundo tem sido, ao longo da história, desse esporte de vital relevância para a expansão de sua popularidade. Mas como compreender a dinâmica da imprensa brasileira nos anos de Ditadura Militar?

A censura aos meios de comunicação no Brasil tornou-se um debate significativo dentro da renovação dos estudos da história política. Embora não seja o propósito do presente trabalho discutir especificamente esse aspecto, ele será contemplado dentro da análise sobre o papel desempenhado pela imprensa paraense no tocante à difusão do regime militar, bem como na crítica ao regime na segunda metade da década de 70, a partir da participação do futebol brasileiro no campeonato mundial.<sup>78</sup>

Passados três anos do Golpe Civil-Militar no Brasil, seus ecos seriam sentidos novamente nos meios de comunicação paraense através de vários comentários parabenizando a ação vitoriosa da “Revolução”. Mas as congratulações em torno do terceiro aniversário daquele episódio não ficaram por conta apenas dessas notas, pois foi realizada uma disputa

---

<sup>76</sup> Sobre essa questão tratarei especificamente no terceiro capítulo.

<sup>77</sup> Cf. FRANCO JR., op. cit., p.151-152.

<sup>78</sup> Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky. (org.). São Paulo: Contexto, 2006, p.128-130.

futebolística no Estádio “Evandro Almeida” entre Clube do Remo e Tuna Luso Brasileira em homenagem à “Revolução” como nos informa o jornal “Folha Vespertina”.

Um dos mais empolgantes clássicos do futebol regional realizar-se-á amanhã, no estádio “Evandro Almeida” assinalando mais um advento da Revolução vitoriosa, Remo e Tuna serão os protagonistas desse espetáculo que numa homenagem toda especial à revolução será cobrado o preço módico de hum mil cruzeiros antigos.<sup>79</sup>

Observa-se como o futebol desempenharia nesse momento importante instrumento de propaganda do militarismo na capital paraense. A estratégia dos organizadores do campeonato paraense revela a presença de militares e simpatizantes do regime civil-militar nas instâncias da entidade desportiva, bem como a colaboração do governo estadual e dos responsáveis pelo periódico com a imagem positiva da ditadura.

Partindo dessa lógica, não bastava apenas simpatizar com aquele modelo, era necessário levar até às massas a idéia positiva de uma vitória em 64. E nada melhor que uma partida de futebol para expandir essas idéias. Desse modo, a participação da imprensa no Brasil em alguns contextos políticos conturbados foi de extrema relevância. Nas palavras de Luca: “[...] em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento [...]”.<sup>80</sup>

A IX Copa do Mundo coincidiu exatamente com o auge da repressão no Brasil e o futebol não escapou da linha dura do governo central. Rubim Aquino, avaliando a ação da esfera governamental na composição do selecionado brasileiro, informa sobre a extrema militarização dos componentes da seleção, tanto pelo caráter estético e disciplinar quanto da presença de autoridades militares no comando do grupo.

Nesse contexto, a sociedade brasileira vivia novamente a euforia de mais um campeonato mundial e as atenções estavam voltadas para a magnitude desse evento. Os meios de comunicação traziam diariamente comentários e especulações acerca dos rumos da Seleção Brasileira, que no dia 03 de Junho de 1970 estrearia no campeonato contra a Tchecoslováquia, provocando, assim, um espírito de ansiedade e de otimismo na população<sup>81</sup>.

Na capital paraense, a manifestação de idolatria ao futebol nacional não era diferente, uma vez que a disputa pela conquista da Copa do Mundo em 1970 fervilhava os ânimos dos

<sup>79</sup> Cf. Folha Vespertina, 30/03/ 1967, p.6.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Cf. Os jornais O Liberal, A Província do Pará, Folha do Norte e Folha Vespertina desde o mês de Maio em diante.

paraenses que transformavam a cidade de Belém nos dias de jogos com faixas, cartazes, bandeiras, batucadas e muito barulho que se estendia até o alvorecer do dia<sup>82</sup>. Cabe ressaltar que a participação da sociedade paraense no futebol não estava restrita aos jogos da Seleção Brasileira, pois a paixão desses sujeitos pelo futebol já era sentida na segunda metade do século XX nas famosas pelepas entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club.

Apesar de Belém não ter sido contemplada com as transmissões ao vivo da Copa, esse fato não passou despercebido por alguns meios de comunicação local que destacavam “ah! O milagre que não chegou até aqui, a este começo ou fim de mundo, o andamento dessa estréia nervosa.”<sup>83</sup>

Um dado importante nessa nota jornalística não é necessariamente o repúdio do cronista esportivo, mas o lugar do Pará no Projeto de Integração Nacional, visto que ao lado da imagem positiva do futebol outro discurso se fazia presente nas ações do Estado, a construção da Transamazônica com o intuito de integrar a Amazônia a outras regiões do Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que havia um descompasso entre o discurso do governo e a realidade da região, pois, se a Copa de 1970 serviu de elemento integração da nação, não resta dúvida que evidenciou — mesmo sem qualquer intenção das autoridades — as disparidades regionais.

O projeto de integração da Amazônia ao restante do país foi desenvolvido no governo Juscelino Kubitschek, que colocou em ação um plano de desenvolvimento da região com a construção da Belém-Brasília. Com a chegada dos militares ao poder em 64, os projetos de desenvolvimento para a região passaram para o comando desse grupo. Desse modo, em 1966, em visita à capital Amazonense, o presidente da República, marechal Humberto Castello Branco em discurso afirmou a necessidade de ocupação daquele espaço, que representaria na sua lógica desenvolvimentista a união das regiões brasileiras, bem como a garantia de receitas favoráveis na economia. Para Pere Petit, o discurso promovido pelo general não deve ser compreendido somente pelos “aspectos socioeconômicos, pois, para a cúpula das Forças Armadas, a Amazônia era também, ou principalmente, um problema geopolítico”.<sup>84</sup>

No mandato do general Garrastazu Médice desenvolveu-se, segundo Petit a segunda fase da política econômica do governo federal para a Amazônia Legal, sendo priorizados “os

---

<sup>82</sup> Cf. Os jornais O Liberal, A Província do Pará e Folha do Norte do mês de Junho de 1970.

<sup>83</sup> Cf. Folha Vespertina, 03/06/1970. 2º caderno, p.2

<sup>84</sup> Cf. PETIT, op. cit.,

projetos de colonização na Transamazônica”, política que resultou numa grande concentração fundiária nas mãos de pequenos grupos.<sup>85</sup>

A ausência da transmissão ao vivo não impediu que o paraense vivesse euforicamente a emoção da Copa, pois os apaixonados pelo esporte tinham como possibilidade a transmissão do rádio que não pode ser minimizada diante de toda sua extensão aos lares paraenses. Cláudio Guimarães relembra a participação das transmissões radiofônicas durante a Copa de 70, afirmando que não existia em Belém uma autonomia das rádios locais, pois a “Rádio Clube fazia com a Rádio Nacional do Rio, a Rádio Liberal com a Rádio Globo e a Radio Marajoara com a Rádio Tupi”. Havia por parte das emissoras regionais toda uma estratégia para retransmitir os jogos da Seleção Brasileira, como por exemplo: eleição de praças que serviam para que cada emissora colocasse seus estúdios e fizesse a alegria dos torcedores.<sup>86</sup>

Essa inexistência de autonomia nas retransmissões das rádios locais é confirmada também por Guilherme Guerreiro, ao afirmar que “ninguém tinha força de comando para os eventos nacionais e internacionais”<sup>87</sup>; o fato das rádios paraenses dependerem das grandes emissoras do Brasil não significa que não tivessem importância, porque, embora as mesmas não disponibilizassem de um grande aparato em termos técnico e pessoal, contavam certamente com um público elevado<sup>88</sup>. Além da transmissão dos jogos pelas rádios, outra possibilidade era o *vídeo-tape* que, mesmo apresentando os lances mais importantes do jogo já ocorrido, não deixava de se constituir em motivo de festa e comemoração na capital paraense.<sup>89</sup>

A participação dos veículos de comunicação na divulgação positiva dos governos militares na década de 70 é, sem dúvida, inquestionável. Como exemplo temos o destaque

---

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Cláudio Guimarães com 62 anos atualmente é um dos nomes mais respeitados na crônica esportiva paraense, começou sua trajetória profissional no rádio em Bragança sua cidade Natal, depois veio para Belém dando continuidade ao seu trabalho sempre voltado para o esporte. Tem um programa na rádio Clube do Pará e escreve no jornal Diário do Pará na coluna “Bola pra frente”. Entrevista concedida em seu apartamento localizado no edifício Manoel Pinto da Silva em Belém do Pará no dia 13/01/2009.

<sup>87</sup> Guilherme Guerreiro começou sua trajetória profissional no rádio em 1975. Entrevista concedida em seu local de trabalho, na empresa RBA localizada na Avenida Almirante Barroso entre Lomas Valentina e Perepebuí no dia 18/12/2008.

<sup>88</sup> Como indício dessa afirmação tem as notas dos jornais da capital paraense que fazem referências a um público elevado de torcedores comemorando a vitória da Seleção Brasileira, bem como os anúncios, em especial, da rádio Marajoara que aparecem no jornal A Província do Pará, em que o mesmo convida o ouvinte a escutar referias partidas de futebol.

<sup>89</sup> Cf. A Província do Pará, 04/06/1970. 2º caderno p.2.

dado pela imprensa paraense à disciplina militar que envolveu a preparação da Seleção para a disputa no México.

A Seleção Brasileira de 70 não foi obra de um milagre divino. Foi consequência de um trabalho consciente, estudo planejado e executado por homens competentes, [...]. A autodisciplina dos próprios jogadores contribuiu para o sucesso da Seleção Brasileira. Todos eles, imbuídos da enorme responsabilidade que pesava sobre os seus ombros, executam o sistema com seriedade.<sup>90</sup>

A nota acima destaca a disciplina como fator responsável pelo sucesso do Brasil no México. Dessa forma, o jornal local acentuava os valores do militarismo aplicados na preparação física dos atletas. Não se pretende, com isso, afirmar que os sujeitos que escreviam nos meios de comunicação paraense eram agentes a serviço do regime militar, mas não podemos deixar de perceber que eles tiveram importância crucial para o regime, visto que seus discursos apontavam simpatia pelo mesmo, ao exaltarem os benefícios da intervenção militar no futebol e em outros setores da sociedade.

Segundo Ana Maria Moreira, a convivência dos jornais paraenses na década de 60 com o regime militar não pode ser compreendida somente pela ligação política dos responsáveis e nem pela censura que teria sido “branda” em relação à imprensa no Sudeste do país, mas principalmente por questões de ordem econômica.<sup>91</sup> Se a imprensa no Pará sofreu, como afirma Moreira, uma censura menos rigorosa em relação aos principais veículos de comunicação do Sudeste do Brasil, seria um equívoco acreditar que não houve casos de intervenção militar nos meios de comunicação da capital paraense.

Como evidência dessa hipótese destaca-se o depoimento de Guilherme Guerreiro que nos informa:

Em Belém houve restrição à liberdade, aqui no Pará nós sofremos de forma velada [...] eu não vivi isso porque cheguei em 75, mas muitos jornalistas foram presos por serem considerados subversivos.

A fala acima nos remete a duas constatações importantes. A primeira, que vai ao encontro da afirmação de Moreira, e a segunda diz à respeito aos momentos de censura nos meios de comunicação paraense com o advento do AI-5.

<sup>90</sup> Cf. A Província do Pará, 07/10/1970. 2º caderno, p.2.

<sup>91</sup> Cf. MOREIRA, Ana Maria Leal. “Tem fotografia aqui”: Repórteres Fotográficos e Ditadura Militar em Belém (1964 – 1975). 2004. TCC (Trabalho de conclusão de curso em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2004, p. 36.

Um detalhe importante a se observar nessa fonte é o lugar social do sujeito, pois, ao rememorar o momento de repressão, ele não se insere enquanto indivíduo participante, mas enfatiza logo a seguir a existência de prisões de colegas de profissão que sofreram com as medidas repressivas do governo militar. Essa liberdade de evocar aspectos de um passado sem liberdade é possível pelo presente vivenciado pelo entrevistado. Nas palavras de Maluf, “[...] esforço de reordenação das imagens passadas é condicionado pelo presente de quem se lembra.”<sup>92</sup>

Certamente, a dependência financeira dos donos dos periódicos de Belém do governo federal, que garantia suas receitas, explica sua ligação com o regime. Contudo, não se pode entender esse vínculo somente pelo aspecto econômico, pois se deve mencionar as forças políticas do Estado, a repressão do governo e a simpatia da maioria desses sujeitos ao regime militar.

Se questões políticas e econômicas são aspectos que norteiam os discursos nos jornais e periódicos, não podemos limitar o entendimento partindo dessas duas possibilidades, pois se uma parcela da sociedade civil repudiou o movimento militar em 1964, outra parte significativa da sociedade saudou o acontecimento com entusiasmo. Portanto, esse saudosismo não foi exclusivo das classes dominantes. Desse modo, ao longo dos anos que se conviveu com o Regime Militar no Brasil, laços de identificação com os governos foram possíveis por grandes segmentos da sociedade civil.<sup>93</sup>

A celebração da conquista da Copa de 70 pelo time brasileiro recebia por parte do presidente Garrastazu Médice uma atenção diferenciada, à medida em que ele associava o sucesso do futebol ao crescimento econômico do país. Esse discurso se fazia presente nas extensas matérias do jornal “A Província do Pará”, que destacava:

[...] essa vitória decisiva nos campos do México, veio pôr fim a uma desagradável sensação de inferioridade [...] quando se unem todas para um fim comum desaparecem logo as manifestações de hostilidades. Se quiséssemos fazer uma comparação diríamos que os resultados obtidos pela Revolução no setor econômico também tivera o cordão de unir os brasileiros [...] o Brasil conseguiu evitar os extremos de uma ditadura.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> MALUF, op. cit., p.31.

<sup>93</sup> ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In. FERREIRA, Jorge. (org.). O Brasil republicano: o tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47.

<sup>94</sup>Cf. A Província do Pará, 13/06/1970. 1º caderno. p.3.

O trecho jornalístico dá ênfase ao sucesso dos programas implantados na economia pelos governos militares, afastando do seu conjunto político as medidas repressivas a que vinha sendo submetida a sociedade brasileira. No entanto, um aspecto a ser destacado na fonte refere-se ao sentimento de inferioridade da qual o autor da matéria faz questão de assinalar como sendo algo superado. Provavelmente, ao mencionar esse aspecto, o autor da matéria se referia ao desejo de romper definitivamente com o complexo de inferioridade relegado ao país diante do modelo de civilização europeia.

Franzini nos mostra que a imprensa brasileira, desde a primeira metade do século XX, quando da participação do Selecionado Brasileiro no Campeonato Sul-america, se utilizou do sucesso brasileiro para “destacar a relação entre o desenvolvimento esportivo do país e o aprimoramento da raça e da nacionalidade [...]”.<sup>95</sup>

A leitura do Brasil, através do jornal acima, deve ser compreendida dentro de uma dimensão de valores inversos, pois segundo DaMatta, “ O nosso futebol aciona uma visão de mundo na qual o fraco vira forte, o oprimido torna-se expressivamente dominante e o socialmente inferior transforma-se em herói[...]”.<sup>96</sup>

Os símbolos nacionais também serviram de elementos de legitimação da propaganda oficial do governo, visto que apareciam nos meios de comunicação diariamente durante a realização da Copa e, depois da conquista do Tricampeonato através de anúncios publicitários. Observe na imagem seguinte:

Foto 3: Propaganda de fósforos.



Fonte: A Província do Pará, 26/06/1978, 2º caderno, p.7.

<sup>95</sup> FRANZINI, op. cit., p.36.

<sup>96</sup> DAMATTA, Roberto. A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p.69.

O exemplo acima é uma demonstração da força que o futebol exerce na sociedade. E, certamente, o propósito do anúncio tinha como objetivo relacionar a eficiência do produto com a competência do Selecionado Brasileiro nos campos do México, bem como de demonstrar o sentimento de ser brasileiro. Provavelmente, não estava a serviço do militarismo, buscava, na verdade, apoio naquele momento para fortalecimento comercial. Portanto, não resta dúvida que essa política serviu como uma via de mão dupla, beneficiando tanto o fortalecimento do regime quanto a propagação do produto. A importância de perceber o significado dos símbolos para constituição de relações de poder na sociedade é enfatizada por Bourdieu, que ressalta:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...]<sup>97</sup>

Outra ação de relevância do governo federal no campo desportivo foi a realização da Minicopa em 1972, em comemoração ao sesquicentenário de independência brasileira. O presidente Médice aproveitando-se da conquista brasileira, lançou a divulgação deste evento, contando para isso, com o apoio da imprensa. Exemplo desse colaboracionismo esteve presente na manchete do jornal “A Folha do Norte”

O Brasil demonstrará ao mundo inteiro o poder de realização do seu povo [...] Para o presidente João Havelange, o torneio Independência que será realizado no Brasil em 1972 servirá para modificar a imagem negativa que maus brasileiros fazem de nossa pátria no exterior.<sup>98</sup>

A ênfase do periódico ao discurso do presidente da CBD João Havelange nos serve também como retrato do valor atribuído ao futebol dentro do contexto militar pela sociedade brasileira. Reflexo disso é a própria fala de Havelange, pois, como se pode perceber, o mesmo acredita ser o esporte o veículo capaz de modificar a imagem negativa do Brasil no exterior. Rafael Araújo nos informa que, em virtude da repercussão de uma ditadura no Brasil por exilados políticos, a “Taça Independência serviria justamente para se criar a imagem de um país sem conflitos e repressão política.”<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.11.

<sup>98</sup> Cf. A Folha do Norte, 04/11/1970. 3º caderno, p.5.

<sup>99</sup> ARAÚJO, op. cit., p.39.

Dentro do conjunto de crise que atravessava o país devido aos preços altos do petróleo em nível mundial e da falência do “milagre econômico” no país, já se fazia notar na imprensa da capital paraense a utilização de Charges com o apelativo de ironia aos usos do futebol na política nacional. Veja a seguir:

Charge 4: Pra Frente Brasil.



Fonte: O Liberal, 13/06/1974, 1º caderno, p.6.

O personagem retratado na iconografia assume papel de destaque, pois seu traje, seu semblante e o diálogo no telefone denunciam seu envolvimento com a política brasileira. À sua frente, o instrumento de comunicação do qual se ressaltam “slogans” alusivos à política do governo e ao futebol brasileiro. Todos os elementos que compõem a imagem expressam o contexto de crise na política e no campo desportivo, pois a representação coincide com a estréia da Seleção no Campeonato Mundial contra a Iugoslávia;<sup>100</sup> e como os ânimos não eram favoráveis devido à ausência das principais “estrelas” da Copa de 70<sup>101</sup>, o autor da charge não deixou de destacar sua percepção sobre o jogo político diante do futebol no Brasil.

Cabe destacar que, o espaço reservado à referida iconografia no primeiro caderno do jornal, é um indício da importância do futebol para a sociedade brasileira, sendo também um reflexo dos acontecimentos nos bastidores do próprio regime militar que caminhava para uma “lenta, gradual e segura abertura política”, sendo acompanhado também da liberdade de imprensa no país. Esse processo de abertura política no Brasil deve ser compreendido dentro de um quadro específico: “a crise do ‘milagre brasileiro’ em 1973, o ressurgimento do movimento operário e a política de alianças da oposição que buscou isolar politicamente a ditadura.”<sup>102</sup>

<sup>100</sup> Com um futebol pobre e sem criatividade o time brasileiro ficou no empate de 0 x0 contra a Iugoslávia.

<sup>101</sup> Garrincha, Pelé, Tostão, Gérson, Carlos Alberto, Gilmar e Clodoaldo.

<sup>102</sup> Cf. FREDERICO, op.cit., p.107.

Embora os jornais de circulação em Belém indiretamente associassem futebol e política, não estendiam suas críticas ao regime político. Ao contrário, destacavam positivamente a interferência do presidente Ernesto Geisel nos rumos do selecionado brasileiro no Campeonato Mundial e sua relação harmônica com João Havelange<sup>103</sup>.

A derrota da Seleção Brasileira para a Seleção Holandesa na Copa de 1974 deflagrou no país do futebol uma intensa campanha contra a CBD, pois jornais e revistas<sup>104</sup> denunciavam a política de João Havelange. Dessa vez já não era mais possível associar a conquista futebolística ao propalado “milagre brasileiro”. No ano seguinte, em conseqüência da instabilidade causada pela derrota brasileira no campeonato mundial, o ministro Ney Braga encaminhou ao presidente da República um projeto que visava a instituição de normas com o intuito de disciplinar e normalizar as atividades desportivas<sup>105</sup>.

Como reflexos dessas medidas em Belém, o governador Aloísio Chaves também criou “a Secretaria da Educação, Desportos e Turismo”, cujo objetivo era dar um maior dinamismo disciplinador no campo esportivo paraense. Nesse sentido, os discursos veiculados nos jornais paraenses por cronistas e indivíduos ligados ao futebol local atuavam no sentido de positivar a ação do Estado através do argumento de formar jovens sadios de mente e corpo<sup>106</sup>. Muito mais que um caráter disciplinador, ambas medidas surgiram num momento crucial para a sobrevivência do esporte nacional que vivenciava momentos difíceis, principalmente por causa do insucesso da seleção brasileira na Copa e, no Pará, em conseqüência da crise que enfrentavam os clubes locais.

Apesar das medidas do governo de apoio ao esporte e da permanência do comando e vigilância dos militares sobre o selecionado verde-amarelo na Copa de 1978, o time brasileiro amargou o terceiro lugar, vencendo a Itália de virada por 2 x 1<sup>107</sup>. Ironizando a situação da seleção no campeonato mundial, Biratan Porto lançou no jornal “A Província do Pará” uma charge. Como podemos perceber abaixo, o chargista faz uma analogia entre a cadência do samba brasileiro e a “decadência do futebol”.

---

<sup>103</sup> Cf. O Liberal, 27/06/1974, 1º caderno, p.14

<sup>104</sup> Ibid., 06/07/1974, 1º caderno, p. 19. Ver ainda, Revista Veja, 10/07/1974, p.22.

<sup>105</sup> Ibid., 26/07/1975. 1º caderno, p.15

<sup>106</sup> Cf. A Província do Pará, 20/10/1975. 2º caderno, p. 13.

<sup>107</sup> Exemplo da interferência militar foi o autoritarismo do presidente da CBD, o almirante Heleno Nunes, pois na partida contra a Espanha barrou Edinho e os atacantes Reinaldo e Zico, como resultado uma partida fraca e o empate de 0 x 0.

### Charge5: Representação da Seleção Brasileira



Fonte: A Província do Pará, 26/06/1978, 2º caderno, p.7.

O humor da charge denota o ritmo do samba brasileiro em descompasso com o resultado alcançado pela Seleção na IX Copa do Mundo em campos da Argentina. Segundo Saliba: “[...] As representações humorísticas, nas suas inúmeras formas e procedimento, forjam-se nos fluxos e refluxos da vida, no tecido histórico e social – já que cada sociedade cria e inventa seus próprios espaços de repressão e transgressão [...]”.<sup>108</sup>

A preocupação das autoridades com os resultados negativos apresentados pela Seleção Brasileira em dois campeonatos mundiais consecutivos não era sem fundamento, visto que os meios de comunicação, especialmente os jornais, apresentavam, por meio de comentários e charges, críticas ao envolvimento da política com o futebol e uma insatisfação com o técnico capitão Cláudio Coutinho como podemos perceber na imagem a seguir.

### Charge 6: Viva o Coutinho!



Fonte: A Província do Pará, 08/06/1978.

<sup>108</sup> SALIBA, Elias Thomé. Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.28.

Biratan Porto expressa nessa iconografia o momento de crise em que vivia o futebol nacional, demonstrando satiricamente que o técnico que tinha pleno apoio do presidente Geisel não gozava da mesma simpatia diante da torcida brasileira, visto que, novamente amargara um empate (0x0) diante da Seleção da Espanha. Essa insatisfação não era positiva para o governo, porque o fracasso do comandante da equipe, um militar, poderia acarretar numa insatisfação ainda maior da sociedade com o governo, fato que já vinha ocorrendo tanto no plano econômico quanto político.

No final da década de 70 o país não vivia mais o auge da repressão, mas havia a intensificação da luta de diversos grupos de esquerda<sup>109</sup> apoiados por alguns setores da sociedade civil que lutavam para derrubar o regime militar. A luta da imprensa alternativa contra a ditadura também foi significativa. Maria Paula Araújo nos mostra a importância desse veículo de comunicação ao assinalar:

[...] o papel mais importante desempenhado pela Imprensa Alternativa foi, sem dúvida, a propaganda e a divulgação das grandes campanhas políticas contra a ditadura militar: a campanha contra a carestia, pela constituinte e, principalmente, a grande campanha nacional, principal carro chefe da luta pelas liberdades democráticas, que foi a campanha pela anistia [...].<sup>110</sup>

Nos periódicos oficiais, o regime foi divulgado de maneira positiva por razões políticas, econômicas e, principalmente, pela simpatia da maior parcela da sociedade civil ao regime militar. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 70, com o processo de abertura política, já se encontravam na imprensa ecos de insatisfação com o modelo político adotado no país. Claro exemplo disso é o Jornal “A Província do Pará”, pois, ao publicar várias charges usando como enfoque o futebol, ridicularizava o partido ARENA, considerado na época como o principal representante do governo.

Grinberg problematiza a atuação da Arena dentro do regime militar quando discute a resistência dos parlamentares desse grupo político à alcunha de “partido do governo”. Para a autora “se a Arena foi inventada pelo regime militar, seus membros não o foram, tendo, em sua maioria, longa prática na política partidária [...]”<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Desde a segunda metade da década de 70 alguns setores da sociedade civil como a igreja católica, o movimento estudantil, o MDB destacaram se no combate à ditadura.

<sup>110</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois. São Paulo: Edusc, 2004, cap. 10, p.170.

<sup>111</sup> GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: “dos revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois. São Paulo: Edusc, 2004, cap. 09, p.141-159.

Charge7: Representação do partido Arena



Fonte: A Província do Pará, 13/06/1978, 2º caderno, p.14.

Charge 8: Ibid.



Fonte: A Província do Pará, 20/06/1978, 2º caderno, p. 14.

Nessas imagens, observa-se a zombaria do autor revelada na figura de uma mulher velha e decadente. Embora não se trate da caricatura de um indivíduo em si, a representação assume aspectos de um registro caricatural<sup>112</sup>, pois a deformação da figura produz efeito de comicidade e sintetiza de modo eficaz a decadência da ARENA nesse contexto, pois como nos informa Grinberg após os anos 70 a ARENA foi acusada pelos militares, o MDB e pela imprensa de “ser ‘fraca’, ‘falha’ e ‘artificial’ ou de não ser exatamente um partido político”<sup>113</sup>. As iconografias, assim como a imagem fotográfica, constituem-se em fontes capazes “de nos remeter ao passado e até mesmo de trazer o passado à superfície da atualidade, revelando

<sup>112</sup> Sobre a utilização da caricatura no contexto militar ver. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. ”. In. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois. São Paulo: Edusc, 2004, cap. 11, p.179- 201.

<sup>113</sup> GRINBERG, op. cit.,.

assim um tempo e um espaço que fazem sentidos, sejam estes sentidos individuais ou coletivos.”<sup>114</sup>

A saída da Seleção Brasileira da Copa do Mundo de 78 por saldos de gol para a Argentina, sua principal rival, desencadeou por parte da sociedade brasileira o sentimento de solidariedade à comissão técnica e aos jogadores, pois aquela derrota não representava a superioridade do maior adversário brasileiro em termos práticos já que o time brasileiro não havia perdido nenhuma partida.<sup>115</sup>

Em contraste ao apoio da sociedade à delegação brasileira de futebol, no plano econômico o país experimentava uma crise inflacionária em função do “aumento da dívida externa, que no final de 1978 era de US\$ 4,5 bilhões, mais do que o dobro do nível de três anos antes”<sup>116</sup>. Esse insucesso econômico também era denunciado no jornal “A Província do Pará”, através de charges como podemos visualizar abaixo:

Charge 9: Representação da sociedade brasileira.



Fonte: A Província do Pará, 26/06/1978, 2º Caderno, p.7.

Curiosamente, o futebol era utilizado pela imprensa paraense como um veículo de denúncia, pois alguns periódicos, como já foi demonstrado anteriormente, aproveitavam a Copa do Mundo para retratar metaforicamente a realidade brasileira. Apesar das inúmeras pressões políticas que o governo vinha sofrendo da oposição (MDB), divergências internas dentro do próprio regime, crítica dos meios de comunicação, instauração de greves e

<sup>114</sup> Cf. BALLER, Leandro. Imagem Fotográfica: possibilidades de análise em história. Disponível em < <http://www//A:/historia-e-historia.htm> > Acesso em: 01. set.2006, p.2.

<sup>115</sup> Os resultados das partidas foram: Brasil 1x 1 Suécia, Brasil 0x 0 Espanha, Brasil 1x0 Áustria, Brasil 3x 0 Peru, Brasil 0x0 Argentina, Brasil 3x1 Polônia e na disputa do terceiro lugar Brasil 2x 1 Itália. Ver AQUINO, op. cit., p.96-98.

<sup>116</sup> Cf. FAUSTO, Boris. O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964 – 1985): In. História Concisa do Brasil. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2001, p. 275.

descontentamento de diversas camadas sociais, o “presidente Geisel conseguiu eleger seu sucessor: o general João Batista Figueiredo”<sup>117</sup>.

Se, em diferentes momentos da história brasileira o futebol serviu ao governo como elemento de estratégia política, é provável que durante o regime militar as medidas para impulsionar esse esporte tenham contribuído para que uma grande parte da sociedade considerasse a ação do governo militar positiva. Porém, não se pode considerar que o futebol atuou como o ator que roubou a cena, porque o sucesso do governo perante a sociedade civil e na repressão aos movimentos de contestações foi resultado, em grande medida, da falta de identificação da maior parte da população com os movimentos armados que objetivavam derrubar a Ditadura Militar.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup>FAUSTO, op.cit.,p. 277

<sup>118</sup> Sobre os movimentos de luta armada ver. REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar no Brasil: uma incomoda memória. In: Gramsci e o Brasil. Disponível em: [www.artnet.com.br/gramsci/arquiv.148.htm](http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv.148.htm) ; Nascimento, Durbens Martins. Guerrilha no Brasil: uma crítica a tese do “suicídio revolucionário em voga nos anos 80 e 90”. In: Revista Cantareira. n. 5. V.1, ano 02, abr.,ago., 2004.

## Capítulo 2 – Futebol, lazer e política em Belém do Pará

### 2.1 – O PODER QUE VEM DAS ARQUIBANCADAS: O SIGNIFICADO DO FUTEBOL NA CAPITAL PARAENSE

O futebol para a sociedade paraense, desde a primeira década do século XX com a instauração do campeonato oficial, já se constituía em um dos principais espaços de lazer e sociabilidade entre alguns grupos da elite e da população, sendo disseminado com maior intensidade a partir da década de 30<sup>119</sup>. Para Melo, o significado do esporte para a sociedade no século XX esteve ligado aos valores e desejos do imaginário desse contexto como, por exemplo: “a superação de limites, o extremo de determinadas situações, a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um certo conceito de beleza [...]”<sup>120</sup>

Juntamente com esses valores, surgiu também a necessidade de construir espaços destinados à realização das práticas desportivas; para Melo e Alves “as primeiras ‘praças de esportes’ e ‘centros de recreio’ surgiram na transição entre as décadas de 20 e 30 do século XX, inseridas no contexto de organização dos espaços públicos urbanos, em desenvolvimento desde o fim do século XIX.”<sup>121</sup>

A constatação dos autores acima coincide exatamente com as políticas de saneamento e urbanização da cidade de Belém do Pará por volta do final do século XIX e, principalmente na primeira década do século XX no governo do intendente Antônio Lemos.<sup>122</sup> Mas a preocupação com o espaço destinado ao futebol em Belém pode ser percebida a partir do ano de 1913, com a fundação de primeira entidade, Parah Foot - Ball Association, que tinha como responsabilidade dirigir esse esporte no Pará.<sup>123</sup> Os representantes da denominada associação, colocando em prática seus propósitos, enviaram ao intendente municipal Dionísio Bentes um

<sup>119</sup> Segundo Gaudêncio “a criação do Clube do Remo em 1905, Tuna Luso Brasileira em 1903 e o Paysandu em 1913, demonstra que começa a se iniciar no Pará um processo de popularização do futebol que vai ter aumento na década de 30 e mais tarde vai chegar (...) nos grandes clássicos da Amazônia.”

<sup>120</sup> Cf. MELLO, Victor Andrade de. “Cinema e esporte: diálogos entre linguagens na modernidade”. In: Cinema - História. BARROS, José D’ Assunção (org.). Rio de Janeiro, 2007, p.242.

<sup>121</sup> Cf. MELLO, Victor Andrade de e ALVES, Edmundo de Drummond Júnior. Introdução ao lazer. Barueri – SP: Manoele, 2003, p.14.

<sup>122</sup> Sobre o processo e urbanização da capital paraense nesse contexto ver. SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle – epoque (1870 – 1912). Belém: Paka- tatu, 2000.

<sup>123</sup> Segundo Costa faziam parte da nova entidade o Clube do Remo, tendo como representante Galdino Araújo e Adolpho Silva; Guarany Club, Cândido Braga e D’ Artagnan Cruz; Internacional, T.H. White, Carlos Berneand e Santos Ferreira; Rio Branco, Lucílio Barbalho e Alberto Silva; Panther Club, Elderico Pinheiro e Bertholdo Moraes.

ofício solicitando um espaço no Largo de São Braz destinado às partidas de futebol, licença pra cercar a referida área e para construir um espaço destinado às autoridades e seus familiares para prestigiar as disputas do Campeonato Paraense.<sup>124</sup>

A partir da aceitação do intendente municipal, Belém ganhou um espaço que se tornou cenário das disputas futebolísticas e espaço de lazer, principalmente para famílias da classe média. Portanto, assistir às partidas entre os clubes significava, nesse contexto, muito mais um momento de descontração do que uma questão de rivalidade esportiva. Cabe ressaltar que os momentos de recreação eram tidos nesse momento como principio de saúde e de “recuperação de força de trabalho [...]”<sup>125</sup>

Importante compreender como o futebol na capital paraense pouco a pouco foi ganhando graça popular, constituindo-se em motivo de lazer e transformado ao longo do século XX na grande paixão entre dois clubes da terra: Clube do Remo e Paysandu Sport Club. Segundo Mello e Alves, o lazer é um fenômeno da modernidade e seu significado deve ser compreendido dentro de um conjunto complexo de relações sociais, que envolve uma diversidade de múltiplos e polissêmicos sentidos.<sup>126</sup>

No final do século XIX já se praticava futebol, em alguns espaços de Belém, como afirma um leitor da “Folha do Norte”<sup>127</sup>. Contudo, não se pretende averiguar a veracidade dessa informação, pois o objetivo é perceber os rastros deixados pela afirmativa. Nas palavras de Ginzburg “[...] os historiadores [...] têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo.”<sup>128</sup>

Ainda usando a reflexão de Ginzburg, podemos utilizar os rastros deixados pelo possível leitor do jornal paraense como um fio condutor para elucidar a presença e a importância que o futebol assumiu na vida do homem da Amazônia em diferentes contextos.

Já foi afirmado anteriormente que o futebol se apresenta na sociedade paraense por volta do final do século XIX, verdade ou ficção, sugerimos o campo das possibilidades, portanto, entre uma pelada realizada na praça e outras no Largo de São Braz o que se pode apreender é que esse esporte já era conhecido e praticado por alguns sujeitos que viviam na capital paraense pelo menos no início do século XX como nos demonstra o jornal “Folha do

---

<sup>124</sup> Sobre essa questão ver. COSTA, Ferreira da. A enciclopédia do futebol paraense. Belém do Pará, IV edição, 2007, p.14.

<sup>125</sup> MELLO e ALVES, op. cit., p.14.

<sup>126</sup> Idem., p.10.

<sup>127</sup> COSTA, op. cit., p.13.

<sup>128</sup> GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.14.

Norte”, sendo transformado oficialmente a partir da criação de entidades e de um Campeonato local.

Dentro dessa nova linguagem esportiva, como o paraense se identificou com um esporte nada brasileiro e longe da peculiaridade do viver na Amazônia? Eis aqui uma questão muito atípica para a maior parte da população, visto que a prática desse esporte trazido do continente europeu por homens de famílias ilustres no Pará ganhou espaço também dentro de um determinado grupo da elite na capital. Afinal, considerar os padrões da Europa como modelo de civilização fazia parte do pensamento da sociedade brasileira, portanto, Belém também acompanhava esse modelo, especialmente nesse momento vivenciando a riqueza proporcionada pela economia gomífera.<sup>129</sup>

Portanto, não causa espanto a aceitação de um esporte nobre por essa elite no Pará. Então, o que dizer da maioria da população? Aqui voltamos novamente para a afirmação do leitor do jornal, à medida em que situamos sua indicação do espaço onde indica acontecer às disputas de futebol, Praça Batista Campos. Esse rastro deixado na fonte permite uma observação importante: se a prática do futebol acontecia num espaço público, certamente os indivíduos que passavam ou passeavam pelo local não deixaram de satisfazer suas curiosidades apreciando a novidade. Embora o futebol tenha alcançado a simpatia entre os brasileiros, não podemos pensar, como bem nos mostra Murad, que seu “processo de democratização e inclusão entre nós” tenha ocorrido sem resistências, sendo “sua difusão irreversível e culturalmente relevante”.<sup>130</sup>

De outro modo, caberia ainda mencionarmos que o Largo de São Braz, embora com a presença de um seleto grupo de torcedores, provavelmente não deixou de ser palco para indivíduos que já apreciavam o que se tornaria mais tarde na mais evidente paixão no Pará. Daí em diante, não seria segredo tal prática desportiva, pois pela sua própria característica de ser um jogo que pode ser improvisado seja na utilização dos espaços quanto dos objetos para sua realização. Nas lembranças de Cruz:

Acostumei-me desde o ano 1913, a ir todos os domingos e feriados ao largo de São Braz, para assistir aos treinos e às partidas, que ali num campo improvisado, eram disputados entre os Clubes da terra. Destes mereciam minha atenção de menino afeiçoado aos esportes, o Grupo do Remo - que usava nos treinos camisa azul e branca com linhas horizontais; a União Esportiva, camisa branca e preta, listras verticais; o Internacional, uniformes todo o branco e o Norte Clube chamado Time Negra, por causa das camisas inteiramente pretas.<sup>131</sup>

<sup>129</sup> SARGES, op. cit.,

<sup>130</sup> Cf. MURAD, Maurício. “Futebol com jeito e arte”. In. Revista Nossa História, 2006, p.55.

<sup>131</sup> Cf. CRUZ, Ernesto. História do Clube do Remo. Belém, 1968, p.9.

Antunes, analisando a popularização do futebol em São Paulo, afirma que o surgimento de times nas fábricas e a utilização de seus próprios trabalhadores como jogadores, são aspectos responsáveis por essa difusão esportiva no Brasil<sup>132</sup>. Porém, suas observações não servem para a capital paraense, porque, ao que tudo indica Belém, não passou por um desenvolvimento industrial de grande fôlego. Não significa dizer que não havia fábricas aqui e que não existiram clubes formados por trabalhadores de um determinado ramo industrial, mas provavelmente a difusão desse esporte no Pará, a partir da primeira década do século XX, não foi resultado de clubes operários, mas do surgimento de clubes dirigidos pela “fina flor” da elite paraense e pelos festivais esportivos promovidos nos bairros de Belém, e pela construção em torno da rivalidade entre dois clubes da terra.

Gaudêncio nos chama atenção para esse aspecto ao indicar que o aparecimento da Tuna Luso Caixerl (Brasileira) em 1903, Grupo do Remo (Clube do Remo) em 1905 e Paysandu Foot – Ball Club (Paysandu Sport Club) em 1913, foi decisivo para o início da popularização do futebol na sociedade Paraense<sup>133</sup>. É claro que a presença de clubes locais nos servem como indício da difusão que o futebol alcançou em Belém. No entanto, uma observação se faz necessária: no meu entendimento, os grandes responsáveis por essa maior aceitação popular foi a rivalidade construída em torno do Clube do Remo e Paysandu Sport Club. Assim, Hobsbawm nos informa que o aparecimento de clubes no interior da sociedade europeia no final do século XIX explica a difusão de práticas desportivas, desse modo, essas agremiações surgiam como “novos espaços de lazer e prestígio para grupos sociais da aristocracia e da burguesia europeia, invenções logo transplantadas para os trópicos”<sup>134</sup>

De que maneira esses dois clubes tornaram-se ícones de popularidade? Respondendo à indagação, levantamos como evidência a criação do Paysandu Sport Club em um contexto de descontentamento pelo resultado do Campeonato Paraense de 1913. Segundo Costa, o surgimento dessa agremiação ocorreu em função da desclassificação do Norte Clube, Conhecido como Time Negra, que não chegou a disputar com o Grupo do Remo por ter empatado o jogo com o Guarany, resultando na conquista remista. Embora tenha ocorrido

---

<sup>132</sup> ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “O futebol nas fábricas”. In: Dossiê Futebol. Revista USP, n.22, 1994, p. 102- 109.

<sup>133</sup> GAUDÊNCIO, op. cit.,.

<sup>134</sup> HOBSBAM, apud HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. Dos engenhos de açúcar aos campos de futebol. “A crônica esportiva em José Lins do Rego”. In. Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. ( orgs) Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves, Leonardo Affonso de M. Pereira. Campinas: Unicamp, 2005, p.406.

protesto por parte do time desclassificado, o recurso foi considerado não procedente pela Liga futebolística.<sup>135</sup>

Esse fato marcaria o início da rivalidade desportiva em campos paraenses e se tornaria, como afirma Gaudêncio, em elemento de intensa popularização a partir dos anos 30, com destaque para os grandes clássicos da Amazônia. Sem dúvida, que os meios de comunicação, como por exemplo, os jornais que circulavam na capital paraense e as transmissões radiofônicas, foram fundamentais para o incremento dessa disputa e pelo crescimento do gosto pelo esporte. Segundo Murad, o surgimento do rádio no Brasil e o seu envolvimento com “os programas de futebol e as transmissões de jogos, com uma ‘vibrante locução esportiva’, ajudam a explicar, junto a outros fatores, a popularidade que (o futebol) alcançou em todo o Brasil.”<sup>136</sup>

Como exemplos da participação dos meios de comunicação, temos os destaques dado pelo jornal “O Estado do Pará” para a criação do Paysandu Sport Club na primeira metade do século XX e a entrevista do fundador da nova agremiação. Sobre esta a nota jornalística publicou:

[...] a criação do Paysandu produziu um belíssimo efeito, haja vista como foi otimamente acolhida pela imprensa quase unânime da capital paraense, e a extraordinária simpatia que despertou de desportistas paraenses [...] nosso clube há de triunfar, pois (sic) nenhum outro surgiu com fortes elementos da combatividade, capazes de arrostar todas as intempéries do tempo, lutando com a inveja de todos os que se tornaram seus inimigos [...]<sup>137</sup>

As palavras de Hugo Leão faziam sentido, pois, certamente, serviam como desabafo contra o que considerou irregular na conquista do grupo remista, e não deixava de servir como provocação ao adversário. A partir desse momento, estabelecia-se uma polarização no futebol paraense, polaridade essa incentivada pelos embates travados ao longo do tempo nos famosos Re X Pa.<sup>138</sup>

Se os anos 30 nos servem como indicador de maior presença de indivíduos nos estádios paraenses e da popularização do futebol com os chamados festivais esportivos nos bairros da capital paraense, essa indicação demonstra que a intensificação dessa prática

<sup>135</sup> Cf. COSTA, Ferreira. Papão: o rei do Norte. Belém - Pa: Contexto, 2002, p.9-10.

<sup>136</sup> Cf. MURAD, op. cit., p.56.

<sup>137</sup> Cf. COSTA, op. cit., p. 13.

<sup>138</sup> Siglas correspondentes aos clássicos de futebol entre Clube do Remo e Paysandu; importante destacar que os primeiros anos dessa disputa foram marcados pela supremacia remista que conquistou por sete vezes seguido o Campeonato Paraense (1913 – 1919), o que provavelmente tornou a rivalidade ainda maior. Sobre isso ver. COSTA, Ferreira da. A enciclopédia do Futebol Paraense, op. cit., LEAL, Expedito e RIBEIRO, Ramayana. Leão Centenário. Belém – Pa: Alves, 2005.

esportiva foi resultado dos primeiros anos de disputas promovidos pela realização de diversos campeonatos na cidade, bem como da intensa divulgação da imprensa local.

Como era de esperar uma numerosa assistência ocorreu hontem ao estádio da Curuzú, anciosa de apreciar o formidável encontro que se ia ferir entre as valorosas equipes do paysandú e do Remo. Desde logo depois do meio dia os bondes começaram a trafegar completamente apinhados, despejando-se o povo, febril, à porta do campo [...].<sup>139</sup>

Dentro do quadro traçado sobre o futebol até aqui, percebe-se a importância que esse esporte assumiu na sociedade paraense nas primeiras décadas do século XX. Portanto, o seu processo de propagação resultaria de uma explosão intensa na segunda metade do referido século das disputas nos clássicos denominado pela crônica esportiva “Rei da Amazônia”. Os fios que nos conduziram inicialmente são importantes para compreendermos que sentidos o futebol engendrou na vida do homem da Amazônia no contexto da ditadura militar no Brasil.

No campo desportivo paraense, o ano de 1964 começava com destaque para o cinquentenário do Paysandu Sport Club e não foram poucos os comentários dos cronistas esportivos enfatizando a importância dessa agremiação para o fortalecimento da prática desportiva paraense. Nas palavras de Nilo Franco:

Está o Paissandu celebrando, hoje, os seus cinquenta anos de fundação. Não precisa dizer o que isso significa na história desportiva do Pará. Nem só do Pará, aliás, mas de todo o Norte e, convenhamos, sem vaidade, na história desportiva do país [...]. E aí está hoje, o Paissandu, legítimo padrão de glórias do desporto paraense, do desporto de todo o norte. Do desporto do Brasil. Ama-o toda a terra guajarina. Ama-nos aplausos entusiásticos com que lhe saúda às menores vitórias. E o ama, igualmente, no próprio ódio com que o combate.<sup>140</sup>

O espaço reservado ao cronista esportivo no jornal paraense geralmente no caderno de esportes ou na seção especial, como é o caso da nota acima, indica como o futebol foi ganhando espaço cada vez maior dentro dos periódicos da capital paraense a partir do seu processo de popularização.

Embora o ano fosse especial para o Paysandu no que diz respeito à comemoração de seus cinquenta anos de existência, este não conseguiu resultados positivos dentro da maior modalidade esportiva, pois não chegou a disputar a partida final realizada pelos próprios dirigentes em homenagem ao seu aniversário e na disputa pelo Campeonato Paraense. Foi

<sup>139</sup> Cf. O Imparcial, 17/01/1927.

<sup>140</sup> Cf. A Província do Pará. “Os cinquenta anos do Paissandu.” 02/02/1964, 3º caderno, p.1.

desclassificado nas partidas decisivas, depois de três anos de supremacia, pelo seu maior rival o Clube do Remo.<sup>141</sup>

O ano seguinte seria diferente para os alvi-azuis, uma vez que conquistaram novamente mais um título de campeão regional, além de escrever nas páginas de sua história a vitória sobre o esquadrão do Penãrol, considerado na época uma das grandes forças do futebol mundial. Essa vitória foi divulgada pela crônica esportiva que assim se pronunciava:

[...] Sim, senhores, o Paissandu venceu, botou três bolas na rede (sic) do grande Marzuklewcz, sem que uma só pudessem os uruguaiois oferecer como respostas ao adversário audaz.

– Como isso? – a pergunta explode de todas (sic) as bocas sem que nenhuma se abra para respondê-la.

Ganhou o Paissandu porque mereceu ganhar, realmente. Ganhou limpo, sem auxílio do apito, de vibração de torcidas, de processos menos dignos, o que é mais importante e louvável. Uma vitória, pois para ficar na história. E não apenas na história do Paissandu, mas na história do futebol paraense, do futebol brasileiro, do futebol continental.

Façamos justiça ao grande Clube suíço.

[...] Foi uma vitória bonita e, sobretudo, indiscutível, bastante honrosa para o futebol regional a despeito de quantas reticências se possam por (sic) a atuação do Penãrol. Há, porém, uma lição muito importante a tirar, e importa expressá – lá para que a verdade do jogo fique perfeitamente definida: enquanto que o Penãrol foi uma sombra do futebol uruguaio [...], o Paissandu foi excelente intérprete do futebol desse país. [...] Mas uma vez fica provado que... , o impossível acontece!

O comentário de Nilo Franco e de Isaac Pais traz como destaque o futebol regional e assinala o caráter da importância desse esporte na vida dos desportistas paraenses, demonstra ainda a necessidade de exaltar a vitória de um clube da terra sobre uma força do futebol internacional. Tomando como base essas fontes, podemos ir além da exaltação e do espanto dos cronistas, na medida em que se mostra através de ambas a necessidade de levar a sociedade paraense o sentido daquele acontecimento, aspecto que nos faz pensar o quanto o futebol ocupava espaço no cotidiano dessa sociedade.

Se nos anos de 60 o futebol paraense ganhou destaque nacionalmente com a atuação do Paysandu, na década seguinte seria a vez do seu maior adversário, o Clube do Remo, ocupar os espaços dos periódicos locais em função de seu Tricampeonato invicto e de sua atuação no Campeonato Nacional.

---

<sup>141</sup> O Torneio Quadrangular de futebol denominado de “Cinqüentenário” teve sua partida final realizada no dia 02/02/1964 no estádio da Curuzú entre a Tuna Luso Brasileira e o Clube do Remo, vencendo a primeira agremiação pelo placar de 2 x1 com gols de Índio e Mario, sagrando-se campeã do torneio; no Campeonato Estadual desse ano, também a decisão ficou por conta do Clube azulino e da Águia do Souza, triunfando aquele pelo placar de 2 x1 com os dois gols do atacante Chaminha. Sobre o Torneio Quadrangular, ver. A Província do Pará, 04/02/1964, 2º caderno, p.1 e sobre o Campeonato Paraense do respectivo ano, ver. LEÃO, Expedito, op. cit., COSTA, Ferreira. op. cit.,.

A participação do Clube do Remo no Campeonato Nacional de 1975 foi saudada pelos desportistas da terra como um momento “glorioso” para o futebol paraense. Sendo suas vitórias sobre os times considerados “grandes” badaladas com tom de ironia pela crônica esportiva que fazia questão de alfinetar os comentários que partiam da imprensa sulina e dos membros dos times que saíam derrotados pelo clube paraense.<sup>142</sup>

O maior destaque ficou por conta da vitória remista pelo placar de 2 x 1 no Maracanã sobre o Flamengo, que vinha de uma campanha brilhante, sendo considerado na época a melhor equipe de futebol do Brasil. Essa vitória aparecia nas colunas dos jornais de maior circulação em Belém como sinônimo de honra, determinação e superação.

E foi no maior do mundo O Clube do Remo já justificou inteiramente sua presença no Copão de 1975. Primeiro, pela classificação altamente honrosa para o futebol paraense: 2º colocado de sua série; segundo pela vitória máscula, reabilitadora e, sobretudo valorizadora sobre o Flamengo em pleno Maracanã. [...] Mas estava escrito que seria no maior estádio do mundo, o decantado Maracanã, contra o Flamengo, que vinha de três vitórias seguidas, que o Remo haveria de se reabilitar, vingar a honra do futebol paraense e mostrar que aqui, no humilde e lutador Pará também se joga bola. Gozado, avacalhado, desmoralizado e tocado em seu amor próprio, o Clube do Remo, decidiu mostrar que a campanha torpe e insidiosa, partida de um bêbado e decadente, seria respondida com a raça, fibra, denodo, e, sobretudo bom futebol do tricampeão do Pará.<sup>143</sup>

[...] Para o Clube do Remo o feito ficará na sua história, sendo o primeiro clube paraense a alcançar uma vitória no Maracanã, frente a um adversário de maior expressão, como o Flamengo [...]. De qualquer maneira, valeu o feito remista pelo coração e determinismo de seus homens em campo, marcando de maneira indelével sua passagem por este Campeonato Brasileiro, no qual tem sido tão injustamente visados e castigados. Neste sábado, Belém ficou em festa. O Remo nunca foi tão Clube do Remo. Repetindo Edgar Proença, o Leão Azul foi a própria alma da cidade!<sup>144</sup>

Pensar os sentidos que uma prática desportiva assume em determinada sociedade significa reconstruir os laços de coletividade definidos ao longo do tempo dentro de padrões culturais próprios. Nesse sentido, o gosto pelo futebol no Brasil não pode ser compreendido por determinações puramente políticas, embora estas estivessem presentes com maior força a partir da década de 1930 e nos 70 ganhassem uma dimensão maior com a presença dos governos militares. Não resta dúvida que o “bolapé” já fazia parte do cotidiano das cidades brasileiras.

Para DaMatta, o significado do futebol no mundo moderno está relacionado aos seguintes aspectos:

<sup>142</sup> Cf. Folha Vespertina, 10/10/1972, 2º caderno, p.3.

<sup>143</sup> Cf. A Província do Pará, 28/10/1975, 2º caderno.

<sup>144</sup> Cf. O Liberal, 28/10/1975, 2º caderno.

[...] ele (futebol) tem uma notável autonomia sendo uma esfera marcada por normas, gestos, valores, objetos, espaços e temporalidades muito especiais. Depois, porque o esporte - como arte - é uma atividade que possui uma clara auto-referência, não estando a serviço direto ou explícito dos valores que constituem o mundo diário do trabalho, do dinheiro e do controle [...]. Tudo indica que o esporte tem um lado instrumental ou prático que permite 'fazer' coisas e promover riqueza; mas ele tem também um enorme eixo expressivo e / ou simbólico que apenas diz e, com os rituais, revela o que somos.<sup>145</sup>

Sem dúvida, o futebol comporta todos os elementos observados por DaMatta, e ao longo da análise será possível perceber como a sociedade paraense se expressa dentro desse quadro teórico quando o assunto é futebol. Mas, para além dessas questões, é preciso compreender que o futebol só pode ser analisado a partir das experiências sociais constituídas dentro e fora do campo desportivo ao longo da história.

Em Belém do Pará, a paixão pelo futebol pode ser explicada na sua essência pela rivalidade entre Clube do Remo e Paysandu, como já foi dito anteriormente. Uma rivalidade construída ao longo do tempo a partir do processo de popularização desse esporte com a criação de clubes, associações, festivais esportivos e construção de estádios. Sobre essa expansão futebolística, Gaudêncio nos informa: “esse processo de popularização do futebol tem uma ligação muito forte com os festivais que, mesmo com as disputas de jogos do campeonato, ainda continuavam a atrair muitos expectadores, pois, tanto em campeonatos como nos festivais atraía muitos sujeitos para os campos.”<sup>146</sup>

Portanto, a ocupação de muitos sujeitos com o futebol em Belém no contexto militar (1964-1978) era uma realidade expressa não apenas em função do Campeonato Mundial, mas já se constituía enquanto uma cultura futebolística local. Por cultura, entende-se não um conjunto de ações relativas a um grupo específico, como fez Hobsbawm ao conceber o futebol como uma cultura da classe proletária, mas no sentido compreendido por Raymond Williams que se colocou dentro de outra perspectiva para dizer que:

Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. [...] A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. [...] Usamos a palavra cultura [...] para designar todo um modo de vida - os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado - os processos especiais de descoberta e esforço criativo. [...] A cultura é de todos, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> Cf. DAMATTA, Roberto. “Antropologia do óbvio”, op. cit.,.

<sup>146</sup> Cf. GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. Diversão, rivalidade e política: o RexPa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

<sup>147</sup> WILLIAMS, apud CEVASCO, Maria Elisa. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.49.

É nesse sentido que apontamos elementos capazes de demonstrar como as experiências dos sujeitos no campo desportivo paraense foram fundamentais para a disseminação em larga escala do futebol nessa sociedade no contexto em destaque, são eles: a participação do futebol paraense em campeonatos nacionais, os clássicos entre Clube do Remo e Paysandu, a presença de “torcidas organizadas”, a participação do torcedor “comum”, a participação de outros clubes no campeonato paraense de profissionais, os famosos campeonatos intermunicipais, o envolvimento lideranças políticas e de militares nas questões ligadas ao futebol do Pará e a presença da crônica esportiva local.<sup>148</sup>

Sobre as disputas entre remistas e alvi-azuis, destaca-se a euforia e participação dos sujeitos na comemoração de uma simples vitória a uma conquista de Campeonato. Vejamos alguns exemplos:

A torcida do Paissandu rasgou a camisa de alguns jogadores do Paissandu, após a sensacional vitória de domingo. Terminado o prélio, aficionados do campeão da cidade saltaram o alambrado, indo carregar os jogadores, técnicos e diretores. Alguns, mais eufóricos rasgaram as camisas dos jogadores, a fim de guardar como ‘suvenirs’<sup>149</sup>

A explosão da torcida bicolor, que ocupava três quartos do estádio, do velho Estádio da Curuzu, foi uma ducha fria na alma e no coração da alegre e até então entusiasmada torcida remista [...].Ao trilar do apito do juiz da Federação Carioca houve nova explosão de alegria e entusiasmo, aí virou carnaval na Curuzu. Dirigentes, policiais, torcedores comuns abraçavam-se e beijavam-se pelas arquibancadas (e frise-se que também muitas senhoras e senhoritas estavam presentes) colorindo mais ainda o ambiente. Os jogadores choravam de emoção e tinham suas camisas rasgadas pelos torcedores mais audazes que conseguiram entrar no gramado.<sup>150</sup>

[...] Torcedores, agora, começam a pagar promessas: no gramado, ainda o jogador bem mais do que o torcedor, do meio do campo até o portão que dá acesso à casa do Atleta, andou de joelhos, cumprindo promessa, o chefe da charanga alvi- azul, Antônio Augusto, fez a sua da qual tomarão parte todos os jogadores, diretores, presidente e quem quiser da torcida: missa na igreja de Santa Rita de Cássia; uma outra torcedora ‘apelou’ para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e vai assistir missa, na referida igreja, acompanhada de todos os jogadores. Também ontem, um grupo ‘enterrou’ o Remo. Fizeram-lhe um caixão, devidamente decorado, velas em torno e um velório foi articulado.<sup>151</sup>

As notas acima demonstram em dois contextos diferenciados (1966 e 1971) a intensa participação do torcedor paraense na comemoração do título de campeão paraense conquistado pelo Paysandu Sport Club e nos permitem ainda perceber que, apesar das diferenças sociais, no momento da festa se cria um espaço de coletividade onde cada sujeito é

<sup>148</sup> Não abordarei nesse momento a questão do campeonato intermunicipal, e quanto ao envolvimento das autoridades políticas e militares será explicitado ainda nesse capítulo com maior detalhe nos subitens seguintes.

<sup>149</sup> Cf. Folha Vespertina, 04/10/1966. 2º caderno, p.6.

<sup>150</sup> Cf. A Província do Pará, 14/10/1971, 2º caderno, p.7.

<sup>151</sup> Idem., 15/10/1971, 2º caderno, p.8.

convidado a tomar parte, seja no pagamento de promessas, nas gozações ao adversário e etc. Podemos então afirmar, utilizando as palavras de DaMatta : “ o futebol praticado no Brasil deve ser visto não só como um esporte, mas também como um outro conjunto de valores e relações sociais.”<sup>152</sup>

No que se refere à decisão do Campeonato Paraense em 1975, os jornais da capital destacavam a expectativa dos torcedores, jogadores, treinadores e técnicos na véspera do maior clássico da Amazônia, trazendo comentários que acirravam ainda mais a rivalidade por parte das torcidas, merecendo maior destaque a tática a ser utilizada por cada técnico, a campanha de cada time no decorrer das disputas, bem como a vantagem remista nos dois últimos campeonatos.<sup>153</sup>

A conquista azulina aparecia nos jornais paraenses sob várias formas: comentários dos cronistas, entrevistas de jogadores, fotografias dos lances principais, da festa dos torcedores nas arquibancadas e nas ruas de Belém, através de charges. Observe a seguir.

Foto 10: Torcida do Clube do Remo em Belém.



Fonte: Província esportiva, 04/08/1975, p.11.

Mas a divulgação dessa conquista não se restringiu apenas aos jornais, sendo notícia principal na revista “O Azulão” que era uma produção mensal do próprio Clube do Remo, e tinha como objetivo levar ao seu torcedor notícias do futebol azulino.<sup>154</sup> Na revista havia um espaço reservado à participação de torcedores. Sobre o feito remista escreveu um torcedor:

<sup>152</sup> DAMATTA, Roberto da. “Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social”. In. Explorações. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.107.

<sup>153</sup> Cf. A Província do Pará, 02/03/1975, 1º caderno, p. 16.

<sup>154</sup> Revista que tinha como editor Carlos Rocque e principais colaboradores: Carlos Zalouth, Benedito Mário, Souza Aragon, Edyr Proença, Sergio Noronha, Braz da Rocha, Dhélio Guilhon, Franklin Aguiar e Mascarado.

Recife, 20 de agosto de 1975

Prezados Senhores

É com satisfação que escrevo para vocês, esperando que todos estejam bem de saúde. Parabéns pelo título, gostei demais do meu clube aqui em Recife por sua grande apresentação. Vamos fazer uma grande campanha no Copão se Deus quiser. Paulo Amaral cara sensacional, alegre, comunicativo, jóia.

Quero mandar um grande abraço ao presidente, diretores, conselheiros, médicos, e a todos que fazem o Leão Azul. Não pude falar com os membros da delegação. Vibrei pela conquista do tri – campeonato invicto espetacular; gostei muito do futebol de Cuca, Rosemiro, Dico, Elias, Alcino, Roberto, Amaral, Mesquita, Nena, Prado, faltou o Caíto, certo, ouvi dizer que ele estava em São Paulo.

Quero pedir algumas flâmulas, ou escudos do meu REMO que ficarei muito grato e guardarei de coração. Ficarei torcendo daqui pelo Remo no Nacional, se Deus quiser vamos nos classificar.

Ficarei esperando sua resposta ok!Vamos pra frente Remo no Copão.

Atenciosamente

Francisco Carlos<sup>155</sup>

As fotografias acima e a carta assinalam a participação dos torcedores do Clube do Remo na conquista do Tricampeonato paraense invicto, de caráter similar, mas nunca igual aos simpatizantes do adversário, expressam que o futebol no Pará reveste-se de lazer, rivalidade e paixão. Conceitos que estão imbricados, pois não é possível a partir do comportamento do torcedor desses dois clubes, definir onde começa um e termina o outro.

Se o futebol consegue juntar pessoas de diferentes credos, partidos, sexos, num espaço de coletividade, em função de um determinado clube, é capaz também de levar pessoas a dedicarem sua vida para determinada agremiação.

Rui Pereira é um dos muitos sofreadores desses que almoçam e jantam futebol, de extrema idolatria ao pavilhão azul do Clube do Remo, [...], a missão de um chefe de torcida é a das mais difíceis, falou de seu trabalho insano, noite adentro pintando faixas, coordenando os principais elementos da charanga e conversando com poucos assessores que vieram voluntariamente prestar-lhe colaboração.<sup>156</sup>

O Paissandu prestou ontem, á noite, homenagem ao chefe de sua torcida organizada, Antônio Augusto, que também foi o idealizador da Escola de Samba Alvi – azul que liderou o campeonato da Segunda divisão e depois ganhou promoção [...], Antônio Augusto recebeu uma medalha de ouro, em vista do seu esforço e dedicação, uma vez que vai fixar residência no Sul.<sup>157</sup>

A vida desses sujeitos se confunde com a história do futebol paraense de forma indireta, à medida em que passam a dedicar-se a atividades ligadas ao clube de seu coração. Nos dois exemplos acima, percebe-se que havia uma profunda ligação daqueles sujeitos com a direção azulina, pois não era apenas um torcedor que ia aos estádios assistir aos jogos e

<sup>155</sup> Cf. O Azulão, nº. 6. out., 1975, p.22.

<sup>156</sup> Cf. O Liberal, 17/07/1968, 2º caderno, p.7.

<sup>157</sup> Cf. A Província do Pará, 25/02/ 1972, 2º caderno, p.5.

depois seguia para sua residência, mas um sujeito que tinha uma função específica a cumprir, no caso comandar a torcida “organizada” nos dias de jogos. Para Toledo, os primeiros grupos de torcedores que surgiram no Brasil a partir da década de 40 até a década de 60 devem ser definidos como torcidas uniformizadas, visto que “as torcidas organizadas constituem-se em formas impessoalizadas e burocratizadas de organização”, ou seja, não apresentam qualquer ligação com os clubes.<sup>158</sup>

Juntamente com o processo de popularização em Belém do Pará já consolidado, foram surgindo torcidas na década de 70 que assumiam o sentido de organizadas, “Passatômica”<sup>159</sup> em defesa das cores alvi-azuis segundo as concepções de Toledo, assim como torcidas de grande porte, cuja direção mantinha relações com a diretoria azulina, “Sangue Azul”.<sup>160</sup>

Nota-se junto ao surgimento dessas organizações no Pará, assim como em outras capitais brasileiras, a aproximação com os meios de comunicação, a participação de jovens, entre eles mulheres na organização, de sujeitos de diferentes idades e formação, como no caso da torcida “Sangue Azul”. Isso nos leva a perceber que, a partir da segunda metade do século XX, criou-se, na capital do Pará, uma rede de sociabilidades entre diferentes indivíduos em torno de uma modalidade esportiva que foi se “abrasileirando” ao longo do tempo.

Cabe mencionar, que, embora o significado do futebol para os paraenses seja explicado, principalmente pela polarização entre dois clubes da terra, e ao longo da discussão isso vem sendo enfatizado de diversas maneiras, não significa que os demais clubes de futebol existentes no Pará no contexto analisado não tivessem sua parcela de contribuição, pois mesmo com pouca expressividade popular, não faltaram sujeitos que ocuparam suas horas livres, e até mesmo suas vidas para vivenciar a grande maravilha de torcer pelo bom desempenho de seu clube no futebol.

[...] Atenção torcida tunante – chegou a hora da grande decisão. Somente a vitória nos interessa nesta quarta – feira.

<sup>158</sup> Cf. TOLEDO, Henrique. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. In. Dossiê Futebol, Revista USP, n. 22, 1994, p.94.

<sup>159</sup> A Torcida organizada Passatômica surgiu em 1978 para rivalizar com a Torcida Uniformizada “Sangue Azul”, liderada pelo jovem Antônio Fernando dos Santos, publicitário, em entrevista o jovem fazia questão de salientar que não tinham ligações com a diretoria do clube, o que não significa que não houvesse relação entre eles, pois na mesma entrevista afirma que foi cedido pelos dirigentes um espaço para funcionamento de reuniões da organização aos sábados na sua sede situada na Avenida Nazaré, bem como da venda de camisetas da agremiação na sede da mesma. Uma peculiaridade dessa nova torcida era a participação do grupo feminino nas alas denominadas de “tetéias”. Ver, A Província do Pará, 12/05/1978, 2º caderno, p.2.

<sup>160</sup> A Torcida “Sangue Azul” surgiu no dia 30-11-1977 em função de uma vitória do Clube do Remo sobre o Fluminense numa rodada de cerveja no bar do parque. Seus fundadores: Orlando Ruffeill, Edílson Dantas, Joaquim Freitas, Manoel Ayan, Edilázio Costa, Eduardo Silva e Roberto. Informação obtida por Ruffeill em entrevista concedida na sede do Clube do Remo, situada na Avenida Nazaré em 2005.

Quero ver toda a galera tunante no estádio portando bandeiras, faixas, serpentinas, confete, reco – reco, pandeiro e tudo mais que incentive o nosso poderoso timão, pois o mesmo poderá se sagrar campeão de fato e de direito no ano de 1974.

Conto com o seu incentivo torcedor tunante, volta em peso no estádio para apoiar nossa Tuna.

Belém, 17 de Dezembro de 1974.

José Domingues.<sup>161</sup>

Nesse sentido, temos a Tuna Luso Brasileira que mesmo sendo nesse momento a terceira força do futebol paraense, chegando inclusive a conquista do Campeonato Paraense em 1970, sendo representante do futebol paraense no campeonato nacional, não deixava de ter torcedores, sendo também destaque na crônica esportiva.

É chegada a hora de reunir a torcida em torno da Tuna. Está nas mãos da Cruz da Malta o prestígio do futebol paraense que precisa do incentivo de todos para sentir o calor de casa [...] E a Tuna está aí, no lugar que lhe coube, predisposta a dar tudo de si pelo engrandecimento do futebol paraense [...] Vamos mostrar ao Fortaleza, Esporte e Fast que a Tuna é paraense, é nossa e como tal vai contar com uma torcida só [...].<sup>162</sup>

Além da Tuna Luso Brasileira, participavam do campeonato paraense clubes considerados pequenos não apenas pela sua estrutura futebolística, mas pelo número de simpatizantes, só para citar alguns: Liberato de Castro, Combatentes, Castanhal, Sport Club Belém e etc.<sup>163</sup>

Certamente que esses clubes também nos ajudam a compreender a cultura futebolística em Belém do Pará e no interior da capital, pois representantes do interior do estado no Campeonato Paraense já se faziam presentes primeiramente com o Avante, representante de Soure e em 1975, com o Castanhal (representante do município de Castanhal), este o segundo Clube do interior a participar do campeonato. Sobre a Seleção de Castanhal a crônica esportiva destacava:

Castanhal, a cidade que outrora vivera o futebol em toda a sua intensidade, pela paixão crescente de seu povo, vivia, apenas, de glórias passadas, quando clubes de outros Estados e de Belém desfilaram em seu modesto estádio, em tardes memoráveis de vitória ou derrota. Na lembrança do torcedor castanhalense ainda vivas estavam as jornadas de sua seleção vitoriosa em 63, 65 e 68, nos certames interioranos [...] O toque de despertar do futebol castanhalense foi dado pelo prefeito José Espinheiro de Oliveira. A construção do Estádio Jarbas Passarinho era uma realidade [...]. Aí está o Castanhal com sua presença viva no futebol paraense. Por sua presença, ampliou-se o campeonato, ganhando expressão estadual. De seu sucesso nesta temporada, outros municípios se encorajarão para se integrarem numa

<sup>161</sup> Cf. A Província do Pará, 18/12/1974, 1º caderno, p.16.

<sup>162</sup> Ibid., 18/01/1974, 2º caderno, p.8.

<sup>163</sup> Combatente começa sua participação no futebol paraense em 1955, Liberato de Castro em 1960, Sport Club Belém em 1968 e Castanhal em 1975.

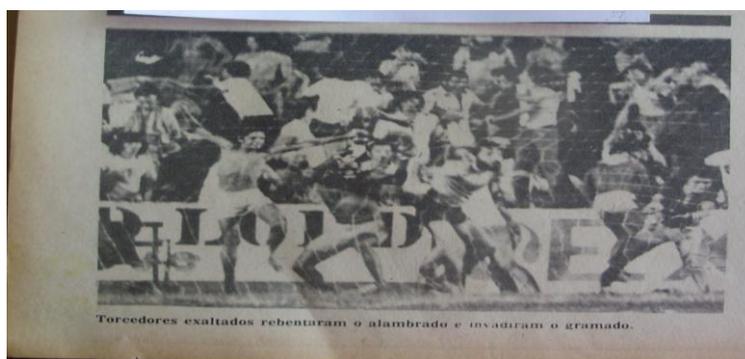
‘corrente pra frente’, pelo maior desenvolvimento do futebol em terras marajoaras.  
164

Nessa nota, o jornal O Liberal destaca a força do futebol no interior do estado paraense, vários aspectos citados na fonte como a recordação dos torcedores as glórias vivenciadas pelo seu clube no futebol intermunicipal, a presença de autoridades governamentais na construção do estádio municipal são evidências que o “bolapé” em vários municípios do estado se constituía numa prática de lazer e de paixão.

Reside nessa constatação outro detalhe importante: na capital paraense Remo e Paysandu são os principais responsáveis pela grande expressão que o futebol assumiu nessa sociedade. Já no interior do estado, embora esses clubes tivessem uma grande torcida, havia algo diferenciado. Segundo o jogador Mesquita, “quando chegávamos ao interior do estado éramos recebidos com uma verdadeira festa”<sup>165</sup>. Não se pode entender que o futebol ganhou o gosto desses indivíduos somente pela presença de Remo e Paysandu ou pela participação de seus clubes no Campeonato Paraense, pois já havia, como bem menciona o jornal, uma rede constituída de indivíduos ligados ao futebol local.

Não somente dentro desse quadro de harmonia se constituíram ao longo do século XX as relações dentro do campo futebolístico paraense, essa teia constituída de diferentes sujeitos foi resultado também de conflitos e tensões. O maior exemplo disso foram os episódios de violência travados entre os torcedores de Clube do Remo e Paysandu em diversos momentos. Observe a imagem a seguir:

Foto 11: invasão da torcida no estádio “Evandro Almeida”



Torcedores exaltados reventaram o alambrado e invadiram o gramado.

Fonte: A Província do Pará, 20/05/1974, 1º caderno, p.16.

<sup>164</sup> Cf. O Liberal, 07/04/1975, 1º caderno, p.18.

<sup>165</sup> Entrevista concedida pelo jogador Mesquita no Estádio “Edgar Proença” em 12/12/2008.

A experiência de indivíduos ao longo do futebol paraense reinventando e resignificando os valores de uma prática trazida de fora são fundamentais para percebermos que, se no presente o futebol consegue sobreviver a uma grande crise, já que nossos principais representantes estão fora do grupo principal do futebol no Brasil e apresentam um futebol tecnicamente medíocre, é porque aprendemos com as nossas experiências a reinventar e a “reescrever periodicamente o script da vida (que) só é possível no futebol”.<sup>166</sup>

## 2.2 – “TREMENDO REBOLIÇO: UM ESTÁDIO NA SELVA”

Aos desportistas e ao povo entrego este símbolo da nossa capacidade, da nossa confiança, da nossa auto-estima e honra: o estádio olímpico do Pará.  
(Almir Gabriel, 2002)

Fazendo parte do planejamento de meu governo como obra prioritária, a entrega do estádio no dia de hoje faz parte daquilo que relacionamos na área do lazer, pois nosso povo também precisa de divertimento [...]  
(Aloysio Chaves, 1978)

A idéia expressa no título apareceu na Revista Placar na década de 70 e serviu como chamada para uma pequena nota escrita pelo cronista Moacir Calandrini. O conteúdo refere-se às disputas dos desportistas em torno da capacidade do estádio estadual paraense. Porém, o que nos chama a atenção não é necessariamente o texto, mas a concepção sobre o espaço amazônico. A Amazônia nesse contexto era vista pelos contemporâneos como um lugar vazio, a ser ocupado e integrado às demais regiões brasileiras, daí servir ao projeto dos militares como sendo uma área de segurança nacional.<sup>167</sup>

Dentro desse espaço se realizou a construção do estádio de futebol que, em diferentes contextos, foi utilizado pelos representantes do estado como um baluarte da administração pública que priorizava benefício aos sujeitos envolvidos diretamente com os esportes e para a sociedade de modo geral. Mas em que momento da história desportiva no Brasil houve a necessidade dos governantes criarem políticas de incentivo para a criação de estádios de futebol?

A criação de campos de futebol inicia-se no Brasil por volta da primeira década do século XX, pois, com a criação dos primeiros clubes, houve também a necessidade de se criar uma “praça esportiva” para a realização das competições e por sua vez abrigar os pequenos

---

<sup>166</sup> Cf. FRANCO, op. cit., p. 347.

<sup>167</sup> Cf. PETIT, op. cit.,

grupos dirigentes do esporte<sup>168</sup>. No Pará não seria diferente, pois assim como nas principais capitais do Sudeste do país, os espaços destinados às peijas futebolísticas foram criados na primeira década dos anos 20<sup>169</sup>.

Esses espaços criados para a realização dos encontros esportivos eram de propriedade particular, não sendo obra inicialmente do poder público. Embora, como nos informa Pereira, no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, fosse comum a presença de autoridades governamentais<sup>170</sup>. Essa presença seria o início de novos rumos para o futebol, pois certamente resultaria nas décadas seguintes de uma série de ações promovidas pelos agentes governamentais no sentido de liberação de verbas para apoiar e fortalecer o esporte.

Para consolidar esses dados, foi na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas que de fato houve uma maior articulação entre política e futebol, visto que coube ao chefe da nação apoiar incondicionalmente o futebol que servia naquele momento ao seu projeto de cristalizar ideais harmônicos em sociedade e expandir seu espírito nacionalista. Desse modo, “o futebol servia como um grande aliado na disseminação do projeto político [...] intensificando e dando um sentido mais claro ao interesse que, desde seus primeiros anos, as autoridades governamentais manifestavam em relação ao jogo.”<sup>171</sup>

É desse momento, portanto, a preocupação do governo em criar uma praça esportiva à altura de comportar um campeonato mundial de futebol, sendo isso proposto, então, ao prefeito do Rio de Janeiro através de um telegrama pelo Secretário-Geral do Interior e Segurança Átila Soares. Entre as garantias para tal empreendimento figurava total apoio do governo federal.<sup>172</sup> A extensão dessa política era sentida também em Belém na década de 40 com o governo do Intendente Magalhães Barata, que chegou a inaugurar a pedra do estádio municipal denominado “Estádio dos Covões”.<sup>173</sup>

---

<sup>168</sup> Cf. Moura, op.cit, p.18

<sup>169</sup> Segundo Costa é de 1913 o despacho do Intendente Municipal Dionysio Bentes que permitiu a criação de um “ground” em São Braz para a realização dos jogos pelo Campeonato Paraense de futebol do presente ano. Sendo a inauguração do campo de futebol do Paysandu Sport Club em 18/10/1915 na Tv. São Matheus (atual Tv. Padre Eutíquio) nº 170, bairro de Batista Campos; a inauguração do campo de Futebol do Clube do Remo ocorreu em 15/08/1917 sendo que seu campo possuía 110 metros de comprimento, por 70 metros de largura [...]. In: COSTA, Ferreira da. A Enciclopédia do Futebol Paraense, Belém-Pa, 2007; Oliveira nos informa que a inauguração do Estádio da Tuna Luso Brasileira ocorreu somente na década de 30 ( 07/07/1935) onde os Cruzmaltinos enfrentaram o Santa Cruz (campeão pernambucano ) e a partida terminou com o empate 1x1.In. OLIVEIRA. Manoel. Tuna: sua vida e glória, Belém – Pa, 2003, p.63.

<sup>170</sup> PEREIRA, op.cit., p.74

<sup>171</sup> Idem, p.335.

<sup>172</sup> Idem, p.337.

<sup>173</sup> Segundo Augusto Meira Filho o terreno escolhido e aprovado pela prefeitura fora o utilizado anteriormente pela Estrada de Ferro Bragança, situado ao lado Sul da antiga estação de São Braz e denominado de Covões, daí a escolha do nome do Estádio. O projeto previa capacidade para 40.000 pessoas sentadas nas arquibancadas, entrada monumental, hotel dos atletas, ginásio coberto, administração, piscinas olímpicas, quadras de esporte em

Nesse sentido, o projeto de construção de um estádio estadual na capital paraense a partir da segunda metade do século XX foi motivo de diversas discussões pelas autoridades governamentais, desportistas e pela crônica esportiva. Portanto, em 1965, uma das preocupações do prefeito de Belém Alacid da Silva Nunes segundo o comentário do cronista Nilo Franco era de:

[...] haver o prefeito Alacid Nunes, em conversa com o dirigente da Federação Paraense de Desportos, assinalado a disposição de não concluir seu trabalho a testa da comuna sem dar início à concretização do que é velho sonho dos desportistas da terra, senão, de todo o Pará: a construção de um estádio oficial em Belém.<sup>174</sup>

A preocupação de Nilo Franco demonstra a necessidade de se construir uma praça desportiva em Belém a nível estadual e isso fica mais evidente quando na mesma matéria jornalística sai em defesa da realização do empreendimento como sendo uma façanha que traria benefícios ao estado, pois representaria “o crescimento, a pujança” do esporte no Pará.<sup>175</sup> Ao mencionar o nome de uma figura conhecida da política paraense no projeto de construção do estádio, o cronista prenunciava o que seria de fato a participação de Alacid da Silva Nunes nessa obra.

Durante a administração de Alacid da Silva Nunes no governo do estado, começou-se a se delinear projetos no sentido de colocar em prática o estádio de futebol. Desse modo, em 1966, já assumindo a função de gestor do estado, ele recebeu em audiência especial a comissão da FDP e os representantes dos clubes de futebol paraense da primeira divisão, cujo assunto foi a construção do estádio paraense.<sup>176</sup>

Um ano após esse encontro, o governador Alacid da Silva Nunes compareceu no estádio “Evandro Almeida” para assistir ao clássico de futebol entre Tuna e Clube do Remo, em homenagem ao terceiro ano da “revolução”. No mesmo dia, antes da partida, em pleno gramado do estádio, assinou o decreto de desapropriação da área onde seria construído o estádio paraense.

[...] CONSIDERANDO que os desportos em geral na cidade de Belém tomaram grande desenvolvimento, acompanhando mesmo a evolução desta capital em todos os sentidos [...]

---

todas as suas modalidades, salões de jogos, clube, bar, biblioteca, auditório par 300 lugares, cinema, e etc. Ver A Província do Pará, 01/10/1969. “O estádio que perdemos”, p. 4.

<sup>174</sup> Cf. A Província do Pará, 31/01/1965, 2º caderno, p.11.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Cf. Folha Vespertina, 03/03/1966, 2º caderno, p.4.

CONSIDERANDO que a construção de um Estádio importa em melhoramento de vulto para a cidade de Belém.

DECRETA

Art.10 – Fica declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a seguinte área de terras: Áreas de terras, de forma de um quadrilátero irregular. Situada com a frente medindo 317 m para a Boulevard Dr. Freitas, no bairro do Marco, nesta capital, limitando-se na lateral esquerda pela Avenida Visconde de Inhaúma, por onde mede 281m e fundo pela Travessa Alferes Costa, cuja linha do travessão mede 320 m.

[...] em tempo hábil constituirá uma comissão de técnicos que sob a Presidência do EXmo. Sr. Dr. secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, procederá a avaliação de todas as casas, barracas ou benfeitorias de terceiros existentes na área desapropriada, para efeito de arbitrar o valor exato de cada propriedade a ser indenizada [...]<sup>177</sup>

Nesse documento é visível o sentido político atribuído ao estádio de futebol pelo governador do estado, visto que representava, no seu entendimento, o desenvolvimento daquela capital. E isso aparece claro no projeto de desapropriação do terreno, bem como no processo de avaliação e indenizações.

A data escolhida para essa ação do governo não poderia passar despercebida pela sociedade e nada mais estratégico do que no aniversário da “revolução” apresentar ao público e aos meios de comunicação o projeto. No entanto, não podemos compreender a iniciativa do governador somente pelo aspecto político, e sim por ser tratar também de um homem ligado ao esporte paraense, pois antes de assumir um cargo político fora responsável pelo Departamento de Tiro ao Alvo na FPD.<sup>178</sup>

Dentro desse quadro político, surgiu o projeto de construção do “Mangueirão”<sup>179</sup>, assumido em 1969 pelo engenheiro Alcyr Meira, que recebeu das mãos do governador Alacid da Silva Nunes um cheque no valor de vinte mil cruzeiros novos como pagamento da primeira parcela.<sup>180</sup> Ainda no referido ano, o governador assinou um decreto que designava por lei a criação de uma instituição, sem fins lucrativos, cujo objetivo seria:

- a) Promover a construção de um estádio esportivo em Belém, cujas dimensões características sejam compatíveis com o desenvolvimento do Estado do Pará, de acordo com o projeto definitivo a ser aprovado pela mesma fundação.
- b) Estimular a prática de esportes promovendo cursos, certames e competições, em perfeito entrosamento, com os dos órgãos desportivos locais; [...]<sup>181</sup>

<sup>177</sup> Cf. Folha Vespertina, 01/04/1967, 2º caderno, p.9.

<sup>178</sup> Cf. Ibid., 03/03/1966, 2º caderno, p.4.

<sup>179</sup> O referido nome foi batizado dessa maneira em alusão as inúmeras mangueiras existentes na capital paraense; em alguns momentos da história do estádio foi proposta das autoridades envolvidas a troca da denominação oficial, embora atualmente o estádio seja chamado de Edgar Proença, para efeito popular continua sendo reconhecidamente o nome não oficial.

<sup>180</sup> Segundo o Jornal “Folha Vespertina” ( 12/01/1969, p.8.) o projeto custou ao governo Cento e Cinquenta mil cruzeiros.

<sup>181</sup> Ibid.

Podemos perceber pelo documento que se tratava de uma ação importante para aquele contexto, pois a organização tinha uma particularidade: embora não estatizada, caberia à mesma o cumprimento de tarefas voltadas ao desenvolvimento do esporte no estado, e conseqüentemente, a visibilidade das ações políticas do governo naquela sociedade.

Com todo esse desempenho por parte das autoridades governamentais e de desportistas, o projeto ganhava a cada dia destaque na imprensa paraense que, no final dos anos 60, saudava-o com muito entusiasmo no caderno de esporte e até mesmo nas colunas principais dos referidos periódicos da cidade. Figuras ilustres como Augusto Meira Filho escreveu:

Trinta anos depois, renasce o antigo ideal dos paraenses; o desejo de erguer sua praça esportiva se renova e se revifica. Efetivamente, nesta cidade, o povo está cada vez mais identificado à vida de seus clubes. [...] Há que se levar em conta o sentido da educação física que um estádio representa como escola, como centro de treinamento, como ambiente indispensável à juventude [...]<sup>182</sup>

Desse modo, a construção do estádio era defendida por Meira Filho como uma necessidade vital para a sociedade paraense não apenas pela identificação com o esporte, mas para desenvolver na juventude preparação de ordem física e moral no sentido de promover o “progresso do meio e a felicidade coletiva”.

Já instalada a FDP, o governador Alacid da Silva Nunes tratou de indicar os desportistas Fausto Soares Filho e Nabor de Castro e Silva para dirigir a Fundação Desportiva do Pará, com o objetivo de ambos assumirem o projeto de construção do estádio. Essa iniciativa do governo resultou em motivo de congratulação na Câmara Municipal de Belém pelo vereador da ARENA Lauro de Belém Sabbá, que pedia congratulações do plenário presente pela preocupação do governo com a realização da obra.<sup>183</sup>

Sem dúvida que a iniciativa do vereador tinha como política exaltar a figura do chefe de Estado, fortalecendo assim o partido do qual ambos eram membros e, nada melhor que aproveitar do assunto referente a construção do estádio para solidificar-se politicamente, pois o Mangueirão era motivo de discussão na imprensa paraense e no campo desportivo. Agora, não significa que a postura do vereador fosse percebida apenas por uma estratégia política, pois era um homem ligado ao esporte paraense.

---

<sup>182</sup> Cf. A Província do Pará, 01/10/1969, 1º caderno, p.4.

<sup>183</sup> Requerimento da Sala das Sessões da Câmara Municipal de Belém, 05/10/1969 publicado no Jornal A Província do Pará, 07/10/1969. 2º caderno, p.1

Enquanto o vereador da bancada arenista Lauro Sabbá, em diversos momentos saísse em defesa do governo, isso não significa que do lado da oposição não houvesse críticas à maneira como estava sendo conduzido o projeto pelo governo. Como exemplo disso, podemos citar o ataque que o vereador Jader Barbalho promoveu na Câmara Municipal de Belém ao então governador do estado Alacid Nunes, denunciando que, apesar do governador ter criado uma fundação desportiva para a construção do estádio, de descontos terem sido efetivados nos bilhetes da loteria esportiva, de sucessivas manchetes nos jornais, coquetel para mostrar o projeto, realização de caravanas ao local da construção; o projeto estava apenas no papel.<sup>184</sup>

A crítica do vereador Jader Barbalho não só denunciava os rumos do estádio, como também apontava as conseqüências negativas trazidas ao estado caso não se concretizasse a obra: [...] o povo espera uma explicação do governo (sic), porque o Pará vai perder a oportunidade de participar da pequena Copa do Mundo, que será realizada em 1972 e perderá até mesmo para Manaus que já tem o seu estádio [...]<sup>185</sup>

Do lado dos cronistas, a reação e o entusiasmo faziam-se presentes com saudosismos, também em relação a antigas propostas de construção de uma obra que viesse atender os anseios da sociedade. Nas palavras de Nilo Franco:

[...] passados administradores, Magalhães Barata no Governo do Estado e Rodolfo Chermont no Governo do Município, por exemplo, muito se animaram de propósitos os mais largos e de empenhos realmente honestos, ansiosos de dar ao desporto da terra comum o estádio com que todos há muito sonhamos. A festa de ontem não foi de lançamento da pedra fundamental, mas foi do mesmo modo, um acontecimento realmente histórico, com a vantagem, com ele, se dá um passo decisivo para ter realmente o estádio [...].<sup>186</sup>

Passado e presente se misturam nas lembranças do cronista que, assim como a maioria dos homens envolvidos com o esporte paraense, saudavam e enfatizavam a concretização de um projeto que já vinha sendo pensado em outros governos, não sendo, portanto, uma inovação. Vale ressaltar que, no contexto militar, a construção de vários estádios estaduais no Brasil tornou-se uma realidade. Percebe-se, também uma espécie de identificação na fala emocionada de Franco não com o Regime Militar, mas com a possibilidade de construção do “Mangueirão”.

<sup>184</sup> Cf. A Província do Pará, 08/07/1970, 1º caderno, p.5

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> Ibid., 19e 20/07/1970. 1º caderno, p.5

O alcance do assunto sobre a construção do estádio “Mangueirão” se evidenciava não apenas nas relações sociais dos desportistas, mas nas eleições partidárias, visto que nomes como o de Moacir Calandrine eram lançados à candidatura de vereador de Belém.

Foto 12: Propaganda política



Fonte: A Província do Pará: 15/10/1970, 2º caderno, p.7.

A imagem refere-se à propaganda política que era estampada no caderno de esportes das páginas do jornal A Província do Pará. A propaganda ressalta a necessidade de “um defensor na Câmara Municipal” com o propósito de lutar pelos interesses do esporte paraense, em especial a construção do tão sonhado estádio estadual.<sup>187</sup>

Importante notar que a construção de um estádio estadual no Pará figurava nesse momento histórico como uma bandeira de luta em defesa do futebol da terra, possibilitando diversas relações políticas e sociais, pois servia como via de popularidade do governo, de promoção a cargos políticos e, ainda revelava a importância do futebol na vida dos desportistas paraenses.

Não é difícil compreender a relevância que o futebol exercia na vida desses sujeitos, pois como nos informa Daolio:

Basta observarmos o quanto o futebol está presente em nossas vidas. Quantas músicas retratando o futebol; quantos filmes, peças de teatro e novelas tiveram o futebol como personagem principal ou como cenário para suas tramas; quantas horas diárias a imprensa televisiva e radiofônica gastam com o futebol; quanto espaço diário de jornal é dedicado a este esporte em detrimento de outro [...] <sup>188</sup>

<sup>187</sup> Moacir Calandrine escrevia na coluna desportiva do referido jornal, sendo um homem ligado aos assuntos referentes ao esporte paraense.

<sup>188</sup> DAOLI, Jocimar. “As contradições do futebol brasileiro”. In. Futebol: paixão e política. CARRANO, Paulo César R. (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.33.

Embora o autor refira-se à popularidade do futebol no Brasil na década de 90, suas observações servem para pensar na construção de identidade que o esporte foi assumindo no país. Sendo que, no contexto do militarismo no Brasil, em que o estádio “Manguirão” começava a dar seus primeiros passos, o “bolapé” na capital paraense, assim como na maioria das capitais brasileiras, já se constituía em um fenômeno social de longo alcance.

Em 1971, Fausto Soares proferindo um discurso emocionado, transferia a administração da Fundação Desportiva Paraense<sup>189</sup> para as mãos de Alcir Braga. Entre as palavras anunciadas, o ex-superintendente lembrava da confiança depositada pelo governo do estado a sua pessoa e aos demais colaboradores para o início da obra, a colaboração da equipe durante o tempo que estiveram à frente do empreendimento e, principalmente, as dificuldades encontradas para colocar em prática o projeto.<sup>190</sup>

Entre as dificuldades para a realização da etapa inicial da construção Fausto Soares destacava:

[...] a escassez de recursos financeiros originários destaca-se, eis que, à sua instituição, nossa entidade dispunha apenas da quantia aproximada de quatrocentos e dez mil cruzeiros - saldo remanescente e oriundo de sua quota de participação nas extrações da loteria estadual [...] A superveniência (sic) de outra barreira de natureza legal, relacionou-se com o local escolhido para a obra.<sup>191</sup>

Situado no Bairro da Nova Marambaia, o terreno para a construção do Manguirão foi adquirido pelo valor de Cr\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), porém se constituía, segundo Fausto Soares, na problemática de ser uma área militar e de terrenos às proximidades serem de caráter privado. Por se tratar de uma área militar, era preciso licença dos órgãos competentes para a liberação do terreno, afinal o estádio serviria de “livre” circulação à sociedade, situação que ia de encontro aos propósitos do militarismo, quanto aos terrenos que deveriam ser desapropriados pelo governo para a concretização do estádio.

Esses impedimentos teriam sido resolvidos amistosamente com a interferência de autoridades militares na figura do Comandante do 4º Distrito Naval, contra-almirante Diocles Lima de Siqueira e da indenização aos proprietários de áreas próximas ao estádio.<sup>192</sup> Sendo assim, Diocles Lima de Siqueira enviara ao governador do estado Alacid Nunes o documento que permitia a liberação do terreno para a construção do estádio:

---

<sup>189</sup> Entidade criada no governo Alacid Nunes e responsável pela construção do Manguirão.

<sup>190</sup> Cf. A Província do Pará, 14/04/1971, 2º caderno, p.8.

<sup>191</sup> Ibid.

<sup>192</sup> Ibid.

Ministério da Marinha  
Comando do 4º Distrito Naval

Senhor Governador

Tendo em vista as decisões contidas nos expedientes das referencias, tenho a honra e a satisfação de comunicar a V. Exa., por determinação do Ministro da Marinha, estar a Fundação Desportiva Paraense autorizada a construir o Estádio Estadual no bairro da Marambaia, na cidade de Belém, respeitando as especificações do seu requerimento[...]<sup>193</sup>

Se as negociações com os proprietários de terrenos próximos à área de construção da obra foram resolvidas sem conflito é algo que não podemos precisar, mas a interferência de autoridades militares e políticos influentes no Pará, como foi o caso do comandante naval, do governador e de deputados, nos indica as relações de poder na sociedade paraense. Portanto, a existência do acordo com autoridades militares e com donos de áreas próximas ao estádio pode ser explicada pela interferência do estado no processo de liberação da área.

No ano de 1971, a FDP assumia nova feição com a indicação pelo governador do estado Fernando Guilhon de Alcyr Braga e Francisco Lamartine Nogueira para administrar a referida entidade. Importante ressaltar a influência do governo na escolha dos dirigentes dessa instituição, por isso ser considerada como o próprio decreto deixava claro, de “utilidade pública”, isto é, a razão de sua existência se justificava pela necessidade de servir aos interesses do estado.

Essa mudança resultaria numa grande polêmica, visto que em visita ao local onde estava sendo construído o estádio, autoridades como o Brigadeiro Jerônimo Bastos e os dirigentes da FDP apontaram razões para não dar continuidade à construção do estádio na Rodovia Augusto Montenegro. Entre os motivos apontados destacava-se: “a distância considerada prejudicial aos empresários dos coletivos, dificuldade de acesso ao local que causaria engarrafamento do trânsito e etc.”<sup>194</sup>

Além dos superintendentes e do Brigadeiro Jerônimo Bastos, a mudança receberia apoio do presidente da FPD, Nilo Franco, de alguns desportistas como Miranda Sobrinho e de algumas autoridades políticas como é o caso do vereador Manoel Oliveira. Se muitas vezes ecoavam em apoio ao novo projeto, havia, por sua vez, discordâncias no meio desportivo.

Nesse sentido, Grimoaldo Soares cronista da Rádio Liberal assim se pronunciava:

[...] A mudança do local, seria um desperdício de trabalho, tempo, e dinheiro [...] a anunciada ajuda da CBD caso haja a mudança, considero estranha [...] porque a entidade mater jamais se lembrou de nós, (sic) a não ser em véspera de eleição de diretoria, para cabalar nossos votos, [...] pela curiosa preferência de João

<sup>193</sup> Ofício nº. 1145, do comando do 4º DN. In. A Província do Pará, 17/07/1970, 2º caderno. p.8

<sup>194</sup> Cf. A Província do Pará, 11/05/1971. 2º caderno, p.8

Havellange, que sendo radicado na Guanabara desconhece onde fica o Guamá e a Nova Marambaia [...].<sup>195</sup>

A necessidade propalada pelos novos organizadores da FDP e, principalmente, pelos representantes do futebol no país, era visto pelo cronista com desconfiança, uma vez que um grande investimento já havia sido feito na obra, além disso, tal mudança mostrava-se como indicativo de interesses políticos.

A indicação de interesses políticos na esfera esportiva no Pará era comentada também pelo editor de esportes da Folha do Norte, Imar Nunes, que afirmara: “Bobagem toda (sic) essa guerra em torno da construção do estádio ‘Alacid Nunes’. Em todos os estados, a construção dessas praças de esportes foi cercada de toda a união, olhando o interesse comum. Em Belém aconteceu o contrário, talvez pela intromissão da política [...]”<sup>196</sup>

Diante dessa questão, podemos dizer então que a opinião pública via aspectos positivos e negativos na “intromissão” da “política” no futebol. Embora Nunes destaque a ausência de divergências políticas na concretização dos estádios em outros estados brasileiros e aponte como possibilidade essa intromissão como sendo o principal problema no caso do “Mangueirão”, é evidente que seus argumentos revelam apenas uma faceta das relações políticas no campo desportivo, pois a presença da política no esporte paraense não se constituía numa exceção no Brasil, uma vez que em vários momentos da história do esporte as autoridades políticas estiveram presentes construindo suas teias de interesses. Segundo Benjamim, “antes mesmo do cinema e do rádio, o esporte já funcionava como fator de promoção pública, algo potencializado na modernidade quando políticos, astros e atletas ocupam espaços similares no panteão social”<sup>197</sup>

Além disso, as divergências políticas na esfera esportiva já se faziam notar desde a década de 1940 com a proposta de construção da praça de esporte no Rio de Janeiro. Segundo Moura:

Bem que se tentara construir uma grande praça esportiva no Rio. Fora em 1941, ano em que o presidente Getúlio Vargas criara o Conselho Nacional de Desporto, [...] Gustavo Capanema [...] promoveu um concurso para escolher o melhor projeto de praça de esportes para ser construída no Distrito Federal. Venceu o trabalho dos arquitetos Pedro Paulo Bastos e Antônio Dias Carneiro, dois nomes que, segundo consta, não seriam os preferidos do ministro. O prefeito do Rio, Henrique Dodsworth, igualmente interessado na construção do estádio, solicitou estudos aos arquitetos Rafael Galvão e Orlando Azevedo. A disputa entre as esferas municipal e

<sup>195</sup> Cf. A Província do Pará, 13/05/1971. 2º caderno, p.8

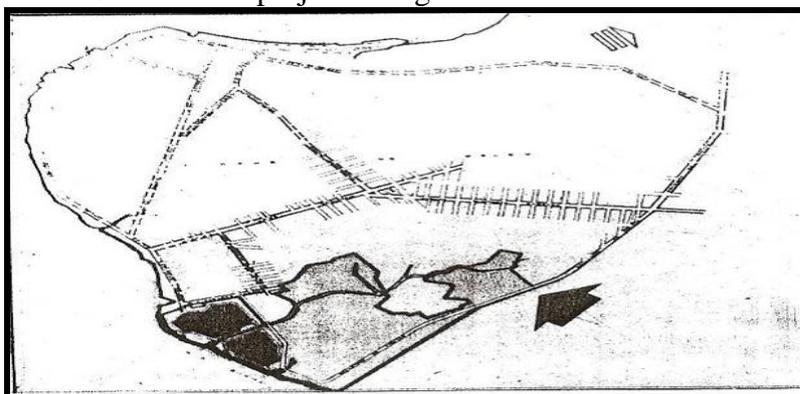
<sup>196</sup> Ibid., 16e 17/ 05/1971.2º caderno, p.10.

<sup>197</sup> BENJAMIM, Walter (2000) apud MELLO, Victor Andrade de. Cinema e esporte: diálogos entre linguagens na modernidade. In. BARROS, José. (org.). Cinema – história. Rio de Janeiro, 2007, p. 339.

federal pelo privilégio da execução da obra paralisou o projeto, que não foi adiante.  
198

Dentro da nova proposta o que causara maior impacto não era a redução da capacidade para abrigar os aficionados pelo futebol, mas a proposição de transferência do estádio da Nova Marambaia para Bairro do Guamá, aliás, a primeira área que foi designada pelo governador Alacid da Silva Nunes no final da década de 60 para a construção do empreendimento.

Foto 13: Planta do projeto Mangueirão



Fonte: Revista Placar: 04/06/1971, n.64, p.20.

De acordo com a planta acima, o local exato para a construção do estádio corresponde à indicação da seta e compreendia uma área de 78 hectares à margem da Boulevard Dr. Freitas (avenida Perimetral) próximo a Universidade Federal do Pará. Fazia parte desse novo projeto “a abertura de novas vias de acesso como a Avenida Ceará, ligando-a a São Braz, Itororó e Mauriti, ligando-o com a Almirante Barroso”<sup>199</sup>

A construção do estádio Mangueirão seria contemplada, segundo os defensores da mudança, por três aspectos positivos para a realização da obra: primeiro através do Conselho Federal de Desporto, que destinaria através da loteria esportiva, quota especial e fixa para a construção e conclusão do estádio; segundo pela participação (grifo nosso) da “Confederação Brasileira de Desportos com a presença de João Havellange e, finalmente, o apoio do Ministério de Educação e Cultura”, visto que a Universidade Federal do Pará com participação direta em convênio com a Fundação, além de contribuir com a realização do projeto “Mangueirão”, cedendo o terreno para sua construção, seria beneficiada com a liberação do espaço para a realização de atividades acadêmicas pelos universitários.<sup>200</sup>

<sup>198</sup> MOURA. op.cit., p.24

<sup>199</sup> Cf. A província do Pará, 11/05/1971, 2º caderno, p.8.

<sup>200</sup> Ibid.

No que se refere à participação da UFPA no projeto e de autoridades da cúpula do futebol nacional, ambas vistas pelos dirigentes da FDP, alguns políticos e desportistas como a solução para os problemas da construção do “Mangueirão, não seria como já foi mencionado anteriormente uma bandeira única, pois alguns cronistas esportivos faziam ressalvas criticando ferozmente a interferência de forças políticas externas na concretização do estádio.

A explosão maior das divergências em torno da polêmica ocorrera na Assembléia Legislativa, deflagrando uma crise interna dentro da bancada arenista que se colocara contra a proposta do superintendente da FDP Lamartine Nogueira. Certamente a disputa com os deputados Gerson Peres, Ubaldo Corrêa, Osvaldo Melo e Lauro Sabbá tinha como foco a publicação de uma carta nos jornais da capital paraense enviada por Lamartine Nogueira.

Não se sabe o teor da carta, mas pela reação dos deputados que chegaram a pedir a expulsão de Lamartine da bancada do governo, pode-se dizer que o documento escrito por ele estava cheio de acusações aos referidos políticos.<sup>201</sup>

A crise acabou resultando no pedido de demissão do próprio Lamartine Nogueira ao governador do estado que o teria aceitado sem contestações. Essa versão era estampada no jornal “A Província do Pará” que publicara os acontecimentos dentro da Câmara Municipal, ressaltando o apoio dado pelos políticos à decisão tomada pelo governador do Estado.<sup>202</sup>

Os rumos do conflito sobre o caso “Mangueirão” representavam o retrato das relações políticas no Pará, pois as disputas que surgiram em torno da realização do projeto de construção do estádio, provavelmente ultrapassavam o campo desportivo demonstrando as contradições dentro da própria bancada do governo, bem como a posição assumida pela oposição.<sup>203</sup>

Passados quatro meses da crise política, o estádio voltava a ser novamente noticiado na imprensa paraense, dessa vez não enquanto motivo de disputas, mas com o propósito de demonstrar à sociedade que a mudança de local para a construção da obra não se realizara e que o superintendente da FDP, Alcyr Braga, estava empenhando-se para a realização do projeto. Uma das medidas tomadas pelo então dirigente da federação era o apelo que fazia aos deputados estaduais solicitando “a criação de uma taxa sobre (sic) bebidas alcoólicas destinadas exclusivamente ao estádio paraense”<sup>204</sup>

---

<sup>201</sup> Não encontrei nos jornais a carta em si, embora apareça referencia a publicação da mesma.

<sup>202</sup> Cf. A Província do Pará, 14/05/1971, p.1.

<sup>203</sup> Sobre essa disputa política ver. Ibid., 15/05/1971, p.5; 18/05/1971. 1º caderno, p.10; 20/05/1971, 1º caderno, p.5.

<sup>204</sup> Cf. O Liberal, 05/09/1971. 2º caderno, p.7.

E o torcedor, como aparecia nesse momento? Evidentemente não há indícios da participação popular nas decisões acerca dos rumos que tomaria o estádio paraense. Esses dados não podem servir como uma idéia precisa, mas de fato os jornais, as atas e revistas pesquisadas não mencionam a presença do torcedor nas decisões; fato que não é difícil compreender por se tratar de uma sociedade caracterizada por uma tradição elitista e autoritária.<sup>205</sup>

Segundo Cláudio Guimarães, a participação do torcedor no que diz respeito ao “Mangueirão” não se constituiu numa realidade, pois não interessava às autoridades competentes chamarem o povo para decidir, sendo este o último a saber das decisões. Embora isso fosse uma questão presente no meio desportivo, salientou ainda que a crônica esportiva sempre estimulou e cobrou a presença do torcedor nas decisões esportivas. A fala do cronista esportivo reflete muito seu descontentamento com a situação do futebol paraense na atualidade, pois, em outro momento da entrevista, salientou que não havia espaço aberto para a participação da sociedade nos programas de rádio dentro do contexto militar. Essa observação nos indica que ele fala de uma situação do presente, embora lembrando o passado.<sup>206</sup>

Em 1972, tornaram-se constante as visitas de autoridades ao local da obra, com o intuito de fiscalizar o trabalho que estava sendo desenvolvido como se pode observar na imagem.

Foto 14: Visita ao Mangueirão.



Fonte: A Província do Pará, 22/01/1972, p.6.

---

<sup>205</sup> Sobre a questão da cidadania no Brasil ver. CARVALHO, Murilo. Cidadania no Brasil – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 2001.

<sup>206</sup> Dados obtidos em entrevista com o cronista paraense Cláudio Guimarães.

Entre os sujeitos presentes nessa visita aparecem em foco: o Sr. Fausto de Aguiar, presidente do Conselho Regional de Desporto, o Superintendente a FDP Alcyr Braga, o arquiteto Alcyr Meira, os conselheiros Paulo Klautau, o engenheiro Francisco Henrique, o assessor Moacir Calandrini, bem como trabalhadores que aparecem de maneira não expressiva. A imagem captada pela lente do fotógrafo reveste-se de uma singularidade própria do observador, à medida em que este buscou destacar uma cena que traduzisse um fato importante para o campo desportivo paraense.<sup>207</sup>

Ao mesmo tempo em que os jornais destacavam a continuação da obra do estádio estadual “Mangueirão”, não deixavam de criticar a ausência do Pará na Minicopa promovida pelo presidente Garrastazu Médice.

Se tivesse havido uma união de forças em torno da construção do Mangueirão, se tivessem todos aqueles que se dizem desportista feito uma ‘corrente pra frente’; o paraense certamente não estaria alijado da Minicopa e nos teríamos a felicidade de assistir jogos internacionais [...].<sup>208</sup>

O ufanismo, tantas vezes presente no discurso governamental, aparece na fala acima em conseqüência da inoperância dos homens ligados à construção do estádio estadual, visto que a ausência de um espaço dentro dos padrões nacionais de competição desportiva servia como justificativa das esferas centrais do desporto para a não participação do Pará em campeonatos, como a Taça Independência em 1972, e em campeonatos nacionais.

Diante dessa necessidade, cabe a seguinte indagação – Quais os sentidos do Pará ter ficado de fora da Minicopa e por que a necessidade de aumentar o número de seus representantes nas competições esportivas fora do certame estadual?

Em primeiro lugar, a ausência do Pará como uma das sedes da Minicopa representava, naquele momento para os sujeitos envolvidos diretamente com o futebol, a impossibilidade de participarem de uma competição internacional, revelando, ainda, a falta de estrutura do estado para sediar uma competição desse nível, o que era visto como prejudicial para o crescimento das práticas desportivas, em especial o futebol.

No que se refere à representatividade dos clubes paraenses em competição nacional, a falta de um estádio dentro dos padrões da CBD concorria para que os discursos dos

---

<sup>207</sup> Sobre o uso da imagem como objeto de investigação histórica ver. GASKELLI, Ivan. História das Imagens. In. A escrita da história: novas perspectivas. Peter Burke (org.). São Paulo: Unesp. 1992, p.236-271; COELHO, Geraldo Mártires. O espelho de Clio. In. O violino de ingres: leituras de história cultural. Belém: Paka – Tatu, 2005, p.97- 143.

<sup>208</sup> Cf. A Província do Pará, 13/05/1972, 2º caderno, p.10.

representantes dessa entidade ganhasse força no sentido de deixar outros clubes paraenses de fora da competição<sup>209</sup>

Essa defesa em favor do futebol paraense vai ganhar força nos discursos de autoridades governamentais, desportistas e cronistas esportivos de diferentes maneiras e em contextos distintos. Desse modo, João Álvaro ressaltando a urgência de solução para a construção do estádio de futebol destacava:

Tão bom seria entregar o estádio, ainda que parcialmente construído, a tempo de o utilizarmos em 1973. Isso talvez permitisse a inclusão de um, mas pelo menos de dois clubes paraenses na competição, aumentando a nossa representação e sanando, principalmente, esse problema gerado pela inatividade de dois de nossos grandes clubes numa situação crítica e insustentável que não pode e nem deve se repetir [...].<sup>210</sup>

A preocupação com a realização da obra reunia os mais diferentes sujeitos ligados ao campo desportivo paraense, assumindo, por parte dos cronistas esportivos, o ímpeto de divulgar largamente os acontecimentos em torno da construção do estádio, estendendo-se ainda numa espécie de apelo as autoridades para o problema da inclusão dos clubes paraenses em campeonatos nacionais.

Um dado interessante sobre o modelo de política adotada para a liberação de verbas para a construção do “Mangueirão” revestia-se da indicação não de capitais do Sudeste do país como centros de referência para o futebol nacional, mas da capital amazonense. Nas palavras de Raymundo Sobral “como devem saber, a Fundação havia sugerido a criação de uma taxa sobre ingressos de cinema e outra sobre refrigerantes. Idéia nada original. Pelo contrário. Isso mesmo fizeram no Amazonas”.<sup>211</sup>

A indicação do estado do Amazonas não pode ser pensada como um simples modelo aleatório, mas como indício das disputas políticas entre os estados vizinhos, sendo que a existência do estádio estadual em Manaus colocava a capital amazonense em destaque na região Norte, pelo menos no campo desportivo e essa condição acabava sendo o motivo de desportistas, cronistas e políticos utilizarem como referência as políticas adotadas daquele estado para a construção de sua praça desportiva.

A construção de estádios de futebol no Brasil no contexto do militarismo não foi uma tendência somente das capitais brasileiras, porque a construção de praças desportivas foi

---

<sup>209</sup> Cabe ressaltar que os únicos representantes do Pará na década de 70 em campeonatos nacionais foram: Paysandu, Clube do Remo e Tuna, essa com menor participação.

<sup>210</sup> Cf. A Província do Pará, 21/10/1972, 2º caderno, p.7.

<sup>211</sup> Ibid., 16/12/1972, 2º caderno, p.3.

também realidade em municípios paraenses como, por exemplo, Alenquer, que no ano de 1973 iniciara a construção de seu estádio municipal denominado “Heriberto Batista”, numa parceria entre a Prefeitura Municipal de Alenquer sob o comando de João Ferreira e os comerciantes locais.<sup>212</sup> Outro município paraense que construiu seu estádio foi Castanhal, que em 1975 disputou pela primeira vez o Campeonato Paraense, sendo possível sua inclusão pela iniciativa do prefeito José Espinheiro de Oliveira em presentear a cidade com o Estádio de futebol denominado “Jarbas Passarinho”, o Passarinhão.<sup>213</sup>

A criação de alguns estádios municipais no Pará no contexto do militarismo se explica pela própria necessidade de clubes do interior de participar do campeonato paraense, mas é claro que se enquadra na política do governo federal de incentivo ao desenvolvimento nacional. Essa ampliação de praças desportivas é também resultado do alcance e importância do futebol brasileiro a nível internacional com a conquista do Tricampeonato de futebol.

Cabe ressaltar, que a ausência de um estádio de futebol estadual no Pará nesse contexto não representava em impedimentos para o prosseguimento do Campeonato Paraense, bem como na realização de outras competições a nível municipal e até mesmo interestadual, porque as partidas se realizavam com maior frequência nos estádios dos maiores representantes do futebol paraense: estádio “Evandro Almeida” (Clube do Remo), estádio “Leônidas Castro” (Paysandu) e estádio “Francisco Vasques” (Tuna Luso).

Em 1974, o debate de maior evidência sobre o estádio estadual paraense continuava sendo o problema da falta de recursos financeiros para viabilizar a obra. Nesse sentido, o superintendente Alcyr Braga, em visita a Assembléia Legislativa, fez uma exposição das mudanças ocorridas no projeto inicial, como por exemplo, a redução da capacidade do estádio, e principalmente, elencou as dificuldades para a concretização do estádio. A visita tinha como objetivo buscar apoio das autoridades locais para solucionar o problema.<sup>214</sup>

Se nos anos anteriores não era notória a participação do torcedor nas decisões acerca da construção do estádio de futebol, em 1974 já se percebia uma pequena mudança, pois se ao torcedor não cabiam as decisões políticas, sua participação seria indispensável no que diz respeito à colaboração com recursos financeiros. Desse modo, o jornal “A Província do Pará” estampava uma matéria extensa sobre a situação do estádio, revelando a partir da fala de Alcyr Braga a presença do povo.

---

<sup>212</sup> O estádio na época recebeu o apelido de “Gigante de Alenquer”, sendo sua capacidade prevista para abrigar 15.000 pessoas. Ver A Província do Pará, 19 e 20 /08/1973. 2º caderno, p.8.

<sup>213</sup> Cf. O Liberal, 07/04/1975, 1º caderno, p.18.

<sup>214</sup> Cf. A Província do Pará, 07/06/1974, 1º caderno, P.11.

[...] Prosseguindo na luta pelos recursos disse Alcyr Braga – fez palestras pelo rádio e televisão, debateu com o povo e sentiu que este queria colaborar. Houve quem sugerisse a doação de um tijolo por torcedor nas partidas realizadas em Belém, destinados ao estádio, mas isso não pode ser feito, porque não dava o resultado desejado. Outro torcedor sugeriu a adição de pequena taxa nas contas de luz e água, para que todo povo colaborasse [...].<sup>215</sup>

Importante ressaltar se não havia por parte do governo e dos indivíduos ligados ao futebol a iniciativa de consultar a sociedade acerca dos assuntos ligados ao estádio de futebol. Coube, por outro lado, a preocupação de aproximar o torcedor à medida em que se colocou à disposição do público interessado transporte gratuito para visitas ao local em que estava sendo construído o “Mangueirão”.<sup>216</sup>

Essa providência adotada pelos sujeitos que estiveram à frente do projeto de construção do estádio estadual em Belém na década de 70 pode ser compreendida de duas maneiras: a necessidade de tornar a obra uma referência popular, fazendo com que os indivíduos adotassem para si o projeto e a estratégia de reafirmar o ideal de desenvolvimento na capital paraense.

Embora o auge do militarismo com o governo Médice, nos primeiros anos da década de 70, tenha repercutido no campo esportivo com a adoção de algumas políticas no sentido de impulsionar o futebol brasileiro, parece que esse indicativo não foi colocado na prática em todas as capitais brasileiras, uma vez que enquanto o presidente liberava verbas para a criação de campeonatos, algumas capitais do país, por exemplo, Belém ficava de fora da competição.

Essa situação estendia-se à liberação de recursos para a construção do estádio de futebol, pois na corrida pela captação de verbas o superintendente da FDP Alcyr Braga buscou ajuda do presidente “que prometeu todo apoio ao pleito, que considerou justo, mas o assunto ficou em estudos no Banco, terminou o mandato do presidente e a resposta não veio”.<sup>217</sup>

Decorria o ano de 1975 quando Aloysio Chaves assumiu o governo do estado e entre suas prioridades estava o estádio paraense de futebol, pois a obra ainda estava em fase de construção e necessitava do apoio do governo para dar continuidade ao empreendimento. Essa participação seria de grande importância para a figura do gestor nesse momento. Fica evidente que Aluísio Chaves não deixaria de lado uma obra cuja visibilidade era extensa nos meios de comunicação paraense, além disso, representava para aquela sociedade uma necessidade, já

---

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> A referência a abertura para o torcedor paraense visitar a obra aparece no ano de 1972 e 1976 no jornal “A Província do Pará”.

<sup>217</sup> Ibid.

que os estádios existentes no Pará não comportavam satisfatoriamente o número de torcedores e nem as condições adequadas às exigências da CBD. Essas questões, segundo a crônica esportiva, constituíam-se na falta de desenvolvimento e visibilidade para o futebol no Pará.

Embora o governador salientasse a falta de uma verba específica para a realização da obra, procurou criar mecanismos de captação de recursos para a mesma. Nesse sentido foi criada uma comissão com o objetivo de buscar recursos para tal finalidade.

Foto 15: Reunião da comissão na sede da FDP



Fonte: O Liberal: 11/04/1975, 1º caderno, p. 24.

Na fotografia, aparece reunida a comissão escolhida pelo governador Aloysio Chaves, com a presença ao centro da imagem do superintendente da FDP Alcyr Braga e ao redor os demais componentes como: Rômulo Maiorana, Adriano Guimarães, Artemio Guimarães, Afonso Simas e Afonso Lima. Com um projeto ambicioso, a comissão tinha como proposta a venda de “quatro mil cadeiras cativas, ao preço de cinco mil cruzeiros, pelo espaço de oito anos.” A presença do empresário Rômulo Maiorana, dono jornal O Liberal, nessa comissão revela não somente a força que o futebol ocupava nas páginas desse periódico como também a importância dessa prática desportiva na vida de diferentes classes sociais no Pará.<sup>218</sup>

O plano de vendas das cadeiras cativas representava grande relevância na política de construção do estádio, na medida em que justificava a falta de recurso do estado, colocando o problema da falta de verbas também sob a responsabilidade do povo, sendo divulgado pela imprensa da seguinte maneira “[...] como a construção do estádio ‘Alacid Nunes’ é de interesse de todo o povo paraense, a comissão espera a colaboração de todos nesse

<sup>218</sup> Rômulo Maiorana era um apaixonado pelo futebol, torcedor do Paysandú Sport Club dedicou uma parte de sua vida na presidência do Clube.

sentido.<sup>219</sup> Essa estratégia política foi utilizada pioneiramente pelos representantes do governo no Rio de Janeiro em fins da década de 40 para a concretização do estádio na capital brasileira.<sup>220</sup>

A necessidade de construção do estádio estadual na capital paraense continuava sendo uma bandeira de luta dos desportistas, políticos e cronistas em defesa do futebol paraense, resultando ainda na emergência de discursos em torno do progresso local. Porém a maior justificativa dos sujeitos envolvidos com a construção do estádio estadual nesse contexto não era o beneficiamento econômico que a obra traria ao estado, a exemplo do que fariam a imprensa e o governador Almir Gabriel em 2001, mas, principalmente, o crescimento do futebol paraense à medida em que seus clubes conseguissem um espaço maior nas competições nacionais.

[...] O futebol paraense precisa com urgência de seu estádio [...]. A necessidade do termo do Mangueirão gira em torno do Campeonato Nacional. No próximo ano, essa grande competição da CBD vai sofrer radicais transformações. A nova cúpula da entidade mater pretende dar novas diretrizes ao copão, modificando inclusive seu sistema de disputa. Uma das exigências para participar do Nacional de 76 será a apresentação de um estádio em condições de receber, pelo menos, 40 mil espectadores. Conseguindo dar condições ao Mangueirão, estaremos perfeitamente capacitados para participar dessa competição [...]. Portanto, temos que lutar para, pelo menos, conseguir colocar apto o estádio [...].<sup>221</sup>

[...] Com o estádio Alacid Nunes pronto, o bairro onde está sendo construída essa grande praça de esportes ( Nova Marambaia) certamente sofrerá a influência que um estádio provoca em qualquer local onde é construído. A quando da primeira apresentação do Mangueirão ao público, tivemos uma pequena demonstração disso [...]. Portanto, o Mangueirão será, também, fator decisivo no progresso de um dos mais novos bairros do nosso Estado.<sup>222</sup>

O surgimento de estádios no Brasil acompanha a lógica da modernidade que trouxe no seu bojo durante o século XX transformações importantes, principalmente, no que se refere à emergência das cidades que sofreram nas primeiras décadas daquele século o processo de urbanização, daí a necessidade de criação de espaços de lazer para abrigar uma grande quantidade de pessoas que migraram para os centros urbanos.<sup>223</sup>

Para oficializar o novo projeto desenvolvido pela FDP com o apoio do governo estadual, foi realizado na Assembléia Paraense um coquetel para “o lançamento da venda das

<sup>219</sup> Cf. O Liberal, 11/04/1975, 1º caderno, p.24.

<sup>220</sup> MOURA, op.cit., p.28.

<sup>221</sup> Cf. O Liberal, 20/04/1975, 1º caderno, p.17.

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> Sevecenko no artigo “Metrópoles e desatinos” discute a emergência dos esportes no processo de urbanização no Brasil.

primeiras 1.000 cadeiras cativas para o Estádio”. A parceria contava com o apoio do Banco Sul Brasileiro S/A, que se comprometeu a financiar as cadeiras de forma parcelada. O evento contou com a participação de um grupo seletivo de pessoas como demonstra a imagem.

Foto 16: Vendas de cadeiras na Assembléia Paraense.



Fonte: O Liberal, 05/06/1975, 1º caderno, p. 16.

Novamente, o torcedor não aparece na fotografia, provavelmente o povo não foi convidado a participar, visto que se tratava de um evento fechado aos homens que comandavam o futebol local, autoridades políticas, pessoas influentes do ramo empresarial e a imprensa paraense. Essa convergência de interesses atesta a dinâmica das relações no campo desportivo paraense. Sem dúvida que ao povo cabia participar não daquele evento oficial, mas em outro momento, visto que foi criado no Banco um serviço especial para o financiamento das cadeiras cativas.<sup>224</sup>

Enquanto os grandes clubes do Sudeste do Brasil recebiam apoio do governo central, como é o caso do Botafogo que foi presenteado pelo presidente Ernesto Geisel com a doação de um terreno de 250.000 m<sup>2</sup> em Niterói para a construção de seu estádio de futebol,<sup>225</sup> o estádio de futebol do Pará nesse momento não conseguia do governo central o apoio necessário para a captação de recursos.

A evidência desse fato se confirmava na entrevista concedida pelo presidente da comissão de vistoria da CBD, coronel Louzada, quando de sua visita ao “Mangueirão”, pois ao ser indagado sobre a ajuda do governo federal para a construção do estádio teria afirmado não ter autorização para falar do assunto.<sup>226</sup>

<sup>224</sup> Cf. O Liberal, 05/06/1975, 1º caderno, p.16.

<sup>225</sup> Cf. A Província do Pará, 10/10/ 1975. 1º caderno, p.15.

<sup>226</sup> Ibid., 15/12/1975, 1º caderno, p. 5.

O destaque da fala do representante da entidade máxima pelo periódico pode ser um indicativo do descontentamento de um grupo de cronistas esportivos e, até mesmo da própria direção do jornal para com as políticas do governo federal para o esporte paraense. Sem entrar no mérito da questão, convém ressaltar que o tratamento diferenciado entre os centros de esporte no Brasil não é uma característica do contexto militar, e não surge dentro do campo desportivo, mas faz parte de uma política elitista, centralista e excludente, própria da sociedade brasileira que ao longo de sua história conferiu maior interesse e atenção às regiões centrais do país.<sup>227</sup>

Nos anos seguintes a defesa pela concretização do estádio de futebol paraense continuava sendo motivo de discussões e acordos entre os homens ligados ao esporte paraense. Por conseguinte, os diversos ecos da imprensa esportiva, dos desportistas e de políticos que estavam à frente da construção do “Mangueirão” pareciam surtir efeito, pois aos poucos o que antes era um “velho sonho” estava ganhando forma.

Em 1976 o “Mangueirão” ganhava mais uma etapa, dessa vez se tratava de um acordo feito entre o governo do estado e a empresa de engenharia Estacon, que sob a responsabilidade do engenheiro Lutfala Bitar assumia a realização do chamado “lado oeste” do estádio<sup>228</sup>. O projeto vencedor foi orçado no valor de 77 milhões de cruzeiros, sendo que 30 milhões de cruzeiros fora destinados para essa primeira etapa.<sup>229</sup>

Foto17: vista do lado oeste do estádio



Fonte: A Província, 22/03/1977/ 2 caderno, p.12.

<sup>227</sup> Sobre as relações políticas no Brasil ver. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>228</sup> Essa nova etapa estava relacionada com a construção de arquibancadas do lado oeste do estádio.

<sup>229</sup> Cf. A Província do Pará, 01/04/1976, 1º caderno, p.13; O Liberal, 01/04/1976, 1º caderno, p.21.

A ação do governo era saudada pelos jornais da capital paraense como uma iniciativa acertada e necessária para o benefício da sociedade. Os meios de comunicação aproveitavam-se, ainda, do momento para lembrar os indivíduos da necessidade de conscientização de todos, pois a obra visava ao interesse do esporte local, portanto, não poderia ficar somente sob a responsabilidade do governo.<sup>230</sup>

Aproveitando-se desse novo momento, figuras do meio político levantavam-se em defesa da construção do estádio paraense, a exemplo do Deputado José Fernandes Chaves, líder da bancada do MDB que apresentou na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei para a criação de um fundo de investimentos para a conclusão da referida obra. Embora em seu discurso o deputado tenha destacado a participação e dificuldade do governo na realização da construção do estádio, não deixou de ressaltar a ineficiência das medidas adotadas, pois questionava o governo quanto não ter tomado a iniciativa de criar taxas sob bebidas e ingressos de cinema como fizera o governador do Amazonas.

Diante do quadro, fazia-se necessário, segundo José Chaves, a criação de um projeto de lei que viesse captar recursos necessários para a finalização do estádio paraense. Vejamos seus artigos:

- Art. 1º - É criado o Fundo de investimento para assegurar seu funcionamento;  
 Art.2º - Constituem recursos do FIEAN – Fundo de Investimento do Estádio Estadual “Alacid Nunes” no Estado do Pará;  
 a) Dotações orçamentárias que lhe sejam atribuídas e que por ventura, sejam criadas pelo Governo do Estado;  
 b) Doações de organismos públicos, privados, nacionais e internacionais;  
 c) Contribuição advinda de convênio a serem firmados pela Fundação Desportiva Paraense com a Universidade Federal do Pará, com a Superintendência Nacional da SUNAB, e com o Ministério da Educação e Cultura e com a Direção da Loteria Federal do Brasil;  
 Art. 3º - Autoriza o Governo do Estado a celebrar convênio com a Superintendência Nacional da Sunab, no sentido de que esta, conceda permissão para cobrança de taxas sob bebidas, refrigerantes e ingressos de cinema em nossa cidade, [...].<sup>231</sup>

A criação desse projeto refletia justamente na crítica ao governo, pois buscava a oposição uma maior amplitude dos recursos financeiros a construção do estádio, visando, sobretudo a liberação da SUNAB para cobrança de taxas em alguns serviços.

A participação efetiva de autoridades políticas na construção do estádio paraense já era constante desde o início da obra em 1970, sendo que tantos sujeitos ligados ao partido ARENA quanto ao MDB circulavam no cenário desportivo local. Tanto a ação do governo do

---

<sup>230</sup> Ibid.

<sup>231</sup> Ibid.

estado quanto da oposição pode nos indicar o jogo de interesses e disputas na política paraense, afinal a partir da segunda metade da década de 70 o partido do Regime Militar vinha sofrendo perdas significativas, principalmente nos grandes centros urbanos. Exemplo disso aconteceu em 1976, no Pará, pois nas eleições municipais onde o MDB conseguiu vitória significativa na capital paraense e em algumas cidades consideradas reduto da ARENA, embora esse partido tenha vencido com força no interior do estado.<sup>232</sup>

Cabe ressaltar que a iniciativa tomada pelos citados políticos não pode ser compreendida somente por interesses eleitorais, pois como já foi mencionado em diferentes momentos da construção da praça desportiva estadual, homens ligados à política estiveram envolvidos com o projeto, sendo importante perceber que uma parcela desses sujeitos saíram do universo desportivo (cronistas, dirigentes, jogadores) para as cadeiras do poder; outros tinham ligação com clubes futebolísticos.

Portanto, essa inversão de cargos e a forte ligação desportiva se confundem de forma a representar uma fronteira tênue entre política e esporte. Como expressão dessa inversão entre os candidatos mais votados para a Câmara Municipal de Belém em 1976 estava o radialista Eloy Santos (ARENA) e o ex-jogador do Clube do Remo Manoel Fernando Jucá Neves (MDB).<sup>233</sup>

Se nos anos seguintes a participação de políticos do MDB no projeto de construção do estádio estadual não apareceu na imprensa de maneira expressiva, no ano de 1976 receberia destaque com a proposta de projetos para captação de recursos, e ainda com a polêmica sobre a denominação do referido estádio. Desse modo, o deputado Carlos Vinagre (MDB) travou na Assembléia Legislativa um acirrado debate em defesa da substituição do nome “Alacid Nunes” para “Magalhães Barata”, esperava assim homenagear aquele que segundo ele seria a maior expressão do cenário político paraense.<sup>234</sup>

Embora nesse momento a disputa em torno do nome que deveria receber o estádio de futebol no Pará estivesse sendo motivo de discussões entre políticos paraenses, cabe mencionar que permaneceu a denominação oficial “Alacid Nunes” em homenagem ao iniciador do projeto, porém essa nomeação não alcançou popularidade, pois o torcedor paraense adotou o nome “Mangueirão”.

Segundo Guilherme Guerreiro, essa designação apareceu na imprensa paraense em alusão à existência de mangueiras na cidade de Belém, e assim como os demais estádios que

---

<sup>232</sup> Cf. O Liberal, 16/11/1976, 1º caderno, p.3; A Província do Pará, 18/11/1976, 1º caderno, p.1; Ibid., 20/11/1976, 1º caderno, p.1.

<sup>233</sup> Ibid.

<sup>234</sup> Cf. A Província do Pará, 26/09/1976. 1º caderno, p.3.

surgiram no Brasil no contexto do militarismo precisavam expressar a idéia de grandiosidade, o que era próprio do discurso político entre os militares. Sendo até nos dias atuais utilizado pelo torcedor paraense que não reconhece o nome oficial “Edgar Proença”.

Diante desse depoimento e das fontes jornalísticas, podemos sugerir que a preferência do torcedor com relação à adoção do nome não oficial pode ser resultado da influência dos meios de comunicação na vida desses sujeitos, pois como já foi dito é muito expressiva na década de 70 a utilização pela crônica esportiva do nome “Mangueirão” diariamente nos periódicos locais.

No ano de 1977 o governo do estado recebeu do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social ( FAS), através do Senado Federal, a liberação junto a Caixa Econômica da quantia de 44 milhões de cruzeiros para a construção de “um estádio de esporte.”<sup>235</sup>

Embora em dado momento seja notório na imprensa desportiva paraense críticas à falta de apoio do governo central na construção do estádio estadual, isso não significa que aquele poder estivesse ausente e, que os representantes da política e do meio desportivo paraense não buscaram apoio dessa esfera. Ao contrário, o governo central esteve mesmo indiretamente ligado à obra, seja para fiscalizar, na figura dos homens responsáveis pela entidade máxima do desporto, seja na liberação de alguns recursos. Do lado das autoridades envolvidas com a construção do estádio, qualquer evento ligado ao mesmo correspondia à possibilidade de buscar recursos para a finalização da obra como nos informa a nota jornalística:

“[...] É pensamento do Superintendente da FDP convidar o Ministro da Educação, Ney Braga, para a inauguração, visando, com isso, conseguir verbas para construir na totalidade o setor amadorista, seu maior sonho, depois de colocar o estádio em funcionamento [...].”<sup>236</sup>

Outro aspecto constante desde o início da construção do “Mangueirão” diz respeito às constantes visitas realizadas por autoridades políticas, esportistas e pela imprensa, não fugindo à regra em 1977, visto que o governador Aloysio Chaves fiscalizava constantemente cada novo passo dado na obra. Nesse contexto o estádio já contava com “refletores, muro, bilheterias, em número de seis, com seis boxes cada, contando ainda com 36 guichês para a venda de ingressos”<sup>237</sup>

<sup>235</sup> Ibid., 26/04/1977. 2º caderno, p.11.

<sup>236</sup> Ibid., 05/08/1977, 2º caderno, p.3.

<sup>237</sup> Ibid., 11/08/1977. 2º caderno, p.4.

A inauguração do estádio estadual tinha como proposta do governo a realização de várias partidas de futebol, sendo o pontapé inicial entre a Seleção do Pará e o Selecionado do Paraguai, com o prosseguimento do evento com o jogo entre a Seleção Paraense e a Seleção do Amazonas, jogo entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club e etc. Proposta esta não concretizada na data prevista, pois a participação do clube azulino no Campeonato Nacional tornava inviável a realização da partida futebolística.<sup>238</sup>

Finalmente, no dia 20 de janeiro de 1978, o jornal A Província do Pará noticiava o primeiro jogo a ser realizado no Estádio “Alacid Nunes” entre Clube do Remo e Clube Operário pelo Campeonato Brasileiro<sup>239</sup>. A participação do Clube de Mato Grosso na abertura do estádio servira como motivo de destaque para o referido periódico que aproveitava o momento para homenagear os operários responsáveis pela concretização da obra utilizando-se de uma metáfora comparativa. Observe abaixo:

[...] impuseram também as circunstâncias que a contenda primeira fosse travada contra um time que tem a denominação de Operário [...] porque, vamos e convenhamos, quem mais se faz merecedor de homenagens nessa verdadeira epopéia que foi a construção do ‘Mangueirão’, do que os operários, minúsculos obreiros da gigantesca obra? Por vias transversas os obscuros braçais que ergueram o estádio, estarão sendo homenageados. E, não seria exigir demais se, hoje antes que a bola começasse a rolar, fosse tributado um minuto de silêncio à memória de Almir Quaresma dos Remédios. O operário que, morreu, em plena faina de edificar o estádio.<sup>240</sup>

Eno Sampaio, autor da nota, ao contrário da maior parte da crônica esportiva destaca a figura do trabalhador como o principal responsável pela realização do estádio paraense, esta atitude pode ser considerada “progressista”, pois a imagem do trabalhador brasileiro nesse contexto foi muito depreciada pela imprensa brasileira em virtude das greves que realizou contra o governo.<sup>241</sup>

A pré-inauguração da obra dispensava a cerimônia oficial para uma data posterior, ficando por conta de uma festa tipicamente popular, mas a realização da estréia sem o caráter formal não contava nos planos das autoridades, pois como era de praxe a festa deveria ser

<sup>238</sup> Cf. O Estado do Pará, 11/02/1978, Caderno de Esporte, p.5.

<sup>239</sup> Sobre a polêmica da realização da partida futebolística pela Taça Brasil entre Clube do Remo e o Clube Mato-grossense ver. Ibid., 16/02/1978. 2º caderno; O Liberal, 19/02/1978. 2º caderno, p.2; Ibid., 18/02/1978. 2º caderno, p.6.

<sup>240</sup> Cf. A Província do Pará, 20/02/1978, p.7.

<sup>241</sup> Aparecem nos periódicos da capital paraense ( A Província do Pará, O liberal, O Jornal do Dia e Folha Vespertina) no final da década de 60 e na segunda metade dos anos 70 matérias sobre a ação de trabalhadores que se envolveram em greves, principalmente na capital paulista.

feita primeiramente pelas autoridades políticas, sujeitos influentes do meio desportivo e da sociedade paraense.

Diante da necessidade de liberar o “Mangueirão” para que o clube paraense não fosse prejudicado no Campeonato Brasileiro, o governo adiou a festa oficial e liberou o estádio para a realização da peleja, resultando assim na participação da massa de torcedores na estréia do estádio de portões abertos<sup>242</sup>. Com essa decisão fazia-se necessário informar a população sobre a realização do evento; e os meios de comunicação atuavam no sentido de destacar passo a passo os itinerários, os horários, a segurança, etc.<sup>243</sup>

Se coube aos jornais de circulação diária na capital paraense a responsabilidade pela divulgação da inauguração do “Mangueirão”, cabe dizer que as rádios locais também se fizeram presentes nos lares paraenses no sentido de informar o público paraense e incentivá-lo a participar do evento, sendo que outras emissoras começaram a funcionar também no dia da inauguração. Veja o que diz o jornal “A Província do Pará”:

A Super Marajoara fez inúmeras inovações nesta semana que antecedeu a inauguração do Mangueirão, com novas vinhetas durante suas transmissões esportivas, como um riso na hora de uma marcação absurda do apitador, ou o prefixo do jogo que dizia chegou, chegou, o nosso dia, chegou, chegou se referindo ao torcedor com melhores oportunidades, conforto e o próprio progresso de nosso futebol. Estreando nas transmissões esportivas, a Rádio Cultura do Pará iniciou suas atividades ontem [...], uma modalidade de homenagear as sua co-irmãs Rádio Marajoara, Rádio Liberal e Rádio Clube do Pará. [...] Estiveram em cadeia com a Rádio Cultura, a Rádio Rural de Santarém e as emissoras da Radiobrás, da Transamazônica.<sup>244</sup>

Outro destaque da imprensa esportiva nesse momento ficava por conta dos idealizadores da obra como o engenheiro Lutfala Bitar, que foi o responsável pela construção do projeto traçado pelo arquiteto Alcyr Meira. Desse modo, o jornal A Província do Pará ressaltava:

[...] Depois de acompanhar todo o início da obra, o torcedor diretor-presidente da Estacon, Lutfala Bitar, contempla orgulhoso e satisfeito como um poeta, músico ou pintor, a obra que para muitos não passava de um sonho. Até mesmo o construtor da fabulosa obra, ainda pensa ser um sonho. Por isso seus olhos percorrem o estádio agora pronto, e demonstram uma paz interior, enquanto seus lábios traçam um leve sorriso de satisfação de que o sonho se realizou [...].<sup>245</sup>

<sup>242</sup> O não pagamento de ingressos não foi uma medida programada pelas autoridades da época, mas a decisão de liberar os portões ocorreu porque se tratava de uma partida interrompida anteriormente no campo do clube azulino pelo Campeonato Brasileiro, não podendo ser cobrada novamente.

<sup>243</sup> Cf. A Província do Pará, 20/02/78.

<sup>244</sup> Ibid., 05/03/1978, Província Esportiva, p.5.

<sup>245</sup> Ibid., p.6.

Diferentemente do destaque dado por Eno Sampaio ao protagonismo do homem do povo, o trabalhador paraense na construção do estádio, a fonte acima enfatizava a realização da obra na figura do engenheiro responsável pela mesma. As duas maneiras diferentes de perceber o acontecimento nos servem de indício das diversas posturas assumidas por sujeitos em sociedade.

Segunda-feira, 20 de Fevereiro de 1978, o Clube do Remo vencia o Clube Operário pelo placar de 2x0 pelo Campeonato Nacional. Embora a vitória azulina fosse destaque nos meios de comunicação, o verdadeiro sujeito da festa foi o “Mangueirão”. Nesse sentido, os jornais da capital paraense abordavam com admiração a participação popular que desde as nove horas já se dirigiam ao estádio “Alacid Nunes”, causando engarrafamento na Rodovia Augusto Montenegro, sendo que um número considerável de pessoas segundo a estimativa dos periódicos compareceu na tentativa de adentrar o estádio e participar da festa.

Apesar da população ter enfrentado ônibus lotados, engarrafamento e etc., aproximadamente 5.000 pessoas não participaram da primeira partida de futebol realizada no “Mangueirão”, pois a capacidade nesse momento era de apenas de vinte e cinco mil pessoas já que o estádio não estava acabado.<sup>246</sup>

Diferente dos anos que antecederam à pré-inauguração do estádio, onde aparece com maior evidência na imprensa paraense um grupo seletivo de indivíduos ligados tanto ao esporte quanto a política, destacava-se nesse momento a participação da população [ao longo do processo de construção do estádio poucas vezes foi mencionada nos periódicos], sob duas óticas: primeiro de forma positiva, pois o comparecimento de um número elevado de torcedores justificava a construção do estádio e a importância que o futebol exercia na vida do paraense; de outro lado, representava a “falta de preparação do público e da cidade para a realização de um evento daquele porte”, visto que a euforia popular tinha resultado “na morte de um torcedor e 35 feridos.”<sup>247</sup>

Independente da maneira pelas quais os periódicos noticiavam a participação do torcedor, fica evidente tanto pelas notas jornalísticas quanto pela imagem como podemos observar abaixo que a construção de uma extensa praça desportiva em Belém constituía-se numa necessidade para a sociedade, uma vez que o futebol na década de 70 já se configurava na capital paraense como um fenômeno popular.

---

<sup>246</sup> Ibid., 21/02/1978, 2º caderno, p.2; O Liberal, 21/02/1978. 2º caderno, p. 1-6.

<sup>247</sup> Ibid.

Foto 18: Inauguração do Mangueirão na Rodovia Augusto Montenegro



Fonte: A Província do Pará: 21/02/1978, 2º caderno, p. 2.

Conforme noticiado pelos jornais de Belém, no dia 25 de janeiro de 1978 aconteceu a cerimônia oficial de inauguração do Estádio Estadual “Alacid Nunes” com a participação de autoridades políticas, militares, professores, religiosos, desportistas, alguns operários e da imprensa<sup>248</sup>. A reunião entre alguns dos sujeitos mencionados pode ser percebida na imagem seguinte.

Foto 19: Inauguração oficial do estádio Mangueirão.



Fonte: A Província do Pará: 26/02/1978, 2º caderno, p. 5.

<sup>248</sup> Entre as presenças estavam além do governador e do vice – governador Clóvis Moraes Rego, Antonio Teixeira - presidente da Assembléia Legislativa, deputado Alacid Nunes, prefeito Ajax de Oliveira, Armando Morelli, presidente da CELPA, Paulo Magalhães, diretor de trânsito, general Euclides Figueiredo – comandante da 8ª Região Militar, Almirante José Aranda - comandante do IV Distrito Naval, José Maria Barbosa, presidente do Tribunal de Contas, Roberto Lamoglia – presidente da Telepará, Lutfala Bitar – presidente da Estacon, Manoel Ribeiro – presidente do Clube do Remo, Álvaro Kzan – presidente do Paissandu, Carlos Frazão – chefe da casa Civil do Governo do Estado, coronel Francisco Machado – chefe da casa Militar do Governo do Estado, D. Alberto Gaudêncio Ramos – Arcebispo metropolitano, Gleidson Figueiredo – Superintendente do INPS, Olavo Lira Maia – secretário de Turismo, professor Dionísio Hage – delegado regional do MEC, professor Nagib Matni – presidente da FPF, professora Yolanda Pinto – diretora da ETFPA, Eduardo Silva, e outros. Ver. O Liberal, 26/02/1978, 2º caderno, p.3.

O enquadramento dado pelo fotógrafo às autoridades nos serve de indicação para pensar a importância de cada personalidade no evento. Assim, entre as diversas imagens escolhidas pelos jornais para compor a cena da inauguração, destaca-se sempre como elemento central o governador do estado Aloysio Chaves, seja em companhia do superintendente Alcyr Braga, bem como pousando com outras autoridades políticas, o arcebispo metropolitano de Belém, jogadores, e demais sujeitos presentes no acontecimento.

O jornal “A Província do Pará” destacava ainda as homenagens prestadas pelo governador do estado a diversas pessoas que no entendimento do governo contribuíram para a realização do estádio, sendo concedido aos referidos sujeitos através “da Federação Desportiva a Medalha Governador Alacid Nunes” em homenagem ao iniciador da obra que estava presente na cerimônia.<sup>249</sup>

Foto 20: Alacid Nunes e jogadores na inauguração do Mangueirão.



Fonte: A Província do Pará, 26/02/1978.

Embora o acontecimento tenha representado claramente o estabelecimento de relações entre sujeitos da política paraense, do militarismo e do campo desportivo local, o governador se esforçava para demonstrar que a realização da obra tinha um caráter popular, desse modo, Aloysio Chaves convidou dois operários, respectivamente, Adelino de Souza Castro (conhecido como Macapá) representante da empresa ESTACON e Álvaro Saint-Clair de Oliveira representando a Fundação Desportiva Paraense para descerrar a placa inaugural do estádio. Observe na imagem seguinte.

<sup>249</sup> Os agraciados com a medalha no evento foram: o deputado estadual Antônio Teixeira, o general Euclides Figueiredo Filho, comandante da 8ª Região Militar; brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, comandante do 1º COMAR; o prefeito de Belém, Ajax Carvalho de Oliveira; deputado federal Juvêncio Dias, presidente da Federação Paraense de Futebol; deputado federal Alacid da Silva Nunes; D. Alberto Gaudêncio Ramos, arcebispo metropolitano de Belém; engenheiro Lutfala Bitar, presidente da construtora ESTACON e Olavo Lira Maia, secretário de Cultura, Turismo e Desporto. Ver. A Província do Pará, 26/02/1978, 2º caderno, p.5.

Foto 21: Operários descerrando a placa de inauguração no Mangueirão.



Fonte: A Província do Pará, 26/02/1978.

O gesto do representante do estado ganhou na imprensa local espaço de relevância, pois os jornais enfatizavam a preocupação do governador em homenagear também os operários responsáveis pela construção do “Mangueirão”, bem como a postura evidenciada pelo superintendente da FPD Alcyr Braga que num longo discurso ressaltava” [...] quero também deixar meus agradecimentos aos engenheiros, aos operários que anonimamente aqui trabalharam sem desânimo e deixaram sua marca.”<sup>250</sup>

Não foram somente os operários os representantes do povo, o torcedor do paysandu de nome Sandoval também fora homenageado pelo governador do estado, não foi possível saber por que foi escolhido esse torcedor, mas o que interessa é perceber que o torcedor era uma peça fundamental na existência do “Mangueirão”.

Foto 22: Aloysio Chaves e o torcedor Sandoval no Mangueirão



Fonte: Folha Vespertina, 05/03/1978, p.4.

<sup>250</sup> Cf. A Província do Pará, op.cit., Ver ainda, O Liberal, op.cit.,

Situar a experiência de participação popular na história do “Mangueirão” se evidencia, como podemos perceber ao longo da análise, como uma tarefa difícil, por conta das poucas referências à mesma, mas em alguns momentos tentou-se esboçar a participação de pessoas “comuns”, tão importantes quanto aqueles sujeitos na maioria das vezes citados nessa abordagem.<sup>251</sup> Essa ausência do torcedor nas decisões sobre o Mangueirão não significa que os mesmos não tivessem importância no campo desportivo, pelo contrário, se eles não foram consultados no decorrer da construção do mesmo, o estádio se justificava pela presença maciça nas arquibancadas de homens, mulheres, crianças que tinham um desejo em comum: vivenciar a maravilhosa experiência da vitória na representação de seus clubes de preferência.

Portanto, utilização de estratégias das autoridades governamentais utilizando-se do campo desportivo para dar visibilidade aos seus planos políticos tem incluído em sua pauta referências ao beneficiamento da sociedade. Nesse sentido, em contextos distintos, o estádio estadual de Belém serviu como instrumento de propagação desses discursos, seja na sua forma de representação quanto no seu conteúdo.<sup>252</sup>

### **2.3 – “BOMBA NO FUTEBOL PARAENSE”: A CRIAÇÃO DA ESPECIALIZADA E SEUS REFLEXOS**

O ano de 1964 foi marcado no plano político pela instauração do Golpe Civil-Militar no Brasil. No Pará, a ação golpista foi recebida por parte das autoridades civis e militares, como o governador do estado Aurélio do Carmo, o prefeito de Belém Moura Carvalho, entre outros, o apoio necessário a sua consolidação.<sup>253</sup>

Embora Agostinho afirme que a tomada de poder pelos militares em 64 tenha influenciado os rumos do futebol brasileiro, sem dúvida, suas proposições não deixam de ter sentido se levarmos em consideração a interferência dos militares, principalmente na Seleção Brasileira. Quanto suas ações no campo futebolístico paraense, parecem ter surtido efeito não necessariamente nos clubes, mas na presença de autoridades militares no comando do futebol

---

<sup>251</sup> Sobre essa discussão historiográfica ver. SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In. A Escrita da História: novas perspectivas. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992, p.39-62.

<sup>252</sup> Exemplo dessa natureza discursiva ocorreu novamente no ano de 2002 quando o governador do Estado Almir Gabriel inaugurava o “novo Mangueirão” no dia do trabalhador com uma festa que exibiu espetáculos em homenagem as cores e tradições da terra; a participação do trabalhador na figura dos operários era exaltado pelo governador que fez questão de formar um pelotão de trabalhadores do estádio, de estudantes, atletas locais e nacionais. Enfim, coube ao governador divulgar a imagem de um governo popular, imagem essa fortemente utilizada atualmente através de outdoors espalhados pela capital paraense em que aparece o governador como o principal idealizador do “estádio olímpico do Pará”. Cf. Revista Contexto, Mai., 2002. Belém – Pa, p.6.

<sup>253</sup> Sobre a ação das lideranças políticas no Pará nesse contexto ver. PETIT, op. cit., p.123-184.

local. Segundo Cláudio Guimarães, “nos anos 70 a Federação Paraense de Futebol era comandada totalmente por militares.”<sup>254</sup>

A manchete desportiva que compõem o título desse tópico amanhecia nos lares paraenses com uma pitada de sensacionalismo, pois destacava a inscrição dos clubes de futebol na nova entidade, a FPF como uma iniciativa de grande impacto no meio desportivo local.<sup>255</sup> O desejo de um grupo de desportistas em fundar uma organização voltada somente para o futebol profissional já era uma realidade a partir da segunda metade do século XX em Belém do Pará.

Segundo Imar Nunes, a idéia de criação de uma nova entidade era defendida por esse grupo de desportistas com base na crise em que viviam os grandes clubes de futebol em Belém, mas, ao trazer para o público essa questão, Nunes assinala que o problema dos estádios vazios e do desgaste financeiro dos clubes profissionais não seriam resolvidos com a criação da FPF.<sup>256</sup>

No ano seguinte, a imprensa paraense continuava destacando a intenção da criação de uma especializada para o futebol paraense e, novamente, Nunes voltava a reafirmar que não se colocava contra a FPF, mas não deixava de criticar aquela idéia ao afirmar:

[...] Não somos contra a fundação da especializada de futebol profissional. Devemos, no entanto também olhar para o lado do amadorismo, mal ou bem, é montado pelo futebol profissional. O divórcio desse esporte representará o fim do amadorismo na capital paraense [...]<sup>257</sup>

Podemos perceber no comentário a defesa de Nunes ao esporte amador, afirmando que a criação da FPF resultaria num problema para o campo desportivo local, isto é, a falência dos demais esportes, pois estes dependiam do futebol profissional para sobreviver. Em resposta ao discurso de Nunes, candidato nesse momento à vice-presidência da FPD, Manuel Nery Filho, mesmo sem citar nomes, criticava tenazmente os sujeitos que em época de eleição utilizavam-se dos esportes amadores para se promover. Além disso, convidava os desportistas a tomarem parte das eleições com muita clareza e cuidado, pois o sucesso dos esportes dependia de uma escolha certa para o comando da FPD.<sup>258</sup>

Dentro desse quadro de divergências e descontentamentos com o futebol em Belém do Pará, um grupo de desportistas assumiu a condição de lutar pela desfiliação do futebol

<sup>254</sup> Ele enfatiza ainda que eram militares das chamadas forças armadas.

<sup>255</sup> Clubes que pediram sua inscrição: Paysandu, Tuna, Combatentes, Belém e os demais clubes.

<sup>256</sup> Cf. Folha Vespertina, 15/10/1968, p.8.

<sup>257</sup> Ibid., 03/12/1969, p.8.

<sup>258</sup> Ibid., 10/12/1969, p.8.

profissional da FPD. Esse grupo era formado por homens ligados ao futebol paraense: dirigentes de clubes, jornalistas, empresários e militares.<sup>259</sup>

Desse modo, o presidente do Sport Club Belém na época, Coronel Rodopiano Barbalho, foi o criador e líder do movimento que objetivava criar uma federação específica para atender aos anseios somente do futebol profissional na capital paraense, retirando-o do comando da FPD (instituição responsável pelas práticas desportivas no Pará).

Nesse sentido, Rodopiano Barbalho em entrevista ao jornal “A Província do Pará”, descartava a existência de disputas e desavenças entre os desportistas, mas fazia questão de salientar que se tratava de uma necessidade vital para a melhoria do futebol no Pará<sup>260</sup>. Embora o discurso do líder desse movimento demonstre uma relação harmônica com os representantes da FPD, não podemos nos deixar convencer pela sua afirmação, pois as fontes dos jornais locais apontam divergências ideológicas e políticas entre esses sujeitos.

Como exemplo, destacam-se os Jornais “A Província do Pará”, “O Liberal” e “Folha Vespertina”, que enfatizavam as reuniões e as negociações dos grupos envolvidos com a prática do “bolapé” em Belém. Os discursos da crônica esportiva não podem servir como um simples instrumento informativo, pois neles está inserido implicitamente o posicionamento desses sujeitos. Moacir Calandrini, utilizando diferentes afirmações em torno dos objetivos da criação da nova entidade, ironizava a situação dos chamados clubes pequenos e, principalmente, da política desenvolvida pelos dirigentes da CBD e suas ligações com os dirigentes dos “grandes” clubes de Belém<sup>261</sup>.

Se é verdade, que os discursos do grupo dissidente articulavam-se no sentido de não causar polêmicas, uma vez que o contexto militar não era propício a tal situação, era fato a divergência desses sujeitos com os membros da Federação Paraense de Desporto como nos demonstra a ironia do cronista Ivo Amaral: “[...] Falta legalizar a Federação Paraense de Futebol e, a propósito, gostaria de lembrar que fui talvez o primeiro a alertar das dificuldades que a CBD criaria para a fundação da nova especializada [...]”<sup>262</sup>.

A disputa entre os dirigentes da FPD e os defensores da FPF, também era motivo de destaque no caderno principal do jornal O Liberal, na coluna “Repórter 70”<sup>263</sup>, o destaque do

---

<sup>259</sup> Segundo Costa, o empresário e dirigente do Paysandu Sport Club nesse momento, Rômulo Maiorana, foi uma das figuras mais influentes nesse movimento.

<sup>260</sup> Cf. A Província do Pará, 09/12/1969, 2º caderno, p. 10.

<sup>261</sup> Ibid.

<sup>262</sup> Ibid., 24/04/1970, 2º caderno.

<sup>263</sup> Cf. O Liberal, 11/06/1970, p. 6

referido assunto sugere ser o futebol notícia de grande relevância para os responsáveis dos jornais e para o público paraense.

De um lado, a FPD não reconhecia a autonomia do futebol de sua instância, de outro a FPF insistia e proclamava a separação. Essa era a situação do futebol paraense no final da década de 60 e início da década de 70. Cabe ressaltar que o movimento de “emancipação” do futebol paraense não pode ser compreendido como um levante contra o regime, pois os objetivos do grupo não tinham qualquer ligação com as organizações de esquerdas contrárias às políticas dos militares, pelo contrário a maioria dos indivíduos ligados ao movimento fazia parte deste grupo<sup>264</sup>.

Por emancipação, compreende-se aqui não uma análise das transformações ocorridas nas estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira como fez Costa<sup>265</sup>, mas o termo utilizado dentro do campo desportivo tem em seu sentido restrito o projeto de “mudança” de federação proposta entre os grupos que dominavam o campo futebolístico e nos serve para pensar as relações desses sujeitos dentro desse quadro específico.

A ausência da participação de jogadores e torcedores nessa contenda futebolística não pode ser explicada por conta da repressão empreendida pelos militares no Brasil, mas principalmente pelo fato do “bolapé” ser comandado por um grupo da elite paraense como nos velhos tempos em que o esporte “bretão” surgiu no Brasil<sup>266</sup>. Desse modo, compreende-se que a “democratização do futebol só ocorre de fato, nas arquibancadas, nas ruas, onde a população une-se em torno do mesmo objetivo”<sup>267</sup>, mas no que se refere às estruturas das instituições ligadas ao futebol, as decisões estão restritas a um pequeno grupo de indivíduos.

Compreender as relações de poder na sociedade é também perceber que esta dimensão está relacionada ao futebol, esporte tão bem articulado e utilizado pelas autoridades políticas como “objeto de politicagem” e “como interferência por parte do governo nos tempos de Ditadura Militar”<sup>268</sup>. Foucault, analisando o significado do poder na sociedade, mostra que

---

<sup>264</sup>Cf. A Província do Pará, 28/01/1970. 2º caderno.

<sup>265</sup> COSTA, Emília Viotti. *op.cit.*,.

<sup>266</sup>Segundo as fontes coletadas nos jornais, revistas e ata não há qualquer referência a participação de torcedores e jogadores em relação a criação da Especializada, sendo possível explicar essa ausência, também pela inexistência de torcidas organizadas nesse contexto.

<sup>267</sup>Ver entrevista com DAMatta, Roberto. “O futebol é a maior escola de democracia” In: Revista de História da Biblioteca Nacional, 2006, ainda, Lopes, José Leite. A vitória que Incorporou a Pelada. In. Revista da USP. n.22, 1994.

<sup>268</sup> Expressões utilizadas por Gilberto Agostino no artigo “ Aquela corrente pra frente” já citado dentro do texto.

este não se localiza em um lugar específico da sociedade, funcionando como um mecanismo do qual nada e ninguém escapa<sup>269</sup>.

As disputas nos bastidores do futebol paraense não estavam restritas a grupos locais, pois a “emancipação futebolística dependia da interferência e aceitação da CBD que regulava as decisões no campo esportivo brasileiro”.

Importante reunião foi verificada do Hotel Grão Pará, quando os clubes interessados na fundação da Federação de Futebol, mantiveram contacto com o presidente da CBD, Sr. João Havelange muitos pontos foram trabalhados e o dirigente máximo da entidade nacional revelou estar sobre, sua mesa, para estudar o referido processo de emancipação do futebol da Federação Paraense de Dispostos<sup>270</sup>.

O encontro dos grupos envolvidos na polêmica com o representante máximo da CBD insere-se no campo de negociações e conflitos que se operava no meio esportivo. Outras polêmicas ocorreram nos bastidores desta disputa, como por exemplo, a ameaça dos dirigentes dos clubes de futebol, especialmente, do Paysandu Sport Club que ameaçava não participar do Campeonato Estadual de 1970, caso não fosse aceito pelo presidente da CBD, João Havelange a desfiliação do futebol da FPD.

Nesse sentido, o movimento configurava-se sem unidade ideológica, pois se inicialmente os clubes envolvidos lutavam pela “separação” do futebol, adotando posições rígidas ao longo das negociações e conflitos. A imprensa paraense noticiava a deserção do Clube do Remo do movimento emancipacionista, ao anunciar sua inscrição no campeonato paraense ainda sob o julgo da FPD<sup>271</sup>. Enquanto os jornais polemizavam a contenda ente FPD e FPF, o presidente do Conselho Diretor do clube azulino, Fernando Bezerra, em reunião com os conselheiros do clube, negava qualquer afirmação<sup>272</sup>. O desencontro nos discursos dos cronistas esportivos e do presidente azulino leva-nos a perceber a inexistência de idéias homogêneas no movimento e ao reforço das disputas entre os envolvidos, revelando também a defesa de interesses políticos e clubísticos<sup>273</sup>.

---

<sup>269</sup>Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

<sup>270</sup>Cf. A Província do Pará, 04/02/1970, 2º caderno.

<sup>271</sup>Ibid., 25/02/1970. 2º caderno.

<sup>272</sup>Cf. Ata do Conselho Diretor do clube do Remo, 02/02/1970. Convém ressaltar que em virtude de não ter conseguido permissão para pesquisar nos arquivos do Paysandu Sport Club, Tuna Luso Brasileira foi impossível fazer referência as atas dessas agremiações.

<sup>273</sup> Cf. A Província do Pará, 26/04/1970, 2º caderno, p.1.

A negociação em torno da “emancipação” do futebol em Belém instaurou conflitos locais, bem como atingiu a esfera nacional, ao servir como ponto de interferência da entidade máxima que regulava o futebol no Brasil — a CBD —. Essa é uma situação de fácil compreensão, já que se presenciava no Brasil um direcionamento esportivo do centro em relação à periferia, ou seja, a subordinação dos times considerados “pequenos” aos “grandes” times do Sudeste do país. Desse modo, reuniões promovidas com os representantes do movimento e João Havelange levaram a uma série de especulações nos meios esportivos e, principalmente, nos meios de comunicação que informavam:

Segundo informações a CBD teria negado filiação a Federação Paraense de Futebol para proceder o certame de 70. Enquanto ocorrem os trâmites legais. [...] os três grandes, de comum acordo, para que o certame paraense não seja interrompido, promoverão reunião, objetivando entendimento [...] <sup>274</sup>.

A intervenção da CBD nas negociações internas do movimento de “separação” do futebol é um dos exemplos da política adotada para o futebol no Brasil. E a decisão dos clubes paraenses em acatar a decisão da CBD nos mostra o quadro de dependência das instituições desportivas locais. Essa relação de dependência pode ser considerada recíproca, uma vez que esse movimento não reivindicava o fim da política centralizadora da CBD e não buscava separação da entidade “máxima”. Cabe ressaltar, portanto, que a interferência dessa entidade não se limitava ao futebol paraense, pois tinha como função comandar o desporto nacional. <sup>275</sup>

Outro ponto a ser discutido nesse processo é a crise interna do futebol regional em virtude da pendência entre FPF e FPD. Nesse sentido, o jornal *A Província do Pará* destacava diversas opiniões dos sujeitos envolvidos, no sentido de buscar rapidamente uma solução para as divergências entre as entidades desportivas. Segundo a nota jornalística, somente dentro da velha federação seria possível a sobrevivência do campeonato regional e a possibilidade dos clubes paraenses disputarem um campeonato nacional <sup>276</sup>. Esse discurso evidencia a dependência do futebol regional e reforça sua permanência sob o julgo da FPD.

Entre as justificativas utilizadas por João Havelange para não desligar o futebol da FPD, destaca-se a dívida do clube azulino com o Benfica de Portugal e a dívida da FPD com a

---

<sup>274</sup> Ibid., 25/04/1970. 2º caderno.

<sup>275</sup> Não tenho elementos para discutir casos específicos de interferência da CBD em outros Estados brasileiros, mas a partir de sua importância e atuação enquanto órgão responsável pelo desporto no Brasil chega-se a conclusão de que provavelmente interferia nos demais Estados.

<sup>276</sup> Cf. Folha do Norte, 05/05/1970, 2º caderno, p.1. ver também, *O Liberal*, 06/05/1970, 2º caderno, p.8

CBD referente aos jogos pelo Campeonato “Nordestão”<sup>277</sup>. Essas questões não foram recebidas pelos grupos envolvidos e pela própria imprensa paraense de forma harmoniosa, visto que se percebe nos discursos a insatisfação e a denúncia de que a CBD estaria apresentando motivos irrelevantes com o objetivo de depreciar o futebol paraense.

Do ponto de vista nacional, somente o Pará lutava pela autonomia do futebol profissional?

Partindo das informações de Ferreira da Costa, pode-se afirmar que nesse aspecto o Pará estava bem atrás dos demais estados, porque “era um dos poucos estados que não possuía uma entidade especializada que cuidasse única e exclusivamente do futebol profissional[...]”.<sup>278</sup>

Nos quadros das negociações, destaca-se nos meios de comunicação a imagem dos homens que comandavam o futebol regional e nacional, ora de modo positivo, ora de maneira negativa, revelando a complexidade do movimento. Contenda à parte, no dia 10 de junho de 1970 chegava finalmente do Rio de Janeiro, ironicamente nas mãos do presidente da FPD Oscar Castro, o documento que desfilava o futebol daquela entidade. O termo de acordo regido entre João Havelange, Oscar Castro e Rodopiano Barbalho trazia em seu conteúdo uma série de cláusulas reafirmando a dependência das entidades locais para com a entidade reguladora das decisões no campo desportivo nacional. Vale a pena reproduzir aqui um trecho.

[...] A Federação Paraense de Futebol se obriga a quitar, dentro do prazo de 30 dias, o débito de CR\$ 3.066,91 referente às percentagens que não foram recolhidas à CBD pela Federação Paraense de Desportes, na gestão do ex-presidente, Sr. Oswaldo Brabo de Carvalho, dos jogos realizados por ocasião do torneio nortenordeste em 1969 [...]”<sup>279</sup>.

Os jornais da capital paraense, especialmente “A Província do Pará”, traziam em suas matérias longos comentários saudando o acontecimento, publicando fotografias, convites e destacando passo a passo os acontecimentos em torno da tão propalada “emancipação”. Desse modo, Nilo Franco, em sua coluna “Crônica da cidade”, assim se pronunciava.

---

<sup>277</sup> Ibid.

<sup>278</sup> Cf. COSTA, op. cit., p. 245.

<sup>279</sup> Cf. A Província do Pará, 10/06/1970. 2º caderno, p. 8. Ver ainda, Ata da Federação Paraense de Futebol, 01/07/1970. p. 22-30.

Emancipa-se, hoje, o futebol paraense, deixando os muros da velha entidade onde prosseguia a caminhada encetada em entidades pioneiras, quando o velho Largo de São Braz era o palco de suas apresentações primeiras. A emancipação chega, assim, ao futebol paraense, não pela sua maioridade, mas para ter-se ele no âmbito de uma nova entidade, onde, viva, sozinho, suas lutas, seus anseios, seus sonhos melhores<sup>280</sup>.

Verifica-se, nesse discurso, a perspectiva pelo cronista de uma nova fase para o futebol regional, salientando implicitamente a necessidade do mesmo se desvincular da antiga entidade para alcançar projeção nacional.

A realização máxima do acontecimento foi cercada de formalidades com a solenidade de instalação da nova entidade iniciada na antiga sede do futebol (FPD), situada no Largo de São Bráz, com a presença de várias autoridades do futebol regional, nacional, representantes do governo do estado, chefes militares representados pela política militar e Distrito Naval; ocorrendo, então, o discurso de desfiliação do futebol da FPD.

Porém, foi na sede da FPF, situada na Avenida Assis de Vasconcelos, que ritualmente o delegado da confederação Paraense de Desporto Dr. Valed Perry, juntamente com o presidente da nova entidade, coronel Rodopiano Barbalho, cortaram a fita que simbolizava a inauguração da FPF. No interior desse ritual simbólico fez-se presente, também a introdução da imagem de Jesus Cristo com o padre Armando Avelar proferindo o sermão<sup>281</sup>, sendo a cerimônia finalizada com um coquetel entre os participantes, no qual foi oferecida a taça “Porta de Ouro”, que tinha como símbolo a imagem de Pelé e espaço reservado ao escudo da FPF e ao primeiro campeão paraense de Futebol sobre a tutela da nova entidade<sup>282</sup>.

Tão ou mais importante, entretanto, do que a oficialização da assinatura do documento de desfiliação do futebol era a representação simbólica desse ato, pois os elementos em destaque acima atuavam como maneira de solidificar e dar maior expressão ao evento. Outro aspecto que nos chama a atenção são as relações de força e poder que se operavam no interior dos sistemas simbólicos, enquanto elementos de legitimação de dominação, por um grupo de indivíduos envolvidos com a prática desportiva no Brasil<sup>283</sup>. Evidentemente, marcado em maior expressão pela presença de militares e autoridades políticas.

---

<sup>280</sup>Cf. A Província do Pará, 01/07/ 1970. 2º caderno, p. 6

<sup>281</sup>Cf. Ata, op. cit.,

<sup>282</sup>Cf. A Província do Pará, 02/07/1970. 2º caderno. p. 8

<sup>283</sup> Sobre a questão Simbólica ver Bourdieu, op. cit.,

A experiência do grupo de militares e de alguns representantes dos clubes de futebol<sup>284</sup> responsáveis pela separação do futebol paraense do seio da FPD, embora com duração curta de tempo, provocou algumas mudanças superficiais como: a nomenclatura, o local da sede, algumas deliberações administrativas etc., mas não representou para o futebol paraense transformações profundas, porque continuava preso a CBD e, em certa medida, ligada aos antigos representantes da FPD, que nesse momento já não eram opositores, e sim colaboradores do processo de emancipação. Os reflexos da política de conciliação no futebol paraense seriam reforçados nas décadas seguintes da sua emancipação em 1970 e, marcariam profundamente os rumos da nova Federação (FPF) e, conseqüentemente, do futebol do Pará.

Decorria o ano de 1972 quando ocorreu uma crise na FPF, em virtude da intervenção do Conselho Nacional de Desporto face à disputa entre os clubes paraenses, especificamente, Clube do Remo, Paysandu Sport Club e Tuna Luso Brasileira pela decisão do Campeonato Paraense de Futebol do ano anterior<sup>285</sup>. Essa crise chegou até o gabinete do governador Fernando Guilhon, que resolveu convocar os clubes de futebol para um possível entendimento. Mas, tanto os representantes do Paysandu Sport Clube quanto da Tuna Luso Brasileira colocaram-se contra a decisão do Conselho Nacional de Desporto (CND), de convocar um novo jogo entre remistas e bicolores, e ameaçaram abandonar a FPF<sup>286</sup>.

O impasse entre clubes de futebol paraense e o CND instaurou incertezas e preocupação entre os jogadores do bolapé que se sentiam ameaçados em virtude da paralisação do campeonato, logo, ameaçados de não receberem salários. Assim, o jogador Amorim da Tuna Luso brasileira ressaltou: “Olha a lei não vai permitir que os jogadores sejam dispensados sem mais nem menos e nem que fiquemos sem receber ordenado. Se os clubes pararem, eles têm que indenizar seus atletas. Eles tem que arranjar dinheiro para pagar os jogadores” [ sic]<sup>287</sup>.

O depoimento de Amorim, além de ser um forte indício da crise vivenciada pelo futebol paraense revela-nos, também a consciência que o jogador tinha de seus direitos perante a lei trabalhista.

---

<sup>284</sup>Foram fundadores da FPF as associações esportivas Atlético Liberato de Castro, Clube Júlio César, Clube do Remo, Grêmio. Desportivo combatente, Paysandu Sport Club, Paraense Esporte Clube, Beneficente Tuna Luso Brasileira; atualmente a FPF funciona na Rua Paes de Souza n. 424 no Bairro do Guamá: In. Revista do Futebol Paraense, janeiro, ano I. n.2. Belém – Pa.

<sup>285</sup> Cf. A Província do Pará, 19/08/1972, 2º caderno, p.8.

<sup>286</sup> Ibid., 18/08/1972, 2º caderno, p. 8

<sup>287</sup>Entrevista publicada no jornal A Província do Pará, 21/08/1972, 2º caderno, p. 10

Apesar da resistência de alguns clubes, a medida de intervenção foi colocada em prática com a nomeação pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e pelo CND, do coronel José Bahia como presidente da FPF, concedendo a este a liberdade para fixar em oito dias o prazo para uma nova partida entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club, em decisão do campeonato regional de 1971 e, após trinta dias a convocação da Assembléia Geral para dar-lhe a posse imediata<sup>288</sup>.

Diante dessas medidas, os clubes de futebol procuravam ficar indiferentes com a intervenção, mantendo um quadro de instabilidade na crise do futebol regional que, mesmo sob o julgo do novo presidente, continuava sem desfecho. Em função dessa situação o novo interventor, coronel José Bahia, fazia valer sua autoridade ao afirmar com rispidez.

Se as posições continuarem assim, eu não tenho alternativa. Ainda mais porque não há nessas condições pacificação possível, nem viável (...) no relatório pedirei o retorno da FPD. Isto porque não cabe, e nem é possível, nem legal a criação de uma nova Federação Paraense de Futebol (...)<sup>289</sup>.

As referências de ameaça que aparecem na fala do presidente da FPF referem-se à extinção da FPF e a volta do futebol para a FPD. A atitude do Coronel Bahia, entretanto, não era de passividade diante da crise, ao contrário, seria a resistência dos clubes o estopim para a decretação do fechamento da FPF<sup>290</sup>. Embora fosse fato as divergências entre os “grandes” clubes de Belém em relação à intervenção da FPF, cabe destacar que novamente a polêmica acabaria na política de conciliação entre os representantes do futebol regional e nacional.

Passados três anos dessa polêmica, a imprensa paraense voltava-se novamente para as eleições na FPF. Dessa vez, não se tratava mais de uma rígida intervenção, mas era evidente o descontentamento de alguns representantes do futebol paraense e da própria imprensa com as políticas da CBD para com as decisões na FPF. Nesse sentido, a Província do Pará lançou uma matéria repudiando e criticando as ações políticas dos homens de CBD que teriam comprometido-se a não interferir nas decisões de suas filiadas, no caso a FPF. Por outro lado, destacava a falta de liberdade da própria CBD, pois esta entidade era alvo dos desmandos

---

<sup>288</sup> Telegrama enviado pelo CND a FPF, publicado na integra no jornal A Província do Pará 23/08/1972, 2º caderno, p. 8.

<sup>289</sup> Entrevista publicada no Jornal A Província do Pará, 24/08/1972, 2º caderno, p.8.

<sup>290</sup> Segundo os representantes de futebol Tuna Luso Brasileira e Paysandu Sport Club, havia uma forte ligação entre o coronel José de Azevedo Bahia e o clube do Remo. Sobre essa questão na encontrei nenhuma referência nas atas do Conselho Diretor do Clube azulino e nas atas da FPF.

políticos do Ministro da Educação e do Conselho Nacional de Desportos<sup>291</sup>. Não deixa de ser curiosa essa denúncia, pois revela a ação do Estado nas instâncias do futebol no Brasil, um sintoma do que ocorria na política nacional.

Com efeito, figurava nas contendias políticas regionais duas posições. De um lado o grupo formado por Clube do Remo e alguns clubes pequenos favoráveis à permanência do presidente em exercício coronel José Bahia e, de outro, o grupo liderado por Manoel Chipelo da Tuna Luso Brasileira e o brigadeiro Álvaro Kzam do Paisandu Sport Club, almejando o lançamento de um candidato opositor.

As divergências entre os dirigentes dos clubes de futebol paraense são notórias nas declarações de Manoel Chipelo, que denunciava:

Não podemos apoiar uma candidatura que deixa uns clubes com milhões, e outros lutando com dificuldades, existe uma proteção descabida para uns clubes, atualmente na FPF, e outros de pires na mão, e isso é coisa que não deveria existir, mas ultimamente vem acontecendo no esporte paraense [...]<sup>292</sup>.

A declaração acima é bastante sintomática, pois aparecem na fala elementos que nos indicam o jogo de interesses políticos envolvidos na Federação Paraense de Futebol e supostamente a acusação do favorecimento de algumas agremiações, no caso do Clube do Remo, em detrimento dos outros clubes.

Outros meios dos jornais paraenses satirizarem a intervenção da CBD no futebol regional era através de charges como nos mostra o desenho seguinte:

Charge 23: Representação das eleições na FPF



Fonte: A Província do Pará, 17/11/1975. p.2.

<sup>291</sup>Cf. A Província do Pará, 07/11/1975, 1º caderno, p. 13.

<sup>292</sup>Entrevista publicada no jornal A Província do Pará, 07/11/1975, 2º caderno. p. 13

Com base na iconografia, percebe-se o destaque que o autor dá as eleições na FPF, usando de artifício o personagem Chacrinha como mediador das disputas ao trono da entidade que aparece vazio diante de vários candidatos e uma platéia que representa supostamente os dirigentes do futebol nacional e local.

A crônica também servia como instrumento de denúncia e insatisfação diante dos desmandos dos representantes da CBD.

Federação Paraense de Futebol ta de novo presidente o Dr. Juvêncio Dias. Paresque que a coisa agora vai companheiros pelo menos, ao que se sabe será essa a primeira vez, na sua história que os esportes papachibé serão dirigidos através de controle – remoto. Diretamente de Brasília. Alô, alô, gente boa! Tudo “bão” pela ai? Então ta – Câmbio! Cambio!<sup>293</sup>.

Mesmo sem assinatura na fonte, a utilização do termo “papa–chibé” informa o caráter peculiar da linguagem regional que, de maneira irônica, repudia as políticas de intervenção da CBD, ou seja, dos desmandos da cúpula futebolística nacional com relação ao futebol paraense. Segundo Pereira, as medidas do Estado brasileiro de “tomar para si o futebol”, tanto do ponto de vista da organização quanto da proteção, foi colocada em prática no governo de Getulio Vargas, que empreendeu essa política com o objetivo de consolidar sua imagem na condição de “o patrono do esporte nacional”<sup>294</sup>. Portanto, na década de 70 se presenciaria intensamente os reflexos dessa política, devido ao propósito de posituação do regime ditatorial no país.

A indicação do deputado da Arena Juvêncio Dias para a presidência da FPF e, posteriormente, sua vitória nas eleições representa a ação política desenvolvida tanto a nível nacional quanto regional no campo desportivo no Brasil. Exemplo dessa dinâmica é a matéria publicada por Carlos Castilho em que o cronista faz referência à ligação entre o deputado Juvêncio dias, a CBD, o CND e o governador do estado do Pará Aloysio Chaves<sup>295</sup>. A solenidade de posse de Juvêncio Dias é outro exemplo claro da presença de autoridades políticas envolvidas com o futebol paraense<sup>296</sup> como podemos observar na imagem a seguir.

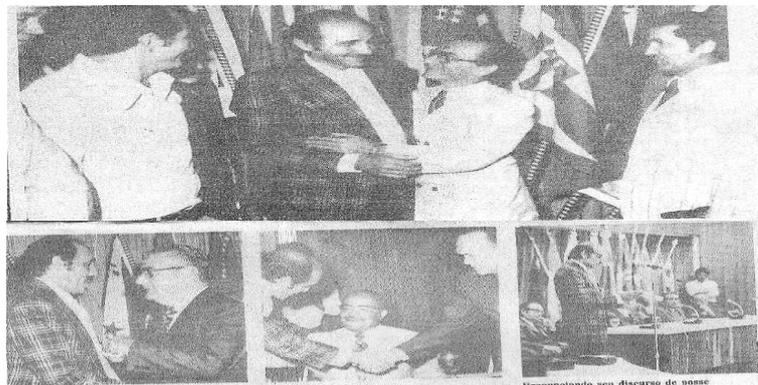
<sup>293</sup> Ibid., 17/11/1975, 2º caderno, p.2.

<sup>294</sup> Cf. PEREIRA. op. cit., p. 336.

<sup>295</sup> Cf. A Província do Pará, 02/12/1975, 1º caderno, p. 15.

<sup>296</sup> A revista destaca os seguintes nomes da política paraense: governador Aloysio da Costa Chaves, prefeito de Belém Ajax d’ Oliveira, deputado federal Alacid Nunes, além do presidente de comissão de vistoria da CBD, coronel Hélio Losada e vários desportistas: In. Revista Gol, ano I. nº 18. 1975.

Foto 24: Posse de Juvêncio Dias no auditório da SUDAM.



Fonte: Revista Gol, ano I, n. 18, 1975.

Do ponto de vista das disputas políticas, a presença da ARENA no governo e nas instâncias do futebol indicam-nos a sobrevivência do partido do regime militar na capital paraense, embora desde as eleições de 1974 viesse ocorrendo um “considerável avanço do MDB nos grandes Centros políticos nas eleições”<sup>297</sup>.

Juvêncio Dias assumiu a presidência da FPF em 1975 com o apoio de alguns representantes da crônica esportiva, do governo do estado e de alguns desportistas locais. A sua entrada na Federação era concebida pelos sujeitos que o apoiaram como uma possibilidade de desenvolvimento para o futebol que vivia em crise e para acalmar os ânimos dentro do campo desportivo, uma vez que ele próprio defendia não representar o interesse de um clube específico.<sup>298</sup>

Se, no início do seu mandato, houve por parte de alguns sujeitos ligados à crônica esportiva paraense a confiança de restabelecimento do futebol, no decorrer de sua administração não deixou de ser alvo de muitas críticas como bem demonstra Mário Sobral no seu jornaleco anárquico:

Comenta-se que está havendo uma tal de crise no futebol papachibé.

Mas, afinal do que é a crise? Crise de asmas? Crise de apendicite?[...]

Vosmecês querem saber mesmo do que é a crise?

Botem tudo isso no liquidificador, chamem o Juvêncio Mucajá;

para dar um toque. Ele faz a química. Transforma essa carapinhada;

<sup>297</sup> CF. FAUSTO. op. cit., p. 257 – 310.

<sup>298</sup> Exemplo da falta de apoio de alguns cronistas esportivos é a ironia que coloquei acima em que se denuncia a intervenção da CBD no futebol paraense.

naquilo que o gato cheira e cobre com areia....

É um Rei Michas às avessas.<sup>299</sup>

O documento acima nos informa o descontentamento de Sobral com a administração de Juvêncio Dias, sendo a mesma evidente na linguagem distorcida e ofensiva em que o autor faz gozação com o nome do presidente da FPF e desmoraliza suas ações dentro do campo desportivo no Pará. Porém, essa insatisfação também se traduzia nas charges de Walter Pinto que ironizava a atuação de Juvêncio Dias na presidência da FPF. Veja a imagem seguinte:

Charge 25: Artes e Artistas



Fonte: Província esportiva, 25/08/1977, p.7.

Nessa fonte, Juvêncio Dias foi retratado como um pintor que ao expor sua obra, uma tela em branco, demonstrava que não havia feito nada pelo desenvolvimento do esporte local, exatamente como o autor do desenho percebe a contribuição do referido sujeito ao futebol paraense.<sup>300</sup>

Em 1978, embora o comando da FPF não estivesse mais no controle de Juvêncio Dias<sup>301</sup>, sua passagem pela instituição continuava sendo motivo de denúncia por parte da imprensa esportiva paraense, que o acusava de “mero agente executor da política da CBD, e de limitar-se a receber rendas e descontar grandes taxas dos jogos, deixar os clubes em dificuldades financeiras e utilizar a entidade para promoção eleitoral”<sup>302</sup>.

<sup>299</sup> CF. A Província do Pará, 09/08/1976, 2º caderno, p.7.

<sup>300</sup> Cabe destacar que o jornaleco Anárquico de Mário Sobral se fazia presente dentro do Jornal A Província do Pará como sendo um caderno especial na parte desportiva e Walter Pinto é quem ilustrava as mais inusitadas situações do campo desportivo, ficando por conta do organizador Mário Sobral a parte das crônicas em que fazia questão de utilizar uma linguagem tipicamente regional. Atualmente Sobral escreve dentro do jornal “O diário do Pará” utilizando a mesma característica, isto é, utiliza expressões regionais para fazer seus comentários.

<sup>301</sup> Segundo Costa, Juvêncio Virgolino Dias esteve na Presidência da FPF no seguinte período 02/12/1975 à 02/01/1976 tendo como vices – presidentes: Néelson Leite da Silva, Otávio Sinimbu de Lima e Miguel Rocha.

<sup>302</sup> Cf. A Província do Pará, 28/06/1978, 2º caderno, p.3.

A exposição ferrenha do fracasso do deputado da Arena na administração da entidade de futebol local nos revela a crise generalizada em que vivia o governo nesse contexto, pois já não conseguia ter sucesso nem nos meios desportivos, muito menos reprimir os meios de comunicação quanto à não divulgação dos malogros que vinham ocorrendo na sociedade. Apesar das diversas contradições no jogo de interesses dos representantes do futebol local e nacional, o futebol tem servido às autoridades políticas como um “jogo de poder”, revelando para a sociedade que futebol e política “andam de mãos dadas”<sup>303</sup>.

Portanto, a presença da política nos bastidores do esporte paraense vem se constituindo ao longo da história como um fato constante, servindo tanto a interesses políticos quanto ao desenvolvimento de medidas para impulsionar o esporte local. Afinal, não era somente o político que se fazia presente, mas certamente sujeitos apaixonados pelo esporte “rei da Amazônia”.

---

<sup>303</sup> Cf. BARRETO, Túlio Velho. “A Copa do Mundo no jogo do poder”. In. Revista Nossa História, 2004.

## CAPITULO 3

### Futebol, legislação e trabalho nos gramados paraenses

#### 3.1 - O PASSE NO BANCO DOS RÉUS

O ano de 1964 começava agitado tanto dentro da esfera política quanto no campo desportivo. Neste se levantava um problema antigo do futebol, o “passe”, um sistema internacional, que vinculava o jogador ao clube do qual trabalhava.

Nesse sentido, sujeitos ligados ao futebol brasileiro discutiam a necessidade de criação de medidas que pudessem solucionar os abusos cometidos pelos dirigentes dos clubes em relação ao atleta. Citando um caso específico, o jornal Folha Vespertina trazia para o conhecimento do público o conflito entre um jogador carioca e seu clube em função da incompatibilidade financeira, pois o atleta exigia um salário maior enquanto seus dirigentes anunciaram sua venda caso não aceitasse a contraproposta.<sup>304</sup>

A exigência desse atleta não ultrapassou os muros da instituição clubística, pois coube ao mesmo submeter-se aos desmandos de seus patrões que colocaram seu passe à venda numa quantia “astronômica”, sem possibilidade de ser negociado.<sup>305</sup>

Se, no Brasil, a situação do atleta profissional de futebol dependia da regulamentação de leis para que pudessem interferir nas relações entre o profissional da pelota e seu empregador, isso era uma questão de destaque dentro dos meios de comunicação e assunto de ordem na pauta do presidente da República, João Goulart, que juntamente com o CND discutia as implicações de um regulamento dentro do campo desportivo.

Nilo Franco trazia em sua coluna “cartaz do dia”, um longo comentário acerca das ações do presidente da República, elogiando sua iniciativa quanto ao estabelecimento de normas que amparassem os atletas de futebol profissional, pois acreditava que “a reformulação das leis era uma necessidade vital, já que as leis oriundas do Estado Novo, na sua grande maioria se apresentam, [...] quase impraticáveis, obsoletas, totalmente obsoletas não poucas, desatualizadas em boa parte”.<sup>306</sup>

Entre as medidas, a maior polêmica estava em torno da fixação de um preço-teto para o passe dos jogadores, pois alegavam dirigentes dos clubes do Sudeste do país que, caso a proposta fosse regulamentada, o futebol brasileiro estaria condenado ao fracasso. Em resposta a esse clamor, novamente Franco se colocava a favor do governo afirmando que o mesmo

---

<sup>304</sup> Cf. Folha Vespertina, 23/01/1964, p.4.

<sup>305</sup> Ibid.

<sup>306</sup> Cf. A Província do Pará, 18/01/1964, 2º caderno, p.6

estaria levando em consideração todos os aspectos possíveis para não prejudicar o futebol, pois a idéia de estabelecer um preço fixo se faria somente internamente, com a participação maior do jogador e isso certamente não representaria a morte do futebol brasileiro.<sup>307</sup>

A postura do jornalista paraense se compreende não enquanto um cabo eleitoral do governo, mas deve ser percebida enquanto um homem ligado ao esporte, saindo obviamente em defesa de uma maior humanização das relações no campo desportivo nacional.

Desse modo, em março de 1964, se tornava realidade a assinatura do decreto regulamentando e disciplinando a profissão de atleta no Brasil. Entre as principais medidas destacam-se:

Art.1º - A cessão de um atleta profissional de futebol, por uma associação desportiva empregadora a outra, dependerá, em qualquer caso, de prévia e expressa audiência do atleta interessado, sob pena de nulidade.

Art.2º - Na cessão de atleta profissional de futebol, a associação esportiva empregadora cedente poderá exigir da associação desportiva cessionária o pagamento de uma indenização ou parte, estipulado na forma das normas esportivas internacionais, dentro dos limites nas condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Regional de Desportos.

Parágrafo 1º - O preço de indenização ou passe não será objeto de qualquer limitação, quando se tratar de cessão de atleta profissional de futebol para associação desportiva sediada no estrangeiro.

Parágrafo 2º - O atleta profissional cedido terá direito a 15 por cento do passe da indenização ou passe devido e pago pela associação desportiva cedente.

Art.3º - O prazo de vigência do contrato de atleta profissional de futebol, não poderá ser inferior a três meses nem superior a dois anos; deverá constar do respectivo instrumento sem prejuízo das cláusulas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desportos e das de interesse das partes, que não contravenham dispositivos legais, a obrigatoriedade da assistência médico-hospitalar ao atleta por parte da associação desportiva empregadora. Em caso de acidente, resultante da prestação de serviços profissionais, além de seu direito de ausentar-se do trabalho para prestação de prova e exames, quando estudante.

Parágrafo 1º - Constituem requisitos essenciais a validade do contrato de atleta profissional de futebol: a) - haver completado 16 anos de idade, à data do contrato, devendo ser assistido pelo pai ou responsável, se menor de 21 anos; b) estar em situação regular com o serviço militar; c) ser alfabetizado.

Parágrafo 2º - Os contratos dos atletas profissionais serão encaminhados pelas associações desportivas empregadoras ao Conselho Nacional de Desportos ou aos Conselhos Regionais de Desportos conforme o caso, para competente registro vedado ao atleta participar de qualquer competição antes de ser assinado o registro.

Parágrafo 3º - O atleta profissional não poderá participar de partidas esportivas com intervalo inferior a 60 horas entre uma e outra, salvo autorização expressa do Conselho Nacional de Desportos em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros. Parágrafo único - A proibição constante deste artigo não se aplica às competições interrompidas e às partidas de desempate de torneios ou campeonatos respeitado o disposto dos estatutos das respectivas entidades mentoras.

Parágrafo 5º - O Conselho Nacional de Desportos ou os Conselhos Regionais de Desportos com delegação expressa daquele fixarão horários para a realização de

<sup>307</sup> Ibid., 23/01/1964, 2º caderno, p.1.

competições futebolísticas nos meses compreendidos no período do verão, de acordo com as regiões climáticas do país.<sup>308</sup>

A concretização dessas medidas no papel nos permite perceber o quadro de irregularidades dentro das relações de trabalho no esporte brasileiro, pois a necessidade de disciplinar os contratos, o valor das indenizações dos passes, os horários, assistência médica e etc., são indícios relevantes do papel que o Estado assumia diante daquele campo específico da sociedade. Porém, difícil seria a aplicabilidade dessas normas dentro das relações que cercavam os profissionais da bola e seus clubes.<sup>309</sup>

Em Belém, as leis aplicadas pela Presidência da República serviam de discussão entre o Departamento de Futebol da Federação e os representantes dos clubes locais, que tentavam incluir nos seus plantéis atletas irregulares. Como exemplo, houve o caso do goleiro Piedade que, sem contrato legal, não poderia participar do Campeonato Paraense, segundo o critério estabelecido pelo decreto, embora do lado da entidade competente a afirmação negasse o pedido dos dirigentes azulinos, utilizando como justificativa os princípios legais, alguns jogadores do Paysandu atuavam sem contratos há vários jogos, como Carlos Alberto (Tapioca), João Tavares, Milton Dias.<sup>310</sup>

É fato que os dirigentes dos clubes de futebol paraense “burlavam” algumas regras estabelecidas para o campo futebolístico nacional. Ao mesmo tempo, essa irregularidade tornava-se um problema, na medida em que havia, por parte dos clubes, a preocupação de consultar os órgãos responsáveis para deliberar casos específicos de atletas e de enquadrar-se dentro da lei sob pena de punição.

Temos como mais um exemplo, o caso do zagueiro Maravilha, que interessava ao Paysandu utilizá-lo no segundo turno do Campeonato Paraense. Como o jogador tinha disputado o Campeonato Suburbano na condição de amador, poderia, segundo esse princípio, disputar aquele campeonato como profissional. Acontece que a CBD deu parecer negativo à FPD, alegando que o caso feria o dispositivo da Lei de Transferência, uma vez que a entidade máxima de futebol nacional entendeu que se o atleta atuasse pelo Paysandu estaria disputando dois campeonatos dentro de apenas uma temporada.<sup>311</sup>

---

<sup>308</sup> Esse decreto foi assinado em 27/03/1964 e aparece publicado pela Folha Vespertina em 17/06/1964, p.4. Interessante é que não encontrei o referido documento na data assinalada nos jornais da capital paraense, com exceção da Folha do Norte que estava indisponível para a pesquisa, pois na referida transcrição, Imar Nunes cita ter sido publicado naquele periódico.

<sup>309</sup> Sobre o papel desempenhado pelo Estado nas relações trabalhistas no Brasil ver. GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>310</sup> Cf. Folha Vespertina, 28/10/1964, p.4

<sup>311</sup> Ibid.

Ainda no ano de 64, outra polêmica se fazia presente nos bastidores do futebol paraense, tratava-se das férias concedidas aos atletas, segundo “o decreto nº. 53.829 de 24 de março do corrente ano que fixou o período de 18 de dezembro a 7 de janeiro, de cada ano, como defeso à pratica de futebol profissional”; pois diante dessa medida a Federação Paraense de Desportos tentava junto ao CND o adiamento do recesso dos jogadores paraenses em virtude do prolongamento do Campeonato Paraense que não cumprira o prazo estabelecido.<sup>312</sup>

Diante de tal situação, Isaac Pais saiu em defesa do cumprimento das normas estabelecidas pelo CND, alegando que o Campeonato Paraense não atendeu ao calendário da entidade nacional por causa das conveniências ou outras razões que não tinham como objetivo prestigiar o futebol local, mas a interesses particulares das agremiações envolvidas<sup>313</sup>. Com o pensamento contrário, Imar Nunes criticava a postura dos representantes do CND e dos “amigos” dos desportos regionais que não teriam respondido aos apelos dos clubes, clamando ao mesmo tempo pela revisão da lei de férias, pois no seu entendimento as férias não deveriam ser coletivas, mas a determinados grupos de atletas, já que dessa forma os clubes evitariam perder milhões no procedimento. Embora não descartasse a necessidade daquela lei, pedia um estudo cuidadoso no sentido de levar em consideração as diferenças climáticas regionais, os gastos excessivos e, depois disso, ser de fato adaptada às leis trabalhistas.<sup>314</sup>

Apesar do pedido dos dirigentes dos clubes de adiamento das férias aos jogadores de futebol e da insatisfação de alguns sujeitos ligados à crônica esportiva, prevaleceu o decreto, que se fez cumprir pela portaria baixada pelo presidente da FPD, Péricles Guedes de Oliveira, “determinando o cumprimento por parte de todas as associações vinculadas à entidade regional, do recesso obrigatório para o futebol profissional paraense.”<sup>315</sup>

Em 1967, em plena Ditadura Militar, vivia-se no campo desportivo um verdadeiro desgaste por parte dos representantes do futebol nacional, dos dirigentes dos clubes, políticos e imprensa desportiva que discutiam constantemente o problema do “passe” dos jogadores profissionais de futebol no Brasil. Situação essa criada em torno da possibilidade de criação de projeto específico para regulamentar o passe no Brasil e do caso do jogador Djalma Dias, que foi impossibilitado de exercer sua profissão pelos dirigentes do Palmeiras. Desse modo, aparecia na imprensa nacional o debate sobre a vinculação do atleta a um clube de futebol.

O deputado Esmeraldo Tarquínio (conselheiro, ex-diretor de esportes e ex- procurador dos Santos F.C.) defendeu a inexistência do passe como instituição, afirmando ser “uma

---

<sup>312</sup> Cf.A Província do Pará, 19/12/1964, 2º caderno, p.4.

<sup>313</sup> Ibid., 11/12/1964, 2º caderno, p.4.

<sup>314</sup> Cf. Folha Vespertina, 18/12/1964, p.4.

<sup>315</sup> Cf.A Província do Pará, 19/12/1964, 2º caderno, p.4.

tradição criada para garantir os investimentos das agremiações na criação e formação dos atletas profissionais de futebol desde o infantil”, portanto, tanto o clube quanto o jogador deveriam ser beneficiados, no sentido de não fazer do jogador uma mercadoria.<sup>316</sup>

Quanto à ação movida na justiça comum pelo advogado de Djalma Dias, assegurou-se que houve um equívoco jurídico, uma vez que o passe estaria regulamentado por um convênio internacional que escapava ao tratamento da justiça comum, lembrando ainda da dificuldade de enquadrar os jogadores de futebol no âmbito da assistência social.<sup>317</sup>

Ari Silva, na qualidade de comentarista esportivo e deputado, se colocava em defesa da respeitabilidade da FIFA, contrariando a medida adotada pelo jogador do Palmeiras que no seu ponto de vista não deveria sair vitorioso, pois caso isso acontecesse estaria condenado para o futebol profissional em qualquer parte do mundo.<sup>318</sup>

Os dois pontos de vistas eram contrários a determinações que colocassem em xeque as normas da FIFA, especialmente, no que diz respeito à intromissão da justiça comum nas relações contratuais trabalhistas entre jogadores e clubes. No Pará, esse assunto não serviu ao comentário dos desportistas locais, servindo apenas como matéria a ser publicada nos jornais da capital, fato que nos indica de qualquer maneira o espaço que o futebol alcançava nos periódicos e na vida do paraense.

Em novembro de 1967, o plenário do Conselho Nacional Desportivo aprovou o anteprojeto com o objetivo de regular as relações entre os jogadores de futebol e os clubes. Veja alguns dos seus principais aspectos:

[...] Art.3º - A associação cedente pagará ao jogador cedido a menos que este transija ou renuncie expressamente, uma importância em dinheiro, correspondente a 15% do valor do passe, observadas as condições estabelecidas nesta deliberação.

Parágrafo único – uma vez consumido a cessão, com o efetivo pagamento do percentual fixado neste artigo, o jogador cedido salvo ajuste em contrário com a associação cedente, só terá participação na cessão subsequente, decorridos dois anos da última transferência.

Art.4º - Não terá o jogador cedido qualquer participação no passe: a) se, por ação ou omissão voluntária, reconhecida pela justiça desportiva em decisão transitada em julgado, deu causa à rescisão; b) se a rescisão se der a pedido do jogador em plena vigência do contrato, sem causa justificada.

Art.5º - No caso previsto na alínea “a” do artigo anterior, havendo o jogador recebido luvas pela assinatura do contrato ou salários adiantados, deverá devolvê-las à associação empregadora, na proporção do prazo contratual não cumprido.

Art.6º - Findo o contrato no termo estipulado e decorridos sessenta dias da datada recusa do jogador à nova proposta salarial, fica a associação obrigada a arbitrar o valor do passe, observados os limites estabelecidos no artigo 8º, salvo no caso específico de cessão do atleta para o Exterior do país.

<sup>316</sup> Cf. Folha Vespertina, 01/11/1967, p.5.

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> Ibid.

Parágrafo 1º- O valor do passe, uma vez arbitrado, não mais poderá ser alterado, salvo se com o assentimento expresso do jogador ou, se menor de 21 anos, de seu responsável legal.[...]

Art.7º - Não se efetivando a transferência do jogador, após extinto ou rescindido seu contrato, até 60 dias da data da comunicação[...], sofrerá o valor arbitrado uma depreciação mensal e sucessiva de 10%.

Parágrafo 1º - Ao alcançar o valor do passe 100% de depreciação ficará o jogador automaticamente livre, devendo a associação fornecer-lhe o atestado liberatório.

Parágrafo 2º- O valor do passe não será, porém, depreciado, se o jogador negar sua autorização à transferência já ajustada entre as associações interessadas.

Art.8º - O arbitramento do passe será efetuado com base na remuneração mensal do jogador e terá um limite máximo, cujo valor se aferirá em função do maior salário mínimo vigente na jurisdição territorial da entidade a que estiver diretamente ligada a associação empregadora [...].

Parágrafo 1º - Considera-se remuneração, para efeitos deste artigo, a contraprestação, em dinheiro, devida pelos serviços profissionais do jogador e constituída da parte fixa do salário, adicionada das luvas, se houver, e dos prêmios.

Parágrafo 2º - Entende-se por luvas a importância paga ao jogador, na forma convencionada pela assinatura do contrato, e por prêmios, as gratificações em dinheiro recebidas pelo jogador a qualquer título.

[...] Art.14 – O jogador que, ao atingir 30 anos de idade, tenha prestado, por 10 anos consecutivos, serviços profissionais de atleta à mesma associação desportiva, terá passe livre ao término de seu último contrato.

Art. 15 – Os litígios que surgirem entre as associações e seus jogadores profissionais de futebol, atinentes à matéria regulada nesta deliberação, serão dirimidos pelos órgãos da justiça desportiva, no âmbito de suas respectivas competências e na forma prevista na codificação própria. [...]<sup>319</sup>

O documento se prende a uma questão fundamental, as regras sobre o “passe” do jogador, envolvendo seus direitos e deveres diante da entidade empregadora e estabelecendo por sua vez os princípios norteadores das relações contratuais; percebe-se no mesmo um esforço dos seus elaboradores no sentido de evitar o abuso dos dirigentes dos clubes junto aos atletas, bem como estabelece os limites do julgamento dos litígios entre os jogadores e seus clubes, ficando este, portanto, a cargo da justiça desportiva.

A razão dessa iniciativa se explica justamente pela necessidade de aplicação de normas que pudessem pôr fim as contendas entre jogadores e dirigentes de clubes inclusive fora do âmbito desportivo.

Importante destacar que esse projeto foi elaborado por uma comissão formada pelos advogados Aníbal Pelon, Carlos Osório de Almeida e Valdir Benevento. A comissão julgadora do CND era formada pelos desportistas Sílvio Magalhães Padilha, de São Paulo; Carlos Osório de Almeida e Valdir Benevento, da Guanabara; Henrique List e Ary Delgado, do Rio Grande do Sul e Leite de Castro, de Minas Gerais.<sup>320</sup>

Apesar do esforço na elaboração inicial do documento, as discussões entre os membros que o apreciaram resultou na alteração de pequenos aspectos, tais como: “a extensão

<sup>319</sup> Cf. Folha Vespertina, 16/11/1967, p.5.

<sup>320</sup> Ibid.

de 30 para 34 anos do direito de ‘passe livre’ aos jogadores, como o que lhes permite que ao final de três anos de contrato e não dois, tenham direito a 15 por cento sobre o valor de seu passe”<sup>321</sup>

O general Eloi Menezes, presidente do CND, antes da aprovação do documento teria afirmado que o assunto seria aprovado independente da interferência do ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, “uma vez que a correlação das decisões com as leis trabalhistas será estudada oportunamente”. A questão foi que, de fato, as recomendações daquela entidade foram julgadas e aprovadas internamente.<sup>322</sup>

Ainda em fase de aprovação, a “Lei do Passe” já suscitava entre os desportistas brasileiros discordâncias sobre determinados aspectos. Segundo Wadi Helu, presidente do Corinthians, tal lei assinalava “o fim do futebol brasileiro”, pois prejudicaria as agremiações pequenas, significando, portanto, a sobrevivência somente dos clubes mais fortes.<sup>323</sup>

Para Henri Aidar, diretor do São Paulo, a aplicação da lei facilitaria a saída dos atletas para o exterior, estimulando ainda as transferências internas, visando com isso apenas os direitos dos jogadores. Do lado dos jogadores, para o presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo, Gersio Passadore, o entendimento de tal medida era positiva, pois o projeto atendia a velhas reivindicações do sindicato, principalmente no que diz respeito à liberdade dos clubes de fixar o valor do passe dos jogadores, tornando-os escravos.<sup>324</sup> Apesar de sua satisfação, reconhecia algumas falhas no projeto, inclusive chegou a encaminhar ao CND uma tabela capaz de não prejudicar o profissional da bola. Veja a tabela a seguir:

Tabela 1: Cálculo do limite máximo do Passe

Salários Mínimos	Valor estipulado
1 a 2	12 vezes
2 a 5	36 vezes
5 a 10	48 vezes
10 a 20	100 vezes
Acima de 20	96 vezes

Fonte: Folha Vespertina, 19/11/1967, p.5.

<sup>321</sup> Nessa reunião esteve presente o representante do Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo, Gersio Passadore, sendo decidido ainda pelo plenário a não concessão à CBD e suas filiadas a permissão para que seus campeonatos ultrapassassem o período de férias dos jogadores. Ver Folha Vespertina, 28/11/1967, p.5.

<sup>322</sup> Ibid.

<sup>323</sup> Cf. Folha Vespertina, 19/11/1967, p.5.

<sup>324</sup> Ibid.

Entre as mudanças sugeridas por Passadore, aparece o valor atribuído ao passe e à inserção da faixa que vai de 10 a 20 salários mínimos. Houve um decréscimo do valor em relação aos valores estabelecidos pelo CND, porém compensado pela faixa apontada como inexistente naquela resolução. Duas questões podem nos servir de análise nesse ponto, a primeira diz respeito à omissão da faixa e a segunda se refere à necessidade de inclusão da mesma.

Sem a possibilidade de utilizar indícios capazes de comparar o valor do salário de um jogador de futebol nesse contexto, podemos sugerir que a maior parte dos atletas que atuavam no futebol paulista recebia entre 10 a 20 salários mínimos, razão pela qual seu representante saiu em defesa dessa mudança, fixando inclusive o valor maior para essa faixa.

Ao que tudo indica, havia uma necessidade imperiosa de regulamentar as relações contratuais dentro do futebol brasileiro, visto que, um ano após a aprovação da resolução pelo CND, foi reconhecido na comissão de justiça da câmara outro projeto que regulamentava a atividade do atleta profissional, de autoria do Deputado Floriceno Paixão (MDB), que não trazia em si nenhum ineditismo, pois em 1964 o Presidente da República também baixou um decreto com essa perspectiva.<sup>325</sup>

Permanecia nessa proposta o prazo de vigência do contrato do atleta profissional com o clube, ou seja, não inferior a três meses e nem superior a dois anos; a alfabetização do atleta sendo obrigatória, o direito aos 15% do passe, etc. De novidade, vale destacar a não extensão a oito horas de trabalho diárias ou quarenta e oito horas semanais, sendo o tempo necessário que poderia exigir o empregador; a obrigatoriedade de permanecer concentrado pelo prazo de três dias por semana desde que estivesse programada qualquer competição amistosa; a permissão ao atleta casado para sair da concentração, em todo ou em parte, se este estivesse sob a disposição de federações ou da CBD, etc.<sup>326</sup>

Uma vez aprovado pela comissão da Justiça Federal, a proposta seria avaliada pela comissão de Legislação Social e de Educação, que no dia 18 de Julho de 1968 aprovou o projeto lei sem alterações.<sup>327</sup>

O ano de 1968 pode ser apontado como um momento de mudanças nas regulamentações dentro do campo futebolístico, pelo menos no que diz respeito às medidas fixadas no papel, já que várias propostas foram colocadas na pauta de discussão e aprovação

---

<sup>325</sup> Cf. Folha Vespertina, 19/02/1968, p.7.

<sup>326</sup> Ibid., 21/02/1968, p.7.

<sup>327</sup> Ibid., Folha Vespertina, 19/07/1968, p.8

entre as entidades competentes. Desse modo, em março do referido ano saía do papel e vigorava a deliberação do “passe” criada em 1967 pela comissão do CND.<sup>328</sup>

A única mudança estabelecida se refere à tabela de fixação dos preços e inserção de uma faixa salarial. Veja a seguir:

Tabela 2: Cálculo do limite máximo do Passe

Salários Mínimos	Valor estipulado
1 a 2	50 vezes
2 a 5	80 vezes
5 a 10	150 vezes
Acima de 20	200 vezes

Fonte: Folha Vespertina, 16/11/1967, p.5.

Tabela 3: Cálculo do limite máximo do Passe

Salários Mínimos	Valor estipulado
1 a 2	50 vezes
2 a 5	80 vezes
5 a 10	120 vezes
10 a 20	120 vezes
Acima de 20	200 vezes

Fonte: Ibid., 04/03/1968, p.5.

Ao comparar as duas tabelas, percebemos que na de número 2 aparecem os valores da proposta inicial sem a inclusão da faixa salarial (10 a 20 salários mínimos); na de número 3, permanecem três valores relativos à primeira, sofrendo uma redução no valor quanto à terceira faixa e, na quarta faixa, aparece adicionada a faixa salarial inexistente com o mesmo valor da anterior.

É provável que essas alterações sejam resultados das discussões no momento da aprovação interna, bem como da proposta lançada pelo presidente do Sindicato dos Atletas

<sup>328</sup> Cf. Folha Vespertina, 04/03/1968, p.7

profissionais de São Paulo de inclusão da faixa salarial já informada anteriormente, pois o documento colocado em vigor já trazia em seu conteúdo essa modificação.

Sendo o passe um problema internacional, em 1969, importante reunião aconteceu em Manchester envolvendo jogadores europeus, cujo objetivo seria a “extinção definitiva do passe no futebol, pois seus participantes entendiam que o mesmo era contrário aos “princípios de liberdade do trabalhador”.<sup>329</sup>

Enquanto na Europa se lutava pela extinção do passe, no Brasil os representantes da CBD e CND tentavam aplicar as regras dentro da chamada “Lei do Passe” aos clubes de futebol profissional. Na tentativa de corrigir os impasses dentro da própria regulamentação baixada anteriormente pelo CND, a CBD estabeleceu no final de março de 1969 uma deliberação que ampliava a cláusula referente ao arbitramento do preço do passe, a mudança mais evidente seria quanto a não fixação de valores e o passe livre ao jogador.<sup>330</sup>

Constantes mudanças tornavam as relações dentro do campo futebolístico conflituosas, pois clubes eram punidos ilegalmente ou legalmente sem concordância entre as partes envolvidas.

Mediante todas essas questões e ações destinadas ao campo futebolístico na década de 60, explodiria na década de 70 uma acirrada discussão sobre a “Lei do Passe”, pois, diferentemente dos anos anteriores, um número expressivo de jogadores entrou na “justiça comum” contra seus clubes.

O cruzeiro pode perder Raul e tôda a sua torcida feminina, se êle conseguir passe livre na justiça esportiva (ou na do trabalho). Inconformado com a redução de seus salários em relação ao contrato anterior, Raul já não tinha mais estímulo para defender o Cruzeiro [...] sexta – feira passada Raul entrou na justiça do trabalho exigindo pagamento de salários retidos.<sup>331</sup>

A reivindicação do jogador na justiça trabalhista demonstra os problemas vivenciados pelo profissional da bola no Brasil e a inoperância na prática das leis que regulavam as relações entre o atleta e o clube, pois o que prevalecia nessas relações, segundo alguns jogadores, era o pagamento dos 15% sobre um valor menor do que realmente havia sido negociado o passe do jogador.<sup>332</sup>

<sup>329</sup> No comando desse movimento estava o inglês Blanpain, Presidente da Federação Internacional das Associações dos Futebolistas Profissionais. CF. Folha Vespertina, 03/02/1969, p.8.

<sup>330</sup> Cf. Folha Vespertina, 09/05/1969, p.8, 09/08/1969, p.5

<sup>331</sup> “Raul entra na luta do passe livre”. Revista Placar. n. 88, 19/11/1971, p.22-23.

<sup>332</sup> “Lei do passe lei do cão”. Revista Placar: Abril; n. 93, 24/12/1971, p.16.

A “Lei do Passe”, criada para beneficiar o jogador de futebol, era concebida de modos diferenciados, ou seja, desde sua criação em 1964 não havia um consenso entre a categoria futebolística e, na década de 70, isso não seria diferente, configurando uma polêmica ainda maior devido ao envolvimento da justiça trabalhista na questão.

A Lei do Passe tem um êrro muito grande: garantir passe livre ao jogador apenas depois dos 34 anos, desde que êle tenha mais de dez anos de clube. De que adianta isso? Acho que o certo seria garantir uma indenização ao jogador [...] ( Ademir da Guia, jogador).<sup>333</sup>

A lei precisa de algumas reformas. Tem que prever um máximo de luvas e de salários e, principalmente acabar com passe livre. Outro êrro fundamental é garantir os 15% ao jogador.<sup>334</sup>

Sustentamos que o passe é uma forma disfarçada do odioso Jusin Corpore Aliene (direito sôbre outrem). O atleta profissional é mercadoria manipulada criminosamente pelo cambio negro. ( Serrado, Neves, advogado)<sup>335</sup>

Embora com posições diferenciadas, os comentários nos indicam que havia uma insatisfação com a referida lei, aspecto que tornava as relações dentro do campo desportivo nesse momento conflitante, pois dirigentes e jogadores colocavam-se de acordo com seus interesses.

Do lado da jurisprudência, se denunciava, como podemos observar no comentário do advogado Neves, a concepção do jogador como uma mercadoria, situação considerada por alguns profissionais dessa área como “imoral e inconstitucional”. Desse modo, a juíza Maria Nunes Silva Lisboa, titular da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, afirmava:

O passe é inconstitucional. No dia em que tal questão chegar ao Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade do passe será declarada tranquilamente. É só alguém, no caso de um jogador, recorrer até lá.<sup>336</sup>

A juíza Maria Nunes foi além ao defender a competência da justiça do trabalho para decidir questões de litígios envolvendo profissionais da pelota e seus clubes, pois, no seu entendimento, o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho abrangia os “esportes terrestres”, daí defender a inclusão do futebol dentro da legislação federal.

---

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> Ibid., p.17.

<sup>335</sup> “Passe ou posse”. Revista Placar, n. 91, 10/12/1971, p.18.

<sup>336</sup> Entrevista concedida a Revista Placar em 24/ 12/1971, p.19.

No seu parecer sobre o conflito, entre as leis trabalhistas e a legislação esportiva afirmava:

A justiça desportiva é uma justiça que se pode considerar particular. Ela não faz parte do Poder Judiciário, nem está na Constituição Federal. Como, então, suas normas poderão ir de encontro ou mesmo se sobrepor àquelas da justiça do trabalho? Estou tranqüilamente convencida de que o TRT é competente para decidir todos os problemas surgidos entre os clubes e os jogadores. Se não fosse, o jogador de futebol não seria pessoa, seria “coisa” em termos jurídicos.<sup>337</sup>

Apesar da discussão por profissionais da área jurídica, o Presidente do Conselho Federal de Desportos, brigadeiro Jerônimo Bastos, descartava a possibilidade de interferência da Justiça do Trabalho nas decisões contratuais futebolísticas, afirmava não conhecer nenhum caso apoiado nessa instância, pois o passe era uma transação entre associações que só se concretizava com o consentimento do atleta.<sup>338</sup>

A polêmica que suscitou uma série de debate entre desportistas, pessoas da área jurídica e imprensa devido à entrada de várias reclamações de atletas exigindo “Passe Livre” contra seus clubes na justiça do trabalho não alcançou êxito na capital paraense entre os jogadores, pois:

[...] o Afonsinho foi o primórdio do negócio (passe livre), ele percebeu que o jogador era um escravo, e veio preencher para que o jogador pudesse perceber que nós vivíamos uma democracia e nessa altura do campeonato nós sabíamos só por conversa o que acontecia com o Afonsinho. Agora tinha um detalhe pra todos os efeitos o jogador que pegava o passe era considerado um marginal. Como eu te falo as coisas acontece devagar aqui, aconteceu lá (Sudeste) rápido. (Mesquita)

Aqui no Pará não houve essa facilidade [...] de certa forma muitos jogadores não queriam esse confronto [...] aqui foi mais discreto. (Guilherme Guerreiro)

As lembranças do ex-jogador Mesquita e do diretor da equipe desportiva da Rádio Clube, Guilherme Guerreiro, apresentam-nos não necessariamente a comprovação do acontecimento tal como ocorreu, mas aspectos das experiências vivenciadas por esses sujeitos no campo desportivo paraense. A partir disso, podemos afirmar a ausência de uma participação dos atletas que atuavam no futebol paraense no processo do “passe” na “justiça comum”, bem como da pequena cobertura da imprensa como sugere o segundo depoimento.<sup>339</sup>

---

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> “O passe fica qual a solução?”. Revista Placar, n. 92, 17/12/1971, p.19.

<sup>339</sup> Sobre a análise da memória enquanto possibilidade de compreensão do passado ver o artigo de Michael Pollak “Memória, esquecimento, silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15.

No ano de 1972, importantes ações foram tomadas na política brasileira visando melhorias para o atleta de futebol no Brasil. Cabe citar dois projetos apresentados na Câmara Federal pelos deputados Nasser Almeida (ARENA - CE) e Lauro Rodrigues (MDB-SC), ambos objetivavam a aprovação de aposentadoria para o profissional da bola.

Almeida defendia a aposentadoria em regime especial, em que o atleta após 180 meses de contribuição, com a idade mínima de 35 anos de idade, sendo 15 anos de atividade profissional, com vinculação contratual mediante a entidade desportiva.<sup>340</sup>

Rodrigues defendia que a aposentadoria deveria ser estabelecida em caso de invalidez, caso o atleta fosse considerado “incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício da atividade que lhe garante a subsistência.” As propostas alteravam o artigo da lei 3807 de 1960 e Decreto – lei número 66, de 1966.<sup>341</sup>

O ano de 1973 seria marcado pela defesa de um programa pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, no sentido de favorecer políticas de proteção ao atleta de futebol profissional no Brasil. Entre suas ações destacavam-se:

[...] a implantação de um sistema de cursos intensivos profissionalizantes, de modo a garantir um futuro engajamento do atleta no mercado de trabalho quando do término de sua carreira profissional. [...] a implantação, nos clubes de futebol de centros de estudos supletivos que visem dar escolarização supletiva aos atletas, que por força de suas atribuições profissionais, não podem receber aprendizagem de um sistema regular de ensino.<sup>342</sup>

Não se tem indícios da aplicação dessas medidas no campo desportivo brasileiro nesse contexto, se Jarbas Passarinho conseguiu efetivar seu projeto pedagógico certamente não alcançou o sucesso esperado, pois a experiência não recebeu pelo menos por parte da imprensa a devida divulgação. Essa lacuna nos serve de elemento para sugerir que a proposta não alcançou êxito, já que assuntos dessa natureza recebiam por parte dos meios de comunicação especial comentários e publicação. Essa política de proteção ao trabalhador com ênfase educacional foi colocada em prática pela primeira vez durante o governo Vargas que defendia o ensino como via de integração social.<sup>343</sup>

No dia 30 de Agosto de 1973, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata, com mensagem de apoio do Presidente da República, encaminhava ao Congresso Nacional, o projeto de lei “que visava regulamentar a concessão de benefícios ao jogador de

---

<sup>340</sup> Cf. A Província do Pará, 27/10/1972, p.7.

<sup>341</sup> Ibid.

<sup>342</sup> Ibid., 08/08/1973, 2º caderno, p.9.

<sup>343</sup> Cf. GOMES, op.cit.,p.244.

futebol, bem como regularizar a situação das associações desportivas, no que se referiam às suas contribuições para a Previdência Social”<sup>344</sup>. Vale citar alguns trechos:

Art 1.º - O valor mensal do benefício devido pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado que venha a comprovar devidamente a condição de jogador profissional de futebol, será calculado na base da média ponderada entre o salário de contribuição apurado na época do evento, na forma da legislação então vigente, e o salário de contribuição correspondente ao período de exercício da atividade de jogador profissional de futebol, respeitando o teto máximo fixado em lei.

[...]

Art 3.º - As associações desportivas, que mantenham equipes de futebol profissional, terão seus débitos provenientes de contribuições previdenciárias, inclusive dos demais fundos e quotas, [...] pelos valores apurados até a data de publicação da presente lei, canceladas as multas sobre os meses incidentes e sobrestados quaisquer procedimentos judiciais relativos a esses débitos sobrestados.

[...]

Art.4º - Quando qualquer associação desportiva descumprir o compromisso firmado nos termos do artigo anterior, as respectivas confederações por solicitação do INPS, reterão e recolherão o valor correspondente às parcelas não recolhidas.

[...]<sup>345</sup>

No governo do general Ernesto Geisel, medidas afins foram discutidas para beneficiar o profissional da pelota. Em audiência especial na primeira quinzena de outubro de 1975, reuniram-se com o presidente da República, o presidente da CBD, almirante Heleno Nunes; o presidente da Associação dos Treinadores de Futebol do Brasil, Flávio Costa; O presidente do CND, brigadeiro Jerônimo Bastos, etc. Importantes decisões foram tomadas nesse encontro, tais como: a assinatura do decreto da criação da FUGAP, denominada de Fundação de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP); a regulamentação do atleta profissional e a prioridade de aforamentos das áreas para os clubes.<sup>346</sup>

Quatro meses depois, o ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, assinou a portaria designando para membros do Conselho de Administração do FAAP, Rubem Barreto, na qualidade de presidente; Mário Sérgio Maфра; o jornalista Ruy Porto, como representante do Ministério do Trabalho e Dlávio Laboriau Barroso, do Ministério da Previdência e Assistência Social.<sup>347</sup>

A comissão tinha como objetivo velar pelo atleta no sentido de assegurar ao mesmo, após o término de sua atividade profissional, a seguridade da Previdência Social, em especial àqueles que não dispunham de recursos próprios para o desempenho de outra atividade. Desse modo, o tempo mínimo exigido para “a vinculação do atleta ao sistema assistencial foi

<sup>344</sup> Cf. A Província do Pará, 31/08/1973, 2º caderno, p.7.

<sup>345</sup> Ibid.

<sup>346</sup> Ibid., 15/10/ 1975, 1º caderno, p.16.

<sup>347</sup> Ibid., A Província do Pará, 09/02/ 1976, 1º caderno, p.13.

estabelecido em cinco anos de profissão, por considerar-se que um período menor não caracterizaria o pleno e exclusivo exercício da atividade.”<sup>348</sup>

A existência dessa comissão não ficaria apenas no papel, pois no dia 20 de fevereiro de 1976 o presidente da República assinou o decreto que regulamentava a lei 5.939 de 19 de novembro de 1973 sobre benefícios pelo INPS aos jogadores de futebol. Ressalta-se no documento, como inovação estabelecida, “a fixação de uma modalidade especial de cálculo do benefício a ser concedido ao jogador de futebol que tomou por base não só o período de prática desportiva, como aquele que o ex-atleta tenha exercido outra atividade anterior.”<sup>349</sup>

Nesse sentido, o Estado incorporava para si o papel de assistir o profissional da bola dentro das prerrogativas para atender a classe de trabalhadores no Brasil criados na década de 30. Com essa iniciativa o governo tentava demonstrar sua preocupação com as condições de vida e trabalho daqueles sujeitos.<sup>350</sup>

O momento foi cercado de formalidades. Antes da assinatura do documento, o presidente Geisel fez um breve discurso ressaltando o “milagre brasileiro” como sendo resultado “das misturas de raças” e a necessidade da educação física para o jovem brasileiro. Após a assinatura do decreto, foi homenageado com o título de presidente de honra da Confederação Brasileira de Desportos pelo jogador mais novo da Seleção Brasileira, Zico.<sup>351</sup>

Não resta dúvida que a ação fazia do Presidente da República um homem visado não apenas dentro dos meios desportivos mas pela imprensa brasileira, que trazia em suas matérias imagens destacando o acontecimento.

---

<sup>348</sup> Ibid.

<sup>349</sup> Ibid., 09/02/ 1976, 1º caderno, p.16.

<sup>350</sup> Gomes nos informa que na década de 30 “a Justiça do Trabalho era considerada o ponto mais alto da organização legislativa, sendo a previdência social o testemunho máximo da preocupação governamental com as condições de vida e trabalho com o seu novo cidadão”.

<sup>351</sup> Cf. A Província do Pará, 21/02/ 1976, 1º caderno, p.16.

Foto 26: autoridades no Planalto Central em Brasília.



Fonte: A Província do Pará, 21/02/1976, p.16.

O presidente Geisel assinando o decreto.

Foto 27: Ibidem.



Fonte: Ibidem,

O presidente Geisel sendo cumprimentado por Juvêncio Dias e outras autoridades do meio desportivo.

Cabe observar que na última fotografia houve a intenção do jornal em demonstrar para o leitor a participação de representantes do Pará naquele importante acontecimento, pois aparece na imagem o presidente da FPF cumprimentando o presidente da república.

A relevância do fato deve ser compreendida partindo do ponto de vista dos sujeitos que defendiam medidas capazes de assegurar os direitos dos profissionais da bola. Diante dessa necessidade, a assinatura do decreto pelo chefe da nação representava, para aquele contexto histórico, uma mudança dentro das relações desportivas, visto que, pela primeira vez o jogador poderia assegurar sua aposentadoria ao final de sua carreira.

Outra medida favorável aos profissionais da pelota no referido ano foi a regulamentação da profissão do atleta profissional. Veja a seguir alguns trechos:

Lei n. 6.354, de 02 de Setembro de 1976

O Presidente da República:

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3º O contrato de trabalho do atleta, celebrado por escrito, deverá conter: [...]

II – o prazo de vigência, que, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 3 (três) meses ou superior a 2 (dois) anos;

[...]

VI - o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol [...].

Art. 4º Nenhum atleta poderá celebrar contrato sem comprovante de ser alfabetizado e de possuir carteira de trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol bem como de estar com a situação militar regularizada e do atestado de sanidade física e mental, inclusive abreugrafia. [...]

Art. 13 Na cessão do atleta poderá o empregador cedente exigir do empregador cessionário o pagamento do passe estipulado de acordo com as normas desportivas, segundo os limites e as condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desportos. [...]

2º O atleta terá direito a parcela de, no mínimo, 15% do montante do passe, devidos e pagos pelo empregador cedente. [...]

Art.20 Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho e eliminação do futebol nacional:

I - ato de improbidade;

II – grave incontinência de conduta;

[...]

Art.22 O empregador será obrigado a proporcionar ao atleta boas condições de higiene e segurança do trabalho e, no mínimo, assistência médica e odontológica imediata nos casos de acidentes durante os treinamentos ou competições e nos horários em que esteja à sua disposição. [...]

Art.25 O atleta terá direito a um período de férias anuais remuneradas de 30 ( trinta) dias, que coincidirá com o recesso obrigatório das atividades de futebol.[...]

Art. 26 Terá passe livre, ao fim do contrato, o atleta que, ao atingir 32 ( trinta e dois) anos de idade, tiver prestado 10 ( dez) anos de serviço efetivo ao seu último empregador.[...]

Art.28 Aplicam-se ao atleta profissional de futebol as normas gerais da legislação do trabalho e da previdência social, exceto naquilo que forem incompatíveis com as disposições desta lei.

Art. 29 Somente serão admitidas reclamações à Justiça do Trabalho depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, a que se refere o item III do art.42 da Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, que proferirá decisão final no prazo máximo de 60 dias contados da instauração do processo.[...]

Art. 30 O empregador ou associação desportiva que estiver com o pagamento de salários dos atletas em atraso, por período superior a 3 ( três ) meses, não poderá participar de qualquer competição oficial ou amistosa, salvo autorização expressa da Federação ou Confederação a que estiver filiado.[...]

Brasília, 02 de setembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL <sup>352</sup>

A regulamentação dessa lei trazia no seu conteúdo experiências de vários projetos e medidas em outros momentos, resultantes de muitos debates dentro das instituições entre os representantes das instituições ligadas ao campo desportivo brasileiro. Porém, não se observou ao longo dessas discussões a participação ativa do principal interessado, o

<sup>352</sup> Cf. “Leis do Esporte e Estatuto do Torcedor”: Manole, São Paulo, 2003. Ver ainda, A Província do Pará, 03/09/1976, 1º caderno, p.13.

profissional da “pelota”<sup>353</sup>, salvo em alguns momentos sob a representação do presidente do sindicato dos atletas de São Paulo e alguns jogadores da Seleção Brasileira. Esse fato é um claro exemplo da falta de organização desses sujeitos no Brasil, pois, certamente a presença daquela instituição e de um número reduzido de atletas não atendia as distintas realidades.

Novamente o Estado aparecia como um “mediador por excelência” das relações trabalhistas entre “patrão” e “empregado”.<sup>354</sup>

Os artigos em destaque são indicadores tanto de permanências quanto de algumas “mudanças” em comparação com o decreto colocado em vigor por João Goulart no ano de 64. No que se refere à primeira, destacam-se: o prazo de vigência do contrato de trabalho, a necessidade de ser o atleta alfabetizado, situação militar regularizada, direito aos 15% do passe ao jogador quando cedido a outro clube, aplicação de normas disciplinares ao atleta, boas condições de trabalho e assistência médica.

Quanto às “mudanças” sofridas, o grande destaque foi a inserção da previdência social nas relações de trabalho no futebol brasileiro como medida de segurança para a aposentadoria do atleta profissional. Além dessa novidade, estabeleceu-se de maneira limitada a interferência da Justiça Trabalhista nos litígios entre os dirigentes dos clubes e os profissionais da bola, a aplicação da CLT desde que obedecidas a natureza do campo desportivo e a punição aos clubes por atraso dos salários dos jogadores pelo período superior a três meses.

Partindo desses dispositivos jurídicos, percebe-se sua relevância dentro da política governamental para o futebol brasileiro, à medida em que a regulamentação da profissão de jogador tentava “enquadrar” esse sujeito dentro dos princípios legais da legislação trabalhista brasileira. Aspecto contraditório num Estado onde os direitos dos trabalhadores foram silenciados.

Não faltaram opiniões diversas a respeito da interferência do Estado no campo desportivo. Desse modo, Ribamar Soares, presidente do Tribunal da FPD no Pará, se declarava satisfeito com a medida governamental ao afirmar: “[...] sem dúvida, trará benefícios de amparo ao jogador de futebol, que estava necessitando de fato de uma tutela jurídica.”<sup>355</sup>

---

<sup>353</sup> Embora sem qualquer relação com as características do futebol aparece como designativo do mesmo, na verdade, o termo foi criado pelos bascos para designar uma atividade de arremesso de pedras nas paredes das igrejas na Idade Média; também chamado “Jai-alai” ( festa alegre).

<sup>354</sup> Gomes nos informa que a carteira profissional foi criada durante o governo Vargas no “pós - 30” traduzindo uma relação “ de doação, de dar e receber dádivas, presentes/ benefícios” características próprias do novo regime que se desejava construir.p.223.

<sup>355</sup> Cf. A Província do Pará, 24/09/1976, 2º caderno, p.3.

Dentro do entendimento jurídico, faziam-se ressalvas a alguns aspectos contidos na lei, principalmente no que dizia respeito à limitação da Justiça do Trabalho para julgar os litígios entre jogadores e seus clubes. Assim afirmava-se: “essa limitação é inconstitucional por atentar contra o que prescreve o inciso 4º do art. 150 da Constituição” - ‘a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual’.<sup>356</sup>

Apesar das críticas recebidas, a partir de março de 1977 já se estabelecia as primeiras carteiras de trabalho aos jogadores da Seleção Brasileira, sendo Zico o primeiro jogador a receber o documento. Em entrevista, o jogador saudou o gesto das autoridades competentes ao afirmar o compromisso desses sujeitos com a categoria desportiva, mas fez questão de lembrar que a iniciativa era “um reflexo da luta que nós, jogadores, estamos sustentando há algum tempo para que nossa profissão seja mais respeitada”.<sup>357</sup>

A fala de Zico reflete uma pequena parcela da classe desportiva, visto que não se tem indícios de organizações sindicais fora do eixo sudeste no Brasil nesse momento. No caso do Norte do Brasil aqui estudado, era algo inexistente.<sup>358</sup>

A lei n. 6.354 entrou em vigor no dia 1º de março de 1977, mas o artigo 25 que tratava da concessão de férias aos jogadores de futebol continuava sem aplicação devido à mudança sofrida de vinte para trinta dias, transformação que gerou problemas dentro das federações, pois a preocupação dos clubes com a nova determinação governamental seria adequar o calendário esportivo sem prejuízo da competição.<sup>359</sup>

Nesse sentido, André Richer, membro da comissão do CND, um dos responsáveis pela regulamentação das férias ao atleta profissional, utilizando-se do novo Dec. - Lei Nº. s 1535 de 13/ 04/ 77, que alterou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), estendendo a todos o direito de 30 dias de repouso remunerado por ano de trabalho, concedendo a opção do empregado descansar apenas 20 dias e receber em espécie os restantes 10 dias, defendia a aplicação daquela medida aos atletas profissionais, pois entendia que dessa maneira reduziria a inatividade dos clubes sem desrespeitar a legislação desportiva.<sup>360</sup>

Apesar do esforço de Richer, o plenário do CND revogou o item 3 da deliberação 06/77 que determinava somente 20 dias de férias. Ficou decidido que os atletas profissionais teriam 30 dias de férias corridos e mais 10 para treinamento, sendo o recesso estabelecido “de

---

<sup>356</sup> Ibid., 3º caderno, p.7.

<sup>357</sup> Ibid., 04/03/1977, 2º caderno, p.9.

<sup>358</sup> As razões que explicam essa situação serão analisadas em outro subitem desse capítulo.

<sup>359</sup> Cf. A Província do Pará, 12/08/1977, 2º caderno, p.5.

<sup>360</sup> Ibid.

19 de dezembro a 17 de janeiro, com reapresentação prevista para o dia seguinte, com vistas aos treinamentos e em seguida o reinício das atividades profissionais no dia 27 de janeiro.”<sup>361</sup>

Ficava mais uma vez comprovado que o atleta profissional era concebido como uma categoria de trabalhadores “especiais”, pois mesmo os responsáveis por decretos ao longo da década 60 e 70 tentaram enquadrar o atleta dentro das disposições da CLT ou indivíduos ligados a área jurídica reivindicarem o mesmo tratamento dado aos trabalhadores de outras áreas. Na prática, havia um descompasso das leis trabalhistas dentro do campo desportivo, prevalecendo o regime desportivo, com algumas exceções.

### **3.2–FUTEBOL “PAPA-CHIBÉ”: AMADORISMO VERSUS PROFISSIONALISMO**

No tópico anterior, discutimos os impasses dentro do campo desportivo em virtude da criação de decretos e leis que regulamentaram a condição de atleta de futebol profissional no Brasil. Desse modo, cabe-nos analisar se, diante desses mecanismos estabelecidos pelo governo e pelos representantes do CND, as relações entre os sujeitos envolvidos com o “bolapé” no Pará atendiam ao modelo de profissionalismo ou permaneciam na base do amadorismo.

A luta pelo fim do amadorismo no futebol brasileiro teve início nos anos 30, com saída de muitos jogadores para o futebol europeu, resultando na necessidade de estabelecer medidas que pudessem valorizar o jogador de futebol e concebê-lo um profissional de fato. A pesar do esforço, principalmente da imprensa, em modificar as relações nada profissionais dentro dos clubes de futebol, esse assunto se tornaria um problema ao longo das décadas seguintes.

Segundo Lopes, a adoção do profissionalismo no futebol brasileiro foi resultado de uma crise interna vivenciada pelo amadorismo nos anos 30, em função do “recrutamento de bons jogadores de ascendência italiana da América do Sul por clubes europeus, em particular os italianos [...]”.<sup>362</sup> Para Franzini, além do “êxodo de craques”, a passagem do amadorismo para o profissionalismo contou ainda com a tentativa de organização de uma entidade de classe por jogadores paulistas, no sentido de pôr fim às contradições existentes no campo desportivo, com uma grande participação de dirigentes cariocas, paulistas e da imprensa desportiva.<sup>363</sup>

---

<sup>361</sup> Cf. A Província do Pará, 12/08/1977, 2º caderno, p.5.

<sup>362</sup> Cf. LOPES, José Sérgio Leite. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. BATALHA, Cláudio. H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre.(orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.153.

<sup>363</sup> Cf. FRANZINI, op.cit.,p. 62-63.

Em Belém, por volta de 1964, os clubes de futebol considerados “pequenos”, como o “Júlio César”, já mantinham no seu plantel jogadores profissionais, pois em reclamação a um jornal local, o presidente da agremiação, José Figueira de Souza, questionava a intenção dos dirigentes do Clube do Remo e Paysandu Sport Club em adiar o “Torneio Cidade de Belém”, uma vez que isso acarretaria prejuízos no sentido de estender ainda mais o prazo de custear as despesas salariais dos atletas que vinham sendo mantidos a “longos meses”.<sup>364</sup>

Se os clubes de futebol paraense mantinham em seus quadros alguns profissionais, atendendo a um contrato com garantias específicas, isso não significava que mantivessem com todos os jogadores a mesma postura, pois a posição assumida pelo diretor de futebol da FPD, Armando Brito Pereira, em palestra com seu secretário Raimundo Queiroz, de não registrar qualquer contrato de profissional sem a carteira de atleta expedida pela CBD, como estabelecia a lei, era um reflexo dos abusos cometidos pelos dirigentes dos clubes no ano anterior, pois uma grande parte dos jogadores havia atuado sem contratos e com documentação incompleta.<sup>365</sup>

Infringir as regras dentro do campo desportivo paraense se justificava na imprensa local pela inoperância da CBD, que demorava a enviar a documentação necessária à assinatura dos contratos ou pela boa vontade dos dirigentes da CRD e FPD com os clubes da terra.<sup>366</sup>

A estrutura dos clubes de futebol em Belém do Pará, nesse contexto, variava de acordo com determinadas agremiações, tendo Clube do Remo e Paysandu melhores condições a oferecer aos jogadores. Apesar disso, o preparador do Paysandu, Santo Cristo, em entrevista à Folha Vespertina, deixava indícios da falta de organização e da necessidade de estabelecer o profissionalismo completo no futebol paraense.

Estou primeiro organizando o departamento de futebol profissional do Paissandu, para depois dar início ao trabalho técnico. Solicitei e fui atendido que fosse construído no estádio da Curuzu melhores banheiros e vestiários, assim como rouparia. O material esportivo tem que ser guardado num local especial e nunca nos vestiários.

-No próprio estádio também está sendo construído um gabinete médico. Os jogadores serão atendidos no próprio local onde treinam, evitando assim que sejam deslocados às vezes para locais distantes, a fim de serem examinados.

- O jogador profissional contratado tem obrigações com o clube. Esse é o principio para que o elemento ganhe responsabilidade. Portanto, se o jogador do plantel profissional do Paissandu terá que cumprir à risca o programa traçado por mim. O que não concordar, será afastado. Vim a Belém para trabalhar e não enganar o clube que me paga. [...] No Rio e em todo o Sul ainda se pensa que o jogador profissional

<sup>364</sup> Cf. Folha Vespertina, 25/03/1964, p.4.

<sup>365</sup> CF. Ibid., 03/06/1964, p.4

<sup>366</sup> CF. Ibid., 12/06/1964, p.4

do Norte vai para os treinos e jogos com a chuteira embaixo do braço, sem conhecer planos de trabalho. Devemos nos bater para desmentir isso. [...]”<sup>367</sup>

Santo Cristo veio do futebol mineiro para atuar no Paysandu e no seu depoimento observam-se algumas preocupações básicas dentro do chamado profissionalismo. Primeiro em relação ao espaço de trabalho que atendesse as devidas necessidades dos atletas, quanto à assistência médica aos jogadores e nas regras a serem cumpridas pelos profissionais da pelota quando da permanência no clube.

A importância simbólica assumida pelo treinador dentro da “arena” é enquadrada por Franco como um regime militar, pois dentro de sua competência se estabelecem “regras internas ao grupo quase sempre enfatizando as virtudes militares da camaradagem e da disciplina, mantendo a equipe unida na concentração [...]”<sup>368</sup>

Aspectos previstos no decreto instituído pelo Presidente João Goulart figuravam nas exigências do referido técnico, demonstrando não apenas seu conhecimento diante da legislação desportiva mas também da existência de sua consciência profissional, pois coloca seu ofício enquanto um trabalho sério e não simplesmente enquanto uma enganação.

Mas um detalhe nesse depoimento nos chama atenção, é justamente a concepção do treinador diante das relações dentro do campo desportivo local, ou seja, concebe-as como amadoras, por isso defende no seu discurso a imposição de regras, mudanças na infraestrutura do clube para obter sucesso diante daquela agremiação, e, sobretudo desfazer o pensamento dos desportistas das regiões Sudeste e Sul do país.

Um dos problemas apontados pela imprensa paraense ao desenvolvimento do futebol profissional nesse momento era a relutância de determinados profissionais dos considerados centros mais avançados em atuarem no futebol local, por conta dos exorbitantes salários que exigiam, sendo trazidos para Belém, “aventureiros” que em nada contribuíam para o avanço do futebol local.<sup>369</sup>

Rosenfeld, analisando as possibilidades econômicas surgidas aos círculos restritos do futebol brasileiro, quando do início de sua profissionalização, afirma que se, de início, não era comum salários elevados, não demoraria para que ocorresse uma valorização considerável

---

<sup>367</sup> Cf. Folha Vespertina, 13/05/1964, p.4

<sup>368</sup> Franco ainda nos diz que “o treinador, da mesma forma que o general, é quem define a tática a ser empregada. É aquele que escolhe a disposição de seus homens no terreno de jogo e as ações conjuntas que eles devem executar para melhor defender e atacar [...]”, p.238-239.

<sup>369</sup> Cf. Folha Vespertina, 09/06/1964, p.4

nas quantias pagas a esse profissional, condição assegurada “ também ao prestígio pessoal que o jogador adquire em amplos círculos [...]”.<sup>370</sup>

Em 1967, o Clube do Remo investiu na contratação do astro do futebol brasileiro Zizinho, que veio para Belém na condição de técnico para compor o plantel profissional, com uma proposta salarial elevada. As contratações de elementos famosos e experientes do futebol nacional para comandar os dois grandes clubes da capital paraense atestam ser na década de 60 e 70 uma condição básica para que ambos estivessem dentro do chamado profissionalismo, pois se entendia que somente alguém com prestígio dentro do futebol nacional, experiente, conhecedor do futebol, ajudaria o clube a obter o sucesso esperado.<sup>371</sup>

A presença de profissionais vindos de outras praças desportivas para atuar no futebol paraense nem sempre resultava no sucesso dos clubes, desagradando à imprensa local, que não negava o melhoramento do padrão técnico e tático do “bolapé” local, mas fazia críticas quanto à não valorização dos jogadores interioranos, causando a desvalorização do Campeonato Suburbano e da base amadora de onde saíam grandes valores.<sup>372</sup>

Mostrando na prática que a política de valorização dos clubes de trazer profissionais de fora do estado não condizia com atuação daqueles atletas no campeonato paraense em 1967, Imar Nunes comentava a postura antiprofissional dos atletas, pois:

O Clube do Remo foi obrigado a recorrer aos jogadores locais Cláudio, Afonso, Edvar, Neves, China, Zezé, além de Assis e Zequinha que vinham preliando como titular da equipe [...]. Demonstração de que poderia ter feito isso no início do campeonato, trazendo do Rio somente os reforços necessários. [...] A mesma coisa está acontecendo no Paissandu. Em Manaus o técnico Castilho foi obrigado a desligar três jogadores da delegação, sendo dois titulares, isso às vésperas de uma partida. [...] Não posso compreender a mentalidade de alguns jogadores contratados do Sul. Vieram para Belém ganhando ordenados de craques a maioria recebendo mais de um milhão de cruzeiro antigos por mês, além de ‘luvas’, vantagem que jamais desfrutaram onde militavam.[...] Futebol hoje em dia é uma profissão como outra qualquer, onde o estado físico do atleta é fator primordial. Parece, portanto, que alguns jogadores profissionais trazidos para o nosso futebol não pensam assim, obrigando os clubes a tomarem deliberações drásticas, indo ao ponto da dispensa sumária. Existe naturalmente exceções, mas essas são poucas.<sup>373</sup>

Imar Nunes nos apresenta, de certa forma, o quadro do futebol profissional paraense de 67, sendo possível perceber na sua fala como se estabeleciam as relações profissionais entre os jogadores de fora e os clubes paraenses, sem dúvida, figurando estes em privilégios financeiros em relação aos jogadores paraenses. Outro aspecto mencionado refere-se às

<sup>370</sup> Cf. ROSENFELD, Anatol. Negro, macumba e futebol. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993, p.92-94.

<sup>371</sup> Cf. Folha Vespertina, 22/06/1967, p.6

<sup>372</sup> Ibid., 02/10/1967, p.8

<sup>373</sup> Cf. Folha Vespertina, 02/10/1967, p.8

obrigações de um atleta profissional com os clubes, o que segundo Nunes parecia se distanciar na prática vivenciada em Belém, com raras exceções. Daí, segundo ele, a aplicação de medidas punitivas dentro dessas relações.

Diante desse indício, podemos supor que o comportamento do atleta também contribuía para que as relações dentro do campo desportivo paraense não fossem essencialmente profissionais e que os clubes utilizavam-se das leis desportivas que estabeleciam também a disciplina por parte dos jogadores, além de outros deveres, para punir determinados “profissionais”.

Não faltaram sujeitos ligados ao futebol paraense como, Manoel Oliveira, ligado à Tuna Luso Brasileira, que criticava o “falso profissionalismo” chegando inclusive ao saudosismo do futebol amador ao dizer que:

[...] Era uma beleza assistirmos a um jogo de futebol não mercenário com os atletas dando tudo para vencer e venciam mesmo com categoria e abnegação. Hoje, tudo não passa de comércio e ainda há os muitos lados negativos desse mercenarismo, onde o atleta joga e luta simplesmente para fazer jus ao ordenado. Infeliz o futebol brasileiro, chegando a tal situação, por única e exclusiva culpa de sua transformação em comércio. Naturalmente que ninguém vai trabalhar de graça podem afirmar. Mas, e antigamente? Como esses atletas jogavam de graça e ainda compravam seus materiais?[...] Por aí se tira muita coisa que faz agente ficar com saudade e raiva ao mesmo tempo. Saudade por não poder voltar ao tempo do sadio amadorismo e com raiva por ver esses ‘pernas de pau’ de hoje, cujo objetivo é sempre dinheiro, dinheiro e mais dinheiro.<sup>374</sup>

Compreender a posição assumida por Oliveira num contexto de “mudanças” nas leis desportivas que priorizavam justamente medidas contrárias ao amadorismo no futebol profissional significa situá-lo enquanto um sujeito ligado à diretoria de um clube local, sendo contrário àquelas determinações na medida em que adverte para a transformação do futebol em comércio. Outra questão a ser levada em consideração é o momento de crise vivenciado pelo futebol paraense, o que certamente contribuiu para que ele se levantasse abertamente e criticasse as relações comerciais no “bolapé” brasileiro.

A crítica de Manoel Oliveira à postura mercenária dos profissionais da bola e sua condição de “mercadoria” foi muito utilizada no Brasil quando do início do processo de profissionalização na década de 30, portanto, mesmo com tanta ojeriza por parte dos sujeitos que defendiam o amadorismo, essa nova condição permitia ao jogador “procurar livremente, o clube que lhes oferecesse uma melhor remuneração.”<sup>375</sup>

---

<sup>374</sup> Ibid., 10/02/1969, p.8

<sup>375</sup> Cf. PEREIRA, op.cit., p. 325.

Se o profissionalismo nos clubes de futebol exigia regras a serem cumpridas por parte dos atletas, existiam casos em que jogadores que atuavam no futebol profissional de clubes paraenses eram emprestados pelos próprios clubes para participarem de torneios de bairros como na “[...] mais concorrida passarela, nesses últimos três sábados, foi o campo do Motoki, onde o Paissandu, inocentemente, emprestou quase um time inteirinho. E também o Sport Belém, com relevante parcela de colaboração.”<sup>376</sup>

A participação desses atletas em torneios amadores demonstra como dentro dos próprios clubes paraenses não havia uma rigidez com relação ao caráter profissional do “bolapé”. Isso não implica em dizer que essa relação se concretizava com o elenco geral dos clubes, pois, segundo Mário de Assunção de Carvalho, conhecido como Marinho com atuação nos três maiores clubes de expressão do futebol “papa-chibé”:

Jogar futebol era coisa séria, não existia isso, nós tínhamos maior respeito pela profissão, nas férias nós brincávamos, mas durante o campeonato Deus livre se acontecesse agente era multado.<sup>377</sup>

A fala de Marinho expressa sua visão sobre a disciplina dentro dos clubes que defendera e nos remete a uma situação contraditória à nota do jornal anterior, na medida em que nos revela a não existência de liberação e participação em partidas de futebol fora do âmbito profissional.

Temos, portanto, duas situações diversas que nos permitem dizer que as relações dentro do futebol paraense se revestiam de semiprofissionalismo, não descartando a natureza da fonte jornalística, pois, provavelmente, os jogadores a que se refere o documento atuavam na categoria de profissionais, mas não estavam entre os elementos principais dos times.

Apesar da afirmação da existência de disciplinas que determinavam o trabalho profissional no futebol paraense por alguns ex-jogadores que atuaram no campo desportivo profissional na década de 70, foram unânimes quanto à concepção de que não havia no campo futebolístico paraense um profissionalismo na prática.

[...] eu não era profissional gostava de jogar futebol, não levava a sério, eu digo, eu era assim, não eram todos que faziam o que eu fiz, havia jogadores que

---

<sup>376</sup> Cf. A Província do Pará, 23/03/1972, p.6.

<sup>377</sup> Atualmente o jogador tem 56 anos de idade é casado, tem três filhas quando deixou o futebol na condição de jogador atuou como técnico no futebol paraense na Tuna Luso Brasileira, no Paysandu Sport Club e no Castanhal, atualmente não desenvolve nenhuma atividade profissional. Entrevista concedida pelo ex – jogador na residência de sua filha no Bairro da Marambaia no dia 13/12/ 2008.

concentravam direitinho, jogavam direitinho, mas nós aqui no Pará infelizmente até hoje não somos profissionais no ramo do futebol. {Roberto Bacuri}<sup>378</sup>  
 Olha em minha opinião não era profissionalismo, tanto que muitas vezes se jogava machucado, mas era um amor ao clube, então era um profissional amadorista vamos dizer assim, muitas das vezes os grandes astros não recebiam aquilo que mereciam nos seus contratos. {Mesquita}<sup>379</sup>

Não foram somente os ex-profissionais da bola que declararam a existência de uma relação tênue entre amadorismo e profissionalismo no futebol do Pará, pois do lado da imprensa esportiva Guilherme Guerreiro, assim se posicionou:

Eu acho que na década de 70 o futebol viveu um semiprofissionalismo, mas vivemos uma época onde se começou a contratar jogador de fora, eu diria que era um profissionalismo capenga, como até hoje nós não temos uma estrutura de profissionalismo.

Na fala de Bacuri e Guerreiro temos um elemento comum, ou seja, a posição que o futebol ocupa no presente de maneira a utilizá-lo em comparação com o passado, atestando uma relação de permanência com o campo do amadorismo, apesar de ambos não descartarem a existência de posturas profissionais.

Dentro do que se pode considerar como uma estrutura profissional, dois casos ilustram perfeitamente a mentalidade de profissionalismo por parte de alguns clubes da terra. O primeiro refere-se à Tuna Luso Brasileira no final da década de 60, que investiu maçoamente num espaço para abrigar e possibilitar conforto aos craques de futebol.

O casarão situado na Avenida Tito Franco que servia para abrigar os craques cruzmaltinos era composto de várias dependências: uma ampla sala de estar; uma saleta que servia de secretaria; um pequeno auditório onde os craques e funcionários assistiam a programas de televisão e sessões de cinemas; dormitórios contendo beliches, camas e redes; aos fundos, em cada lado contendo banheiros com chuveiros elétricos e banheiras confortáveis; sala de refeitório e cozinha equipada por duas profissionais — Laudelina da Silva e Marieta Porto — responsáveis pelas refeições dos atletas; além de uma despensa com todos os produtos responsáveis a uma boa alimentação.<sup>380</sup>

Residiam nesse prédio os atletas profissionais Laércio, Chico, Manoel Maria, Haroldo, Celso, Dodô e Lió, que vieram de outros centros ou interiores paraenses. Além desses, hospedava-se também na “casa do jogador” o jogador Waltinho, craque do time amador.<sup>381</sup>

<sup>378</sup> Entrevista com Roberto Bacuri na sua residência na cidade de Bragança em julho de 2008.

<sup>379</sup> Entrevista com o ex – jogador no Mangueirão no dia 12/12/2008.

<sup>380</sup> Cf. Folha Vespertina, 01/08/1967, p.6.

<sup>381</sup> Ibid.

Sobre essa estrutura oferecida aos atletas, a imprensa paraense destacava a inserção da Tuna Luso Brasileira na nova mentalidade que se exigia do profissionalismo futebolístico naquele contexto. Porém, o espaço não se restringia somente ao conforto, pois regras eram estabelecidas aos atletas no sentido de tornar o centro esportivo um local profissional.

No auditório da concentração há um mostruário, onde são afixados portarias, ofícios, memorandum e etc., observamos existir um regulamento que fala a respeito dos jogadores contudidos. O art.9º diz que o atleta contundido ficará sob os cuidados médicos e se recolherá à ‘casa do jogador’ enquanto não lhe for dada alta. O regulamento exige o recolhimento tanto faz seja solteiro ou casado. A quebra dessa disciplina equivale a uma multa de 60% dos vencimentos de quem a infringir.<sup>382</sup>

Esse regime de “quase internato” não era novidade no futebol, pois quando o futebol brasileiro ainda vivia o amadorismo disfarçado, já era prática alguns clubes oferecerem aos jogadores alimentação, moradia, uniformes, equipamentos de treino, além de uma gratificação pelo desempenho do jogador na partida, denominada “bicho”. A mudança no caso citado anteriormente era certamente o estabelecimento das relações contratuais, pois a maioria dos jogadores profissionais recebia um pagamento mensal, além das gratificações.<sup>383</sup>

No Clube do Remo, também era comum a aplicação de multas aos jogadores por atrasos aos treinos, ofensas aos treinadores, comparecimento ao estádio embriagado, etc. Observe respectivamente nas fontes seguintes:

Nós tínhamos uma caixinha, quando a coisa era constante {atrasos} realmente a direção dava uma punição, nesse aspecto era profissional, nós cobrávamos dos jogadores que chegavam tarde [...]<sup>384</sup>

[...] Da recente briga entre atletas com o técnico e a diretoria azulina, apenas Alcino continua indisposto [...]. Dionísio perdeu 400 cruzeiros do bicho pago pela vitória de 1 x 0 diante do ABC [...] Enquanto Pery, [...] além de perder todos os 700 cruzeiros do prêmio de Natal ainda foi multado em 40% do seu vencimento no mês de outubro.<sup>385</sup>

Atleta profissional Mesquita – fixar em 50% do salário a multa por haver comparecido embriagado ao Estádio “Evandro Almeida” no dia 30-08-70 [...]<sup>386</sup>

As condições de normas estabelecidas dentro dos clubes paraenses eram impostas de acordo com a necessidade de cada agremiação e se enquadravam dentro dos dispositivos

<sup>382</sup> Ibid.

<sup>383</sup> Cf. LOPES. op. cit., p.136.

<sup>384</sup> Mesquita ao ser indagado sobre a existência de disciplina e punições nas relações dentro dos clubes por onde atuou.

<sup>385</sup> Cf. A Província do Pará, 20/10/1972, p.8.

<sup>386</sup> Cf. Ata do Conselho Diretor do Clube do Remo, 01/09/1970, p.188.

legais da legislação desportiva que deixava abertura para a imposição de regras disciplinares aos atletas profissionais.

O segundo caso refere-se à experiência do Comercial Futebol Clube, fundado no dia 27 de Março de 1977, sob a presidência de Antero Montenegro Ribeiro e do vice-presidente Carlos Xerfan, ambos empresários.<sup>387</sup> A entrada de um novo participante no Campeonato Estadual da primeira divisão trazia como proposta inovadora para o futebol paraense o chamado futebol-empresa, aliás, inédito no Brasil. Nas palavras do presidente:

Nossa intenção é fazer o futebol-empresa, tirando subsídios dos elementos que compõem a diretoria. Com o advento da fundação oficial, as atividades profissionais foram acionadas: contratação de médicos, massagistas, jogadores, técnicos e administradores.<sup>388</sup>

As declarações de Antero Ribeiro se confirmavam à medida em que se divulgavam pelos meios de comunicação paraense as ações dos dirigentes do clube em relação à constituição de uma estrutura sólida para atender principalmente os atletas tanto do quadro profissional quanto amador, pois depois de quatro meses de sua fundação a diretoria assinou “importante contrato com o Instituto de Fisioterapia Wilson, que prestará serviços especializados de restauração, manutenção e conservação física dos jogadores comercialinos.”<sup>389</sup>

O propósito dos dirigentes do clube era investir capital inicialmente gerado dentro da própria empresa para depois expandir e receber apoio de outros empreendimentos, privilegiando investimento maciço na preparação dos atletas, dando-lhes todo apoio necessário, inclusive dentro dos direitos estabelecidos dentro do decreto presidencial de 1976. Contudo, foi somente na década de 90 com a extinção da Lei do Passe, que Pelé, ministro do esporte, tentava a partir de uma “fiscalização pública dos esportes estimular a organização dos clubes como empresa”<sup>390</sup>

---

<sup>387</sup> Faziam parte do quadro administrativo ainda: Claudionor Vieira (diretor financeiro), José Borges Correia (diretor de divulgação); órgãos auxiliares da administração: Joaquim Reis (coordenador de administração e esporte), Bechara Fraha Neto (assessor jurídico).

<sup>388</sup> Cf. A Província do Pará, 14/08/1977, 2º caderno, p.7.

<sup>389</sup> Ibid., 17/08/1977, 2º caderno, p.2.

<sup>390</sup> Segundo Franco essa política enquadrava-se dentro dos princípios neoliberais e foi marcada por “reações contrárias unindo clubes, federações, CBF e até mesmo sindicatos de jogadores.”p.160.

Foto 28: Na agência Borges Publicidade em Belém do Pará.



Fonte: A Província do Pará, 27/05/1977, 2º caderno, p.12.

Do lado esquerdo Xerfan e Ribeiro homenageiam o vereador ó de Almeida, tendo ao seu lado o publicitário José Borges; à direita dirigentes do Comercial Futebol Clube reunidos com a imprensa para o lançamento oficial.

Outra evidência capaz de diferenciar a estrutura de futebol—empresa do Comercial Futebol Clube em relação aos demais clubes de futebol no Pará nesse contexto foi o resultado positivo alcançado no Campeonato, pois sagrou-se vice-campeão do primeiro turno. Fato que chamou atenção da imprensa paraense e dos demais clubes participantes, afinal, era sua estréia naquele certame.<sup>391</sup>

Foto 29: Time do Comercial Futebol Clube



Fonte: A Província do Pará, 16/08/1977, 2º caderno, p.3.

Da esquerda para direita: Chico, La Ursa, Zé Kéti, Da Silva, Edgar e Olaci.  
Agachados: Zé Lima, Fidélis, Rangel, Carlinhos e Gonzaga.

Diante de uma vasta cobertura da imprensa local sobre o novo empreendimento esportivo paraense, foi possível perceber a existência de mudanças não apenas na concepção profissional de futebol pelos dirigentes do Comercial Futebol Clube, mas também nas

<sup>391</sup> Idem.

relações estabelecidas com seus “empregados”, além da importância que o fato recebeu por se tratar provavelmente de uma experiência inovadora dentro do campo futebolístico no Pará.

Segundo Cláudio Guimarães, a passagem do Comercial Futebol Clube pelo Futebol paraense foi:

Uma tentativa de fazer um clube pequeno já de modelo profissional, [...] de uma família de transportadora de Recife que se instalou aqui. O clube praticamente se extinguiu em dois anos por faltar crédito de parceria e torcida, mas no seu primeiro ano foi muito marcante no campeonato.

Não cabe discutir as razões que contribuíram para o fracasso do Comercial Futebol Clube, mas compreender pela fala e pelos indícios já apontados anteriormente que o futebol paraense viveu na década de 70 a tentativa de adoção do chamado futebol-empresa.

Se do lado do comercial havia uma política profissional quanto aos jogadores no sentido de valorização dos profissionais, no caso de Remo e Paysandu observa-se uma maior atenção aos técnicos e atletas que vinham dos “centros avançados” do futebol nacional, tanto que, na maioria das vezes, não tratavam alguns jogadores, principalmente da terra, como profissionais, na medida em que estabeleciam acordos que burlavam as leis desportivas.

Referendar o ato as ET-DEFUT [...] quanto a experimentar o atleta TUICA, vindo da Capanema, só lhe dando refeições e, se aprovar, cr\$ 200,00 mensais.<sup>392</sup>

Atleta Caveirinho - aprovar sua contratação sem ônus ao Clube do Remo, pagando-se-lhe até o fim do ano de 1970, apenas o “bicho”.<sup>393</sup>

Nos dois casos, a situação descrita acima se evidencia primeiramente quanto ao não estabelecimento do contrato imediato, que deveria ser assinado por no mínimo três meses, mesmo estando o atleta em experiência. Quanto ao segundo, foge às regras do contrato que estabelecia um valor específico pago ao atleta profissional por seu serviço prestado ao clube e não somente o “bicho”, uma espécie de gratificação paga ao jogador por uma determinada conquista ou vitória. Essa deveria ser paga se o clube concordasse.<sup>394</sup>

A questão que se tentou esboçar nessa análise não foi a comprovação se o futebol paraense era amador ou profissional, mas justamente perceber que havia entre as categorias relações recíprocas, à medida em que os sujeitos envolvidos na prática futebolística ora se

<sup>392</sup> Cf. Ata da reunião da Junta Governativa, 20/10/1970, p.7-8. Infelizmente não obtive acesso aos arquivos do Paysandu Sport Club e da Tuna Luso Brasileira.

<sup>393</sup> Ibid.

<sup>394</sup> Rosenfeld explica que o termo “bicho” vem do jogo do bicho; conforme o êxito, os jogadores recebiam um “cachorro” (5 mil – réis, na moeda da época), um “coelho” (10 mil – réis), “um galo” (50 mil – réis), uma “vaca” (100 mil – réis), e assim por diante, p.85.

adequavam às medidas estabelecidas pelas leis desportivas, ora burlavam as mesmas de acordo com cada caso específico.

### **3.3 – ENTRE PASSES E IMPASSES: RELAÇÕES DE TRABALHO NOS GRAMADOS PARAENSES**

Neste ensaio, objetiva-se compreender por que não ocorreu a formação de uma consciência de classe no campo futebolístico paraense e quais os limites dessa situação diante da formação da classe operária no Brasil? Como o profissional da bola reivindicava seus direitos? Como eram estabelecidos os acordos e contratos entre os jogadores e os dirigentes dos clubes? Havia interferência do Estado nos litígios entre atletas e dirigentes dos clubes? Como se davam as relações entre os profissionais da pelota e a direção dos clubes? Qual a participação da imprensa e do torcedor nas relações contratuais?

Dentro do quadro de normas estabelecidas ao “bolapé” no Brasil no ano de 1964, não se percebe, partindo das evidências, a organização de associações entre os atletas no campo desportivo paraense, no sentido de reivindicar junto aos seus clubes e aos órgãos competentes seus direitos perante a lei, aliás, essa postura não se restringe somente ao Pará, pois os jornais da época em debate não trazem referência a casos de atletas que exigiram tal medida. Por outro lado, é consenso nessas fontes o envolvimento dos representantes das entidades reguladoras do futebol nacional e regional, bem como dos dirigentes dos clubes.

Enquanto no futebol paraense um número quase inexistente de profissionais da bola reclamava individualmente seus direitos junto aos clubes, no Uruguai à história se apresentava com uma nova configuração, porque já havia uma organização profissional entre os atletas, tanto que a instauração de uma greve na capital entre os jogadores deixava claro a união daqueles profissionais no sentido de exigir entre vários aspectos a “liberdade contratual após três anos seguidos de atividades ou então aos 28 anos de idade”.<sup>395</sup>

Sem dúvida, estamos nos referindo a realidades diferentes, o que não nos impossibilita de perceber como no campo desportivo paraense por volta do período em estudo não havia, no sentido da palavra usada por Thompson, a formação de uma classe entre os trabalhadores da bola, uma vez que ele:

[...] entendia não como uma ‘estrutura’ ou ‘categoria’, mas como um ‘fenômeno’ histórico’, unificando um número de eventos, dispersos e aparentemente

---

<sup>395</sup> Cf. Folha Vespertina, 24/08/1965, p.4.

desconectados, tanto na matéria – prima da experiência quanto na ‘ consciência’ e, portanto, como algo que de fato ocorre e pode ser demonstrado ter ocorrido nas relações humanas’.<sup>396</sup>

Podemos dizer, então, que a inexistência de uma “consciência de classe” entre os atletas no Pará impossibilitou uma ação coletiva entre os profissionais da pelota mesmo num contexto de criação de leis criadas no sentido de favorecer aquela categoria de trabalhadores. Nas lembranças de alguns jogadores essa ausência é indicada da seguinte maneira:

Realmente a idéia de um sindicato não foi para frente à idéia não evoluiu e nós ficamos a mercê pelo menos aqui no Pará. Hoje existe uma associação o presidente é o Oberdan que atua no sentido de ajudar ex-jogadores que estejam passando por dificuldades.<sup>397</sup> ( Mesquita)

Falando seriamente eu acho que a classe de jogador não é unida. Inclusive no dia que eu fui visitar essa associação dos veteranos, estava o Cecim, China, Gilvano, Gueiros, 60, uma turma. Eu entrei em detalhes e disse que eu ficaria responsável de divulgar nos jogos do Remo. Eu dei umas duas entrevistas falando nesse pessoal, mas ficou nisso mesmo. Geralmente a maior parte dos jogadores só quer saber dele mesmo. Há algumas exceções, como o Caíto, que quando soube da minha dispensa telefonou de São Paulo dizendo que estava sentindo com isso.<sup>398</sup> (Neves)

Segundo os depoimentos acima, houve uma tentativa na década de 70, por parte de alguns jogadores que atuavam no futebol paraense nesse contexto, de formar uma organização entre os atletas, mas não conseguiu sobreviver devido à falta de união que havia entre esses profissionais.

Essa situação não se restringia ao Pará, pois mesmo com a existência de sindicatos dos atletas no Sudeste do Brasil, não se tem evidências de que essas organizações vivenciaram a experiência de luta contra os clubes ou o Estado. É claro que seus representantes estiveram envolvidos nas reuniões com os órgãos reguladores do futebol brasileiro no sentido de dialogar sobre melhorias para os atletas, mas nada que possa nos demonstrar a atuação de uma experiência coletiva entre os profissionais da bola.

Portanto, as leis criadas pelo Estado no contexto militar para regular as relações de trabalho entre os jogadores e seus clubes não foram resultados das experiências de luta desses trabalhadores no Brasil, mas de acordos e participações individuais de homens ligados à

---

<sup>396</sup>Cf. THOMPSON apud HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo, 3ª edição, UNESP, 2002, p.306. Sobre a discussão sobre a natureza e o papel da consciência de classe ver a importante obra de HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

<sup>397</sup> Entrevista realizada em 10/12/2008.

<sup>398</sup> Fernando Jucá Neves concedeu essa entrevista a equipe do periódico *Bandeira* 3, jan., fev., 1975. Ano I. n. 3, p.1- 4. O diretor desse pequeno jornal era Lúcio Flávio Pinto.

cúpula do futebol nacional, bem como da participação de alguns atletas de grande popularidade no Brasil em função da conquista do Tricampeonato Mundial.

Se compararmos as condições em que se estabeleceram as leis dentro do campo desportivo no contexto em debate à legislação criada pelo governo para atender os trabalhadores no Brasil a partir do Estado Novo, perceberemos, como salienta Gomes, que a história não seria diferente, pois:

[...] tal como ocorreu em outras nações, os trabalhadores tiveram que se unir e lutar forçando o Estado a conceder-lhes direitos e prerrogativas [...]. No Brasil, deu-se um processo inteiramente diverso. Coube ao Estado antecipar-se e elaborar a legislação, antes mesmo que o espírito associativo dos trabalhadores organizasse o sindicato [...]<sup>399</sup>

Se levarmos em consideração as participações de alguns desportistas no interior dessas leis, é possível afirmar que a “consciência” de melhorias de condições ao atleta de futebol foi um processo que ocorreu desde a década de 30 com a luta da profissionalização no futebol brasileiro. Porém, desde esse contexto, não havia uma luta coletiva e sim individual entre os atletas dentro dos clubes.

Não era necessariamente a falta do conhecimento dos direitos que impossibilitava os jogadores de futebol se organizar coletivamente, mas uma série de aspectos que tornavam essa experiência inexistente: a circulação de jogadores de vários estados e interiores do Pará, a diferença salarial, a posição ocupada dentro do time, a dependência dos atletas para se manter no clube ou conseguir uma vaga na carreira de futebol.

Situação, aliás, de fácil compreensão, pois diferenças de natureza semelhante estiveram presentes na complexa composição da classe operária no Brasil, atestando, dessa maneira, como a formação de uma “consciência de classe” entre os trabalhadores brasileiros não foi tarefa fácil.<sup>400</sup> Porém, as diferenças não inviabilizaram essa experiência entre a classe operária no Brasil, ao contrário do que ocorrera entre os trabalhadores do campo desportivo.

Sem dúvida, a explicação para essas duas realidades encontra-se nas reais diferenças de ocupação entre esses trabalhadores, na experiência vivenciada por sujeitos na Europa, que se tornaram líderes dos movimentos operários no Brasil, bem como no descompasso entre as leis criadas pelo Estado para regular as relações de trabalho no campo desportivo e na CLT.

---

<sup>399</sup> GOMES, op.cit., p.222.

<sup>400</sup> Sobre essa questão Hardman nos apresenta os seguintes elementos que tornavam difíceis a formação da classe operária no Brasil: “Desigual distribuição geográfica, composição étnica diversificada, intensa variedade etária e sexual, uma estrutura ocupacional das mais heterogêneas, sem contar a fronteira difusa entre trabalho urbano e rural [...]”, p.276.

### 3.3.1 – EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS

De fato, a formação de uma classe futebolística que pudesse organizar-se para reivindicar e exigir seus direitos perante os clubes e autoridades competentes nunca existiu no Pará, sendo possível apenas situar as experiências individuais dos sujeitos que atuaram no futebol paraense no contexto do militarismo no Brasil.

Embora fosse uma prática “comum”, mesmo com a lei estabelecida, a falta de um contrato entre a maioria dos profissionais da bola e os dirigentes dos clubes em Belém do Pará, em 1965 já se notava o desejo de um profissional do “bolapé” levar um clube paraense à justiça comum.

Thelmo Fernandes, técnico da Tuna Comercial, ao ser dispensado do plantel cruzmaltino, atuava sem contrato. Este estabeleceu com os dirigentes do clube um acordo de pagamento de 500 mil cruzeiros, mas o não pagamento acertado entre as duas partes levou o mesmo a divulgar na imprensa local que, caso o clube não o indenizasse, recorreria à justiça para exigir a apresentação da ata que registrava seu ingresso na entidade, como também seu pagamento.<sup>401</sup>

Não foi encontrada nos arquivos da Justiça do Trabalho nenhuma reclamação trabalhista na década de 60, no campo futebolístico, o que nos permite afirmar que Thelmo Fernandes não levou adiante seu propósito, sendo provavelmente resolvido o desentendimento entre as referidas partes longe dos tribunais paraenses.

Apesar dos indícios apontarem para um acordo entre o técnico e seus ex-dirigentes, fica claro que nesse momento já se notava por parte daquele profissional o conhecimento de seus direitos perante o clube, o que tornava possível revelar na imprensa sua intenção, caso não recebesse o pagamento devido pelo clube.

Somente na década de 70 foram encontrados casos envolvendo a participação da esfera jurídica do estado paraense em litígios entre jogadores e dirigentes de clubes de futebol local foram encontrados nos arquivos da Justiça da 8ª Região do Trabalho apenas cinco processos envolvendo os três grandes clubes do futebol paraense (Tuna Luso Brasileira, Clube do Remo e Paysandu Sport Club) cujas partes reclamantes exigiam salários atrasados, férias, indenizações por tempo de serviço.<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> Cf. Folha Vespertina, 05/08/1965, p.4.

<sup>402</sup> Infelizmente não posso reproduzir aqui a documentação, pois embora tenha sido concedida a licença para a pesquisa, precisava ser dada novamente licença para reproduzir os documentos, por esse motivo e pela demora pela resposta não foi feito à reprodução da documentação, o que não me impediu de ter lido os contratos no momento da pesquisa.

A existência de processos movidos por jogadores de futebol na justiça trabalhista paraense foi tratada com ênfase pela imprensa paraense, que nos apresenta dois casos específicos. Primeiro foi o jogador João Tavares, que fez uma reclamação trabalhista na 6ª Junta de Conciliação e Julgamento (CJC) contra seu ex-clube, Paysandu Sport Club, onde atuou cerca de 12 anos.

Nesse caso, o Presidente da JCJ, José Cláudio Monteiro Brito deu causa de ganho à ação do jogador que exigia o pagamento de indenização por parte dos anos que trabalhou pelo clube em questão, pois determinou inicialmente o bloqueio de uma parte da renda do jogo do Clube para o pagamento da dívida. Contudo esta ação não foi realizada em virtude da antecipação do depósito de Cr\$ 6.100,88, correspondente à última parcela do pagamento, depositada pelo advogado do clube bicolor.<sup>403</sup>

Não foi possível saber pelos dados apresentados quais os recursos utilizados pela parte reclamada no sentido de defesa em relação ao reclamante. Mas, provavelmente, houve da defesa ação para tentar escapar da obrigação.

Mas o caso de maior repercussão na imprensa local foi do jogador Wilfredo Lima Filho, que moveu em 1978 uma reclamação trabalhista na 4ª JCJ contra o Clube do Remo. Chegando inclusive um periódico local a criticar a ação do juiz Rider Nogueira Filho por ter dado sentença favorável ao atleta.<sup>404</sup> Vale a pena citar o trecho de conclusão dado pelo representante da justiça.

[...] Pelo exposto e mais o que dos autos { ilegível}  
Resolve a M.M Quarta Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, sem divergência, julgar procedente em parte a reclamação para condenar o reclamado Clube do Remo a pagar ao reclamante, Wilfredo Silva Júnior, Cr\$ 15.916,80 de 8/12 da gratificação de natal de 1977, Cr\$ 15.916,60 de 8/12 de férias proporcionais e Crs 15.280,00 de depósito de FGTS, tudo no total de Cr\$ 47.113,20 ( quarenta e sete mil, cento e treze cruzeiros e vinte centavos), além de juros de mora e concessão monetária nos termos da lei. Improcedente a parcela de Aviso Prévio por falta de amparo legal. Consta de 1.189,21 pelo reclamado sobre o valor da contratação e de Cr\$924,71 pelo reclamante sobre o valor da parcela julgada improcedente [...]<sup>405</sup>

No documento nota-se que a reclamação do jogador envolvia o pedido de férias, gratificações, FGTS e aviso prévio. Em contrapartida, a defesa pedia compensação pelas luvas pagas ao jogador e o ressarcimento de passagem concedida ao jogador no momento da rescisão do contrato para voltar para Minas Gerais.

<sup>403</sup> Cf. A Província do Pará, 02/08/1975, 2º caderno, p.12.

<sup>404</sup> Cf. A Província do Pará, 05/03/1978, 2º caderno, p.6.

<sup>405</sup> Ibid.

Pelo exposto na avaliação do juiz Rider Nogueira, o reclamante tinha direito a praticamente a maior parte de seu pedido, salvo exceção, ao aviso prévio, pois não havia amparo na lei. Quanto ao pedido do reclamado, o magistrado julgou improcedente devido às luvas constituíam-se de “remuneração típica em razão do contrato e a passagem foi uma doação do clube ao atleta. Além disso, não havia no documento apresentado pelo clube nenhum compromisso de reclamante para ressarcir aquele valor”.<sup>406</sup>

Era justamente pelos elementos assegurados pelo juiz ao reclamante que se discutia na imprensa paraense. Se cabia à “justiça comum” utilizar-se dos princípios das leis trabalhistas para julgar o caso. Do lado jurídico, argumentava-se que, apesar do jogador de futebol ser considerado um “trabalhador especial”, não significava que não pudesse ser inserido nas disposições legais e recebesse o amparo da CLT.

Sabe-se que o reclamado recorreu da sentença jurídica, porém não foram encontradas informações acerca da finalização do caso. Portanto, resta-nos sair desse embate para militar no campo da relevância desse fato para o campo futebolístico, visto que mesmo de maneira restrita já se esboçava dentro das relações de trabalho no futebol paraense uma mudança de postura por parte de alguns atletas, em sua maioria vindos de outras praças desportivas, no sentido de garantir seus direitos.

### **3.3.2 – RELAÇÕES CONTRATUAIS**

Se dentro das relações de trabalho no “bolapé” paraense foi visível por volta da década de 70 casos envolvendo litígios entre jogadores e clubes com a interferência do poder público, dentro dos clubes as negociações contratuais entre dirigentes e os profissionais da bola mostravam outra face da moeda, pois os acordos estabeleciam-se dentro de uma escala de hierarquias, paternalismos e descontentamentos.

As contratações de profissionais para atuar dentro das maiores forças do futebol local (Clube do Remo, Paysandu Sport Club) privilegiavam atletas vindo da região Sudeste do Brasil, pois os dirigentes dessas agremiações entendiam que era preciso trazer para o futebol paraense avanços técnicos produzidos nos centros considerados modernos naquela modalidade desportiva. Essa política pode ser percebida nas fontes abaixo:

O clube do Remo concretizou o sonho de trazer definitivamente, para suas hostes o atacante Amoroso, [...] para trazer esse atacante para suas fileiras, [...] teve que abrir

---

<sup>406</sup> Ibid.

mão do zagueiro Assis, um dos melhores valores atuais do futebol paraense, [...] Amoroso é o inverso, foi um grande craque. Passado, no entanto, não interessa ao futebol [...].<sup>407</sup>

O Paissandu lançará amanhã, nesta cidade, com ramificação pelo interior do Estado, onde se concentra uma das maiores torcidas bicolores, a campanha da flâmula para a aquisição do “passe” do ponteiro esquerdo Da Costa. Como se tem conhecimento o clube de origem do craque vende o seu liberatório, mas exige vultosa soma de modo que se torna impossível o ‘Papão’ conseguir somente com as suas reservas.<sup>408</sup>

A importação de jogadores também recebia certa valorização por parte da imprensa, contudo, quando os chamados craques não correspondiam nos gramados, recebiam também forte crítica. Com isso, logo se colocava como ênfase a valorização da “prata da casa”<sup>409</sup>. Durante os anos 60 e 70 foram inúmeras as matérias jornalísticas enfatizando a desvalorização e ao mesmo tempo positivando o jogador local. Para exemplificar observe a seguir:

[...] Não sendo possível, como parece na realidade trazer jogadores de categoria firmada, o caminho a seguir pelos responsáveis seria o de formar jogadores regionais, aproveitar a matéria - prima regional, cujas qualidades natas, não são de modo algum inferiores as dos elementos que, regra geral, são contratados noutros centros [...].<sup>410</sup>

#### A MOSCA DO SOUZA

Eu sou a mosca que comeu a sua sopa  
 Eu sou a mosca que surgiu pra lhe abusar  
 Eu sou a Tuna que perturba [sic] o seu jogo  
 Moro no Souza e estou botando pra quebrar...  
 E não adianta  
 Querer me destroçar  
 Pois nem ‘prata de fora’  
 Pode assim me exterminar  
 Porque a Tuna Luso É a prata do Pará...<sup>411</sup>

[...] cada um de nós tem sua participação na boa campanha da equipe {Tiradentes}. Há algum tempo, o jogador regional ficou marginalizado em virtude da chamada ‘importação’ de jogadores de outros centros. Os ‘grandes’ os desvalorizaram enquanto os pequenos lhes deram apoio até mesmo porque não poderão adotar a mesma política e o resultado foi o crescimento de produção das equipes como Tiradentes, Sacramenta, Júlio César e outras.<sup>412</sup>

Embora a procedência das fontes seja a mesma, há diferenças no tocante à natureza e aos sujeitos que as produziram. No primeiro caso, Issac Pais nos apresenta sua análise das contratações desenfreadas pelos dois grandes clubes locais; em seguida temos uma paródia

<sup>407</sup> Cf. Folha Vespertina, 22/03/1968, p.6.

<sup>408</sup> Ibid., 22/05/1969, p.6

<sup>409</sup> Expressão utilizada pela imprensa paraense para se referir aos jogadores paraenses.

<sup>410</sup> Cf. “Jogadores de fora, sem experiência, não podem considerar-se reforços”. A Província do Pará, 08/07/1964, p.6.

<sup>411</sup> Ibid., 03/03/1975, 2º caderno, p.2.

<sup>412</sup> Ibid., 05/07/1977, 2º caderno, p.8.

produzida por um torcedor cruzmaltino em que ironiza os clubes “grandes”, pois mesmo contando com jogadores de fora vinham sendo derrotados pela Tuna Luso Brasileira, time formado por jogadores paraenses. E, por último, a entrevista do ex-jogador do Paysandu Paulo Benedito dos Santos (Quarenta), que na qualidade de técnico do Tiradentes saía em defesa dos valores regionais ao demonstrar o crescimento de produção das equipes menores que não tinham condições de investir nas importações.

Importante perceber que a vinda de jogadores para o futebol no Pará foi resultado de uma política de valorização externa, pois se tentava acompanhar a lógica internacional que valorizava jogadores, sobretudo, da América do Sul. Essa trajetória se justificava pelos discursos de melhoramentos na técnica dos centros “avançados” do futebol nacional, ficando claro que os clubes “pequenos” não acompanhavam a mesma política não porque fossem contrários a importações, mas pelo simples fato de não disporem de condições financeiras.

O mercado de vendas e trocas dentro do futebol brasileiro já era evidente na década de 70, mas sua intensificação ocorreu dos anos 80 em diante em função de um excessivo número de transferências de jogadores para a Europa num processo denominado por Lopes de “profissionalismo multinacional.”<sup>413</sup>

Havia, portanto, duas realidades na efetivação das contratações no futebol paraense sendo visível apesar da interferência dos meios de comunicação a preferência pelas importações. Diferenças assinaladas não apenas nas indicações dos nomes dos jogadores que vinham para Belém geralmente por indicação de técnicos, dirigentes ou pessoas ligadas aos clubes, mas por diferenças nas bases salariais como nos indica o depoimento do jogador Neves.

[...] Eu acho que o jogador que vem de fora está mais equilibrado, pois no Sul o futebol está mais adiantado, mas em relação a salários, deveria ser equilibrado tanto com o jogador daqui como de fora, porque bons jogadores nós temos aqui, como podemos ver no time da Tuna. Posso citar o caso de jogadores que no dia do pagamento, quando eu ia receber, riam de minha cara, dizendo: tu recebes três mil e jogas; eu recebo seis mil e fico no banco de reservas e estou satisfeito [...]. O Remo gastou com o Luis Carlos, zagueiro do Flamengo, 40 milhões num mês. Uma coisa inacreditável. E chegou a oferecer para assinar o contrato, exatamente os 25 milhões na mão dele na hora, porque se não voltava pro Rio. Eu estava lá na hora eu vi. Recebeu esse dinheiro, mais um mês adiantado e não sei mais o quê. A maior luva que eu recebi no Remo foi 12 milhões, ano passado.<sup>414</sup>

Deve-se levar em consideração o momento em que o jogador Neves prestou essa entrevista, pois havia sido dispensado do plantel azulino, pois sua insatisfação com a decisão

<sup>413</sup> Cf. LOPES, op.cit., p.121-122.

<sup>414</sup> Neves era considerado pela imprensa o “ Garrincha do Norte” pela exuberância de seus dribles, faleceu na sua terra natal com 64 anos de idade no dia 22/04/2009.

dos seus ex-dirigentes certamente colaborou para fazer tais declarações. Porém suas afirmações não podem ser invalidadas na medida em que na imprensa paraense eram divulgados os valores dos salários dos “craques” de fora. Na ata do Clube do Remo aparecem referências ao valor estabelecido a jogadores paraenses, bem como nos contratos estabelecidos.

Referendar o ato as ET-DEFUT [...] quanto a experimentar o atleta TUICA, vindo da Capanema, só lhe dando refeições e, se aprovar, crs 200,00mensais. <sup>415</sup>

#### CONTRATO DE ATLETA PROFISSIONAL

Pelo presente instrumento de locação de serviços, entre partes:

.....CLUBE DO REMO.....

com sede nesta cidade à .....AV. NAZARÉ, 962.....

devidamente representado por seu presidente, e aqui denominado Associação como locatário;e .....MÁRIO DE ASSUNÇÃO DE CARVALHO com 21 anos de idade,natural de Belém – PA atleta profissional de futebol, residente à Rua Nossa Senhora de Fátima, 565 – Belém- PA neste instrumento denominado atleta, como locador, ficou justo e contratado o seguinte:

Primeiro – O atleta se obriga a prestar os seus serviços de atleta de futebol profissional, durante a vigência deste contrato, única e exclusivamente à Associação.

Segundo – O prazo do presente contrato é de 1 {UM} ano começando em 11 de Março de 1975 e terminando em 10 de Março de 1976.

Terceiro – O atleta receberá o ordenado mensal de Crs 1.000,00 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx HUM MIL CRUZEIROSxx que lhe será pago dentro dos primeiros dez dias do mês imediato ao vencido.[...] <sup>416</sup>

Diferenças de valores consideráveis são apresentadas nos respectivos documentos, visto que,enquanto o salário de um atleta vindo de uma agremiação de renome no cenário nacional, Flamengo, assinou seu contrato com um valor consideravelmente superior à proposta oferecida ao jogador Tuíca, cujo salário seria pago apenas se aprovado, bem como em relação à quantia oferecida ao jogador popularmente conhecido como Marinho e ao jogador Neves.

Essas diferenças faziam parte das negociações dentro do campo desportivo paraense, pois o valor recebido por cada atleta se estabelecia de acordo com sua experiência nos times de grande destaque no cenário nacional, ou pelo futebol apresentado nas competições. Portanto, não podemos afirmar que todos os jogadores vindos de fora do estado conseguiram salários altos e conseguiram firmar carreira no futebol paraense.

O atleta de nome Wanderley nos serve de exemplo, pois foi dispensado pelo Clube azulino por não ter correspondido às expectativas da direção, sendo liberado do plantel apenas com o auxílio de sua passagem de ônibus de volta para Minas Gerais pela agremiação. <sup>417</sup>

<sup>415</sup> Cf. Ata da reunião da Junta Governativa, op.cit.,.

<sup>416</sup> Contrato de trabalho cedido pelo jogador Mário de Assunção Carvalho (Marinho).

Residem nessas relações contratuais também desigualdades salariais entre os jogadores da terra, porque provavelmente se levava em consideração o papel desempenhado por cada jogador dentro do time e o reconhecimento junto à torcida e a imprensa. A ocupação de cada jogador dentro dos gramados deve ser compreendida dentro de “requisitos muito valiosos”, uma vez que:

Se uma equipe joga mal, os papéis entram em guerra interna e ninguém se entende. Mas quando um time se entrosa, defesa, meio-campo e ataque se complementam e equilibram. Finalmente, esses papéis são fixos [...] Alguns elevaram esses papéis ao seu limite, dando-lhes um toque e gênio e neles imprimindo uma qualidade difícil de ser superada [...].<sup>418</sup>

Temos como indícios das diferenças citadas anteriormente os contratos do jogador Mário de Assunção de Carvalho e Carlos Humberto Lopes Martins, ambos naturais do Pará e atuando pelo Clube do Remo no período de 1977 a 1978, com salários e tempo de contratos distintos. Enquanto o primeiro assinou pelo período de um ano recebendo nove mil cruzeiros mensais, o segundo mantinha obrigação de defender o clube por cento e vinte e seis dias ganhando mensalmente seis mil cruzeiros e gratificações de trezentos cruzeiros por vitória.<sup>419</sup>

Segundo Marinho e Mesquita — atletas paraenses que atuaram no futebol profissional local — havia, por parte dos dirigentes dos clubes, estratégia de se beneficiar do jogador da terra, na medida em que se estabelecia um “contrato de gaveta”, ou seja, um contrato em branco assinado pelo jogador, pois quando este ganhava projeção o presidente preenchia o prazo de contratação para se beneficiar com as negociações que surgissem.<sup>420</sup>

Essa relação de poder dentro do campo futebolístico denunciava outra medida de controle dentro do futebol brasileiro, “o passe”, um vínculo que prendia o atleta ao clube, portanto, o profissional da bola não era dono do seu instrumento de trabalho, aspecto que mesmo com as leis criadas não conseguiram solucionar.

Afonsinho foi um dos jogadores que na década de 70 lutaram na justiça do trabalho para conquistar a liberação de seu “passe”, mas sua experiência não representa nesse contexto um retrato da realidade das condições dos jogadores no futebol brasileiro. Para Franco, as reivindicações surgidas na década de 60 com o jogador Kopa, na França, e Afonsinho, no

<sup>417</sup> Cf. Ata da reunião da Junta Governativa, 15/12/1970, p.32.

<sup>418</sup> DAMATTA. A bola corre mais que os homens, op.cit.,p.127.

<sup>419</sup> Contratos de n. 75493 e 6457 respectivamente, sendo cedido o primeiro pelo próprio jogador e o segundo pela Federação Paraense de Futebol que gentilmente emprestou vários contratos do período em estudo, a escolha pelos contratos em relação ao Clube do Remo ocorreu em função de trazer a possibilidade de comparação entre os mesmos, pois não tive acesso ao arquivo em si onde pudesse fazer a escolha, sendo que os demais contratos que disponho não me possibilitaram fazer os cruzamentos necessários.

<sup>420</sup> Entrevistas, op. cit.

Brasil dez anos depois, transformaram as relações de trabalho no futebol à medida em que o profissional da “pelota” passou a “estar ligado ao clube apenas por um contrato de trabalho de duração limitada”.<sup>421</sup>

Porém, o mesmo autor nos adverte para a complexidade dessa mudança, pois se a medida beneficiava os grandes craques que eram “procurados por vários clubes, passaram a ter melhores condições de negociar sua força de trabalho, o mesmo não acontece com a imensa maioria, se antes tinha mobilidade reduzida, por outro lado contava com relativa estabilidade de emprego [...]”<sup>422</sup>

Na capital paraense temos o reflexo dessa situação, porque não foi encontrado na Justiça do Trabalho nenhum processo de jogadores exigindo “Passe Livre” contra seus clubes. Outro detalhe que nos ajuda a compreender essa ausência é a indicação no depoimento do ex-jogador Mesquita, da condição marginal dada pelos clubes ao atleta que exigisse seus direitos fora do âmbito desportivo. Guilherme Guerreiro também afirmou haver da parte dos atletas a ação de não se confrontar com seus dirigentes na instância jurídica.<sup>423</sup>

Não era somente a preocupação de perder seus empregos e ficar mal vistos no mercado de trabalho esportivo que contribuía para que a maioria dos atletas não procurasse a Justiça Trabalhista, a dependência de favores entre dirigentes e jogadores também era um fator responsável.

[...] Muita das vezes uma relação de pai para filho, ele {Manoel Ribeiro} era exigente, mas ao mesmo tempo um paizão, quando precisávamos resolver algum problema, ele resolvia sem problemas. {Mesquita}

[...] Era uma relação fácil, quando precisávamos levar nossas esposas e filhos no médico o clube oferecia seu medico que nos atendia muito bem. Dirigentes que cumprem com a palavra e que são corretos são difíceis, {sic} mas como esquecer do Dr. Paulo Mota {pediatra}. {Marinho}

Atleta China – Face ao desejo que o marginado demonstrou de voltar ao Remo, recebendo a metade de Crs 4.100,00 de seu crédito e Crs 750,00 mensais [...]. Aprovar as condições para sua volta ao clube, isto é, a partir de 01/01/71, quando deixará o Belém, pagamento de 50% dos seus créditos, e de cujo valor descontar-se-ão os vales que possui, passe em branco, assinado em favor do Clube do Remo.  
424

<sup>421</sup> Cf. FRANCO, op.cit.,p.121.

<sup>422</sup> Idem.

<sup>423</sup> Dados apresentados em entrevistas, op.cit.

<sup>424</sup> Cf. Ata da reunião da Junta Governativa, 10/11/1970, p.17 e 17/11/1970, p.20.

Fato interessante nos depoimentos é a lembrança da figura do patrão pelos jogadores, pois Manoel Ribeiro e Paulo Mota são rememorados como “pai”. Não há a indicação de uma relação conflituosa, pelo contrário, o que se apresenta é um paternalismo entre os mesmos.

O paternalismo na acepção de Chalhoub implica numa “relação bastante estreita entre patrão-empregado [...]”, mas tendo aquele um papel de protetor e orientador de seus empregados. Sendo justamente dentro dessa perspectiva que se observam os depoimentos acima.<sup>425</sup>

Contudo, essa harmonia não pode servir de explicação geral, pois dentro do campo desportivo o relacionamento entre atletas e dirigentes não se dava de forma igual. Além disso, ocorriam muitos conflitos internos entre esses sujeitos. Nesse sentido, o jogador Mura, atuando pelo Paysandu Sport Club serviu de notícia na imprensa paraense ao não aceitar a concentração de 48 horas imposta pelo clube, pois alegou que no seu contrato estava estabelecida apenas 24 horas antes de qualquer partida. A sua não apresentação no Hotel Santa Alice, local de concentração, provocou seu afastamento da equipe naquele momento.<sup>426</sup>

Roberto Bacuri, jogador do Paysandu, causou muita polêmica ao declarar nas emissoras de rádio local que o gerente Cândido Neiva pouco mandava e nada fazia dentro do clube, além disso, havia se recusado a tomar parte da delegação a Macapá por causa do não recebimento de um vale. Sua “indisciplina” resultou em uma multa de 40% de seu ordenado. Em resposta, o vice-presidente do clube, Eduardo Barbosa, afirmou num jornal da capital que o jogador era apenas um empregado do time e caso não retornasse ao mesmo poderia ser dispensado, pois havia muitos jogadores de boa qualidade.<sup>427</sup>

No Remo, um caso interessante foi do goleiro François, que liderou greve no plantel profissional azulino, incitando alguns jogadores a voltarem aos treinamentos somente após o pagamento dos salários atrasados. Além de exigir renovação contratual, mediante salário mensal de NCr\$ 1.000,00 e luvas de NCr\$ 8.000,00. Essa postura causou, por parte da direção, a atitude inicial de colocar seu passe à venda para o 13 de Campina Grande por 15 mil cruzeiros novos. Porém, o jogador pediu retratação enviando uma carta com pedido de desculpas e reconsideração de sua venda, caso que motivou muitas discordâncias entre os

---

<sup>425</sup> Cf. CHALHOUB, Sidnei. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.120.

<sup>426</sup> Cf. A Província do Pará, 08/08/1973, 2º caderno, p.09.

<sup>427</sup> Ibid., 06/04/1977, 2º caderno, p.12.

conselheiros, mas o desfecho acabou sendo favorável ao atleta que recebeu punição de 60% de desconto do seu salário e afastamento da delegação que se encontrava viajando.<sup>428</sup>

Carlos Humberto Lopes Martins, “o guerreiro”, fez forte pressão diante da diretoria da Tuna Luso Brasileira para ser liberado para outros clubes, pois, segundo entrevista concedida à imprensa local, o relacionamento dentro do local de trabalho não seria mais favorável ao atleta que se sentia prejudicado, principalmente quanto às gratificações e ao salário que vinha recebendo naquela agremiação.<sup>429</sup>

Nos exemplos acima, temos diversos motivos de conflitos entre jogadores e os representantes dos clubes paraenses, aspectos que demonstram a complexidade das relações de trabalho entre os sujeitos no campo desportivo paraense, pois nessas negociações estava definido o poder que ambos exerciam. Sem dúvida, que cabia ao “patrão” tomar as medidas coercitivas, porém, do lado dos “trabalhadores” descontentes havia clareza de seus direitos e do poder que exerciam naquele ambiente de trabalho.

As punições estabelecidas pelos dirigentes dos clubes aos atletas enquadram-se dentro de uma concepção de trabalho burguês, cujo princípio estabelece “a disciplina, a dedicação e a competência profissional” como meio necessário para o sucesso dos clubes na competição.<sup>430</sup>

Para uma melhor compreensão do poder exercido por atletas que se destacavam nos gramados paraenses, convém destacar a relação entre a diretoria remista e o jogador Alcino, que, por diversas vezes foi multado por indisciplina e ameaçado de ser vendido, como nos revelam abaixo duas das várias fontes existentes sobre o caso.

Atleta Alcino – tendo em vista os argumentos apresentado pelo vice – presidente de futebol, [...] a respeito da decisão tomada por aquele setor que originou a suspensão do contrato do marginado, este conselho diretor decidiu ratificar do setor de futebol, estabelecendo que a suspensão em referência irá até o dia 18-1-72, início das férias[...] bem como o passe do referido profissional será colocado à venda.<sup>431</sup>

Atleta Alcino – tomar conhecimento da carta endereçada à presidência do CODIR, pelo atleta à margem, [...] datada de 03 do mês em curso, na qual solicita uma nova oportunidade para defender o Pavilhão Azulino, uma vez que se encontrava suspenso por falta disciplinar [...], havendo o Conselho Deliberativo aprovado a resolução tomada concedendo o perdão.<sup>432</sup>

<sup>428</sup>Cf. Ata do Conselho Diretor do Clube do Remo, 19/01/1970, p.28; 16/02/1970, p.34; 02/03/1970, p.48; 09/03/1970, p.152-153; 17/03/1970, p.155-156.

<sup>429</sup> O referido jogador começou sua carreira no Castanhal e depois jogou um ano pelo Vitória da cidade de Capanema, indo posteriormente para a seleção local, onde foi tricampeão do interior. Em 74, foi trazido por um cunhado do treinador Miguel Cecim, e ingressou na Tuna Luso Brasileira. Cf. A Província do Pará, 22/08/1976, 2º caderno, p.9.

<sup>430</sup> Para enfatizar essa questão me apoiei no trabalho de Chalhoub já mencionado no texto.

<sup>431</sup> Cf. Ata da 41ª Reunião do Conselho Diretor do Clube do Remo, 24/10/1972, p.15.

<sup>432</sup> Ibid., 07/11/1972, p.21.

Alcino, natural do Rio de Janeiro, veio para o futebol paraense na década de 1970, onde se tornou o “maior” ídolo da torcida remista. Assim como os demais jogadores citados anteriormente, também exigia seus direitos e se utilizava de mecanismos próprios para permanecer no clube quando se envolvia em atos de “indisciplina”.<sup>433</sup>

Mas a sua condição de ídolo diante da imprensa, da torcida e da própria diretoria do clube o deixava numa situação privilegiada dentro do campo desportivo. São exemplos inúmeras matérias jornalísticas destacando seu potencial dentro de campo, a exigência da torcida por sua escalação, pela venda de seu passe, pela flexibilidade da direção diante de seus atos de indisciplina e a euforia nas arquibancadas gritando seu nome.<sup>434</sup>

O significado de um atleta assumir papel de “ídolo” dentro do campo esportivo decorre no entendimento de DaMatta “de sua posição num campo situado como festivo e ocioso que, com o advento da especialização e do profissionalismo, passou ser ‘obrigação’ e ‘trabalho’.”<sup>435</sup>

A importância de Alcino para o futebol paraense não estava representado apenas naquelas manifestações, mas na voz do torcedor paraense que durante uma enquete sobre a venda do craque assim se manifestou:

Acho que nenhum grande craque nosso deve ser vendido. Seja Alcino, Mesquita, Cuca ou Rosemiro. Eles são bacanas e devem ficar na terrinha mesmo. Se a gente vender esses craques vai ser difícil comprar outros do mesmo nível. Não importa a questão do dinheiro, nossos clubes deviam pagar para que esses jogadores não fossem embora e não vendê-los. {Maria de Lourdes – caixa de supermercado}<sup>436</sup>

Eu sou Paissandu doente, mas acho que o negão Alcino não deve ser vendido para times do Sul; apesar de acreditar no seu sucesso por lá. Se o negão tiver que ser vendido, seria uma boa o Paissandu o comprar, pelo menos a galera do alvi - azul ia respirar mais aliviada. Só uma coisa não deve acontecer: o motora ser vendido para outros clubes, que não sejam do Pará. Afinal, o negão já é patrimônio. {José Teixeira – proprietário da banca de jornal}<sup>437</sup>

O reconhecimento do “trabalho” desempenhado pelo atleta nos gramados paraenses e em outras competições com as cores azulinas pela sociedade paraense, sem dúvida, contribuía

<sup>433</sup> Muitas histórias ilustram o jeito “moleque” do jogador como: chegar atrasado nos treinos, faltar treinos, chegar embriagado nos dias de jogos etc. Porém, Mesquita afirmou em entrevistas que apesar de sua indisciplina, sabia perfeitamente o que fazia e, na hora de resolver uma partida sempre se destacava e correspondia em campo, Marinho e Neves também fizeram comentários semelhantes.

<sup>434</sup> Cf. “Os tempos mudaram no clube de Alcino?”. A Província do Pará, 25/07/1974, p.11; “Torcida azul não vibrou faltava Alcino”. A Província do Pará, 28/04/1975, p.4 “Alcino deve se vendido”. A Província do Pará, 23/12/1975, p.15, 10/12/1976, p.16, 28/12/1977,

<sup>435</sup> Cf. DAMATTA, op.cit., p.119.

<sup>436</sup> Cf. “Na boca do povo”. Revista Gol. Ano I, n. 13. Nov., 1975.

<sup>437</sup> Ibid.

para sua permanência dentro do clube, bem como de sua valorização perante outras praças desportivas do futebol nacional. Embora ele seja o maior exemplo no contexto estudado, como já demonstramos, outros profissionais do ramo utilizavam-se dessa condição para reivindicar e negociar o seu instrumento de sobrevivência.

Simoni Guedes nos informa que os “craques” passam por uma transformação na medida em que se tornam “superpessoas sendo constantemente medidas e (hierarquizadas) pelo valor de seus passes, ou seja, o direito de usufruir de suas habilidades no campo de futebol”.<sup>438</sup>

Essa condição permitiu a denominada “inversão social”, na medida em que esses profissionais da “pelota” exerceram poder dentro do campo futebolístico paraense. A condição de craque tornava necessárias suas permanências nos clubes seja para manter os títulos, mesmo que fosse para negociá-los com grandes clubes afim dessas agremiações obterem uma quantia elevada sobre seus passes.<sup>439</sup>

Dentro do quadro apresentado sobre as relações de trabalho no futebol paraense, observamos que a legislação desportiva criada no contexto analisado foi marcada por tensões e contradições, principalmente no que se refere a sua aplicação. Ainda de maneira sucinta, foi demonstrado o descompasso entre essa legislação e a CLT. Os litígios entre jogadores e os dirigentes dos clubes em sua maioria não envolviam o poder público, pois uma rede complexa se estabelecia entre esses indivíduos.

---

<sup>438</sup> GUEDES, op.cit., p.132.

<sup>439</sup> Sobre essa idéia ver o trabalho de FONTES, Edilza Joana de Oliveira. O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústrias as panificação e a legislação trabalhista {Belém 1940-1954}. Belém: Paka-Tatu, 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nelson Rodrigues, um dos grandes intérpretes do futebol brasileiro emprestou sua genialidade literária pra decifrar a sociedade brasileira a partir daquilo que ele denominava como um dos maiores deleites da vida em sociedade no século XX, o futebol.<sup>440</sup> Os folhetins literários de Rodrigues seriam mais um dos inúmeros testemunhos deixados para perpetuar a trajetória histórica que esse esporte alcançou na cultura brasileira a partir de sua transformação em esporte “das massas”.

Em Belém do Pará, o futebol também conseguiu projeção evidente na sociedade, à medida em que foram surgindo os clubes da “fina flor” da elite paraense no início do século XX, expandindo-se para os bairros da capital nos disputadíssimos festivais esportivos, bem como para o interior da capital nos campeonatos locais e mais tarde nos intermunicipais.

Nas letras também tivemos ilustres homens que empregaram a beleza de suas formas e estilos literários para ilustrar uma poesia futebolística, a exemplo de Antônio Tavernard que em sua “Epopéia Azul” invoca os elementos mágicos para alcançar a genialidade que recobria sua preferência clubística.

È com essa natureza quase “divina” que nos deparamos na construção dessa dissertação, pois como classificar uma prática fortemente disseminada em nossas vidas? Negar isso seria ir contra o percurso histórico, embora saibamos dos limites de nossas afirmações.

Foi justamente com essa perspectiva estabelecida que nos aventuramos primeiramente nos significados intrínsecos entre futebol e ditadura no Brasil, um contexto social e uma prática cultural, ambos entrelaçados pela dimensão das relações políticas expressas diante do desejo de reafirmação do regime em vigor pelas autoridades políticas, com ampla participação civil, mas sem esquecer do significado que o futebol comportava nesse momento na sociedade brasileira.

Feito isso, era a vez de partir para o campo mais “restrito” de análise, não menos importante, pois nos interessava juntar o quebra-cabeça para dar vida aos sujeitos que historicamente construíram suas experiências no campo futebolístico paraense.

Nessa tentativa, esboçamos os rastros deixados pelos fios das trajetórias humanas para chegarmos ao trampolim que demarcou as vias possíveis e perigosas da análise. Então, era

---

<sup>440</sup> Para uma compreensão da literatura produzida por Nelson Rodrigues sobre o futebol brasileiro ver o excelente trabalho de MARQUES, José Carlos. O futebol em Nelson Rodrigues: o óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2000.

chegada a hora de afirmar diante das evidências nem sempre claras o significado do futebol na sociedade paraense.

O sentido desse esporte perpassa vários âmbitos, seja o social, o cultural, o político e o econômico, à medida em que os indivíduos se integram como elementos ativos do processo de construção de uma dada realidade que já não é em si mesma única, mas revela-se dentro de múltiplas vias de percepção.

Assim, o futebol na segunda metade do século XX já figurava como uma prática do cotidiano do paraense seja nos dias de jogos, principalmente Re x Pa, seja acompanhando seus clubes de preferência nos treinos ou ligado nas notícias dos jornais e, principalmente, das programações esportivas das rádios locais. À medida que a imprensa esportiva atuou enquanto divulgadora desse esporte e foi de extrema relevância para a criação da rivalidade entre dois clubes da terra, o futebol em Belém ganhou maior popularidade e até destaque nos campeonatos nacionais.

Embora o destaque dos jornais tivesse como aspecto central as “pelejas” entre Clube do Remo e Paysandu Sport Club, não significa que a imprensa esportiva deixasse de comentar sobre os demais clubes e campeonatos existentes nesse contexto, como por exemplo, a atuação da Tuna Luso Brasileira, do Liberato de Castro, Avante, Castanhal, etc. Ainda havia o Campeonato Intermunicipal, que recebia muito elogio por parte da crônica paraense. Através desses detalhes foi possível perceber que o “bolapé” não se constituía numa ocupação somente dos belenenses, mas alcançava a vida dos paraenses no interior do Estado.

Dentro desse quadro, vimos à importância de se construir um estádio estadual na capital paraense, projeto que envolveu vários sujeitos ligados à política paraense, e ao campo desportivo local. As relações entre esses sujeitos resultaram, em vários momentos, em conflitos que iam desde o lugar onde deveria ser construído o estádio, a política adotada pelo governo do Estado, até a denominação do mesmo. Embates que demonstravam não apenas interesses políticos, mas, principalmente, o desejo de dotar Belém de um espaço capaz de trazer desenvolvimento ao esporte, em especial dar maior visibilidade ao futebol da terra.

Essas questões foram percebidas também nas relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos com a criação da FPF, pois entre divergências e conciliações o que estava em jogo era o desenvolvimento do futebol paraense.

Indo para o campo de análise relativo às relações de trabalho no âmbito futebolístico, foi possível, a partir das ações empregadas dentro da esfera jurídica do Estado, a observação de medidas adotadas tanto pelo Presidente da República, bem como pelos demais indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com o futebol no Brasil. Ações que priorizavam a

disciplina dos profissionais da bola e ao mesmo tempo “asseguravam” a essa categoria, “direitos” trabalhistas. A ação de maior expressividade foi a polêmica Lei do Passe Livre, que apesar de ter surgido antes dos governos militares, tornou-se nesse contexto uma medida central na pauta desportista nacional e nos acirrados debates dentro do campo desportivo.

Na prática, essas leis não alcançaram o objetivo desejado a medida em que alguns atletas denunciaram na imprensa e na Justiça Trabalhista os abusos cometidos dentro dos clubes e exigiam o “Passe Livre” e pela incompatibilidade das leis com o cotidiano desses trabalhadores. Em se tratando das relações de trabalho estabelecidas entre os atletas e os clubes paraenses, foi possível averiguar a inexistência do pedido de “Passe Livre” na justiça “comum” durante a primeira metade dos anos 70, momento em que vários jogadores do eixo Rio-São Paulo entraram na Justiça do Trabalho contra seus clubes, exigindo vários direitos.

Esse indicativo nos levou a perceber que a ausência não se aplicava somente a essa questão, pois durante o período analisado um número reduzido de profissionais da pelota entrou na Justiça do Trabalho exigindo seus direitos, bem como não estabeleceram organização sindical. Isso certamente se explica pela dificuldade que muitos atletas encontravam em conseguir espaço dentro dos clubes da capital paraense, em especial aqueles atletas oriundos do interior do estado, o paternalismo existente entre os dirigentes e alguns atletas dentro dos clubes, ausência de “consciência de classe”, salários elevados para os jogadores de renome nacional, etc.

Embora não se configurasse dentro do campo futebolístico no Pará a formação de uma organização coletiva entre os trabalhadores do futebol, vimos ao longo da análise como os sujeitos se envolviam em litígios com seus clubes, negociando na medida do possível suas habilidades desportivas e exigindo seus direitos. Portanto, diferenças consideráveis estiveram permeando as relações de trabalho no futebol paraense, configurando-se numa teia complexa onde tanto os dirigentes quanto os jogadores atuaram como sujeitos principais da trama histórica.

Nesse sentido, futebol e sociedade vêm, ao longo do tempo, caminhando lado a lado expressando trajetórias coletivas e individuais como podemos perceber nas manifestações dos sujeitos que apaixonadamente emprestavam suas feições nas arquibancadas dos estádios paraenses, nos gramados, nas ruas em comemoração, nas páginas dos jornais, nas tribunas esportivas, nos tribunais trabalhistas, na câmara municipal. Espantem-se aqueles que pensam que o futebol só serve aos políticos como instrumento de promoção de suas imagens e governos, pois vimos como tem sido tênue a fronteira que separa a paixão e a política dentro do esporte brasileiro.

## FONTES

### CONTRATOS

Federação Paraense de Futebol n. 75493  
Cedido por Marinho n. 6457

### JORNAIS

A Província do Pará, 1964-1978  
Bandeira 3 .PA, 1975  
Folha do Norte. PA, 1970  
Folha Vespertina. PA, 1964- 1972  
O Estado do Pará, 1978  
O Liberal. PA, 1968, 1970, 1971, 1974, 1975, 1978

### MANUSCRITOS

Processos trabalhistas {1975 -1978}, Arquivo da 8ª Região do Trabalho.  
Atas - Conselho Diretor do Clube do Remo {1970 – 1975} e Federação Paraense de Futebol {1970}

### ORAIS/ ENTREVISTAS

Cláudio Guimarães  
Guilherme Guerreiro  
Mário de Assunção Carvalho  
Raimundo Nonato Mesquita  
Roberto Bacuri

### REVISTAS

Contexto  
Gol  
Placar,  
O Azulão  
Veja

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “O futebol nas fábricas”. In. Dossiê Futebol. *Revista USP*, n.22, jun., jul., ago. 1994, p.102-109.
- AQUINO, Rubim S. Leão. *Futebol uma paixão nacional*. São Paulo: Zahar, 2002.
- AGOSTINO, Gilberto. “Aquela Corrente pra frente”. In *Revista nossa História*, ano 2, n.14, dez., 2004, p.14-20.
- ALMEIDA, João Daniel de Lima e SANTORO, Mauricio. A diplomacia dos gramados. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano1, n.7, jan., 2006, p.36-41.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. *Carro- zero e pau – de – arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, v.4,1998.
- ARAÚJO, Rafael Gomes. *A Copa de 1970 na Imprensa Paraense*. 2008. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. São Paulo: Edusc, 2004,
- BALLER, Leandro. *Imagem Fotográfica: possibilidades de análise em história*. Disponível em: [http:// www//A:/ historia e – historia .htm](http://www//A:/historia e – historia .htm). Acesso em: 01.set.2006.
- BARBOSA, Atila Magno e Silva. *O futebol enquanto exemplo da identidade cultural brasileira*. Dissertação de Mestrado, Belém-Pa, 2000.
- BARRETO, Túlio Velho. “A Copa do Mundo no jogo do poder”. In. *Revista Nossa História*, 2004.
- BARROS, João de Jesus de Souza. *História e memória do futebol em Portel*. 2001. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Breves, 2001.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002
- \_\_\_\_\_, *O campo científico*. In: Ortiz, Renato (org), 1986.
- BURKER, Peter. “*O que é História Cultural*”. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CABRERA, Miguel Angel. “Introdução”, “Los antecedentes: de la historia social a la nueva historia cultural” e “Um nuevo orden del dia para la investigación histórica”. In. *Historia, Lenguaje y Teoría de la Sociedad*. Madrid, Cátedra, 2001.
- CALDAS, Waldemyr. “Aspectos Sócio-políticos do Futebol brasileiro”. In. Dossiê Futebol: *Revista USP*, n. 22, 1994.
- CAPINUSSÚ, José Maurício. *Comunicação e transgressão no esporte*. São Paulo: Ibrasa, 1997.
- CARRANO, Paulo César R. (Org.). *Futebol: Paixão e Política*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- CARVALHO, Murilo de. “*Cidadania no Brasil - o longo caminho*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 2001.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COELHO, Geraldo Mártires. O espelho de Clio. In. *O violino de ingres: leituras de história cultural*. Belém: Paka – Tatu, 2005.

COSTA, Ferreira. *Enciclopédia do Futebol Paraense*. Belém: Cabano, 2000.

\_\_\_\_\_. *Papão: o rei do Norte*. Belém - Pa: Contexto, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

CHALHOUB, Sidnei. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CRUZ, Ernesto. *História do Clube do Remo*. Belém, 1968.

DAMATTA, Roberto. “O futebol é a maior escola de democracia” In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, nº. 7, 2006,p.42-47.

\_\_\_\_\_. *A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

\_\_\_\_\_. “Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social”. In. *Explorações*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. “Antropologia do óbvio”. In. *Dossiê Futebol: Revista USP*, n.22, jun., jul., ago. 1994, p.10-17.

\_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro. Rocco. 1991.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e estética. Disponível em < <http://www.Scielo.br/> > Acesso em: 20. maio.2008, p.82

DAOLIO, Jocimar {org.}. *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DOUGAN, Andy. *Futebol & Guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dínamo na kiev ocupada pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FAUSTO, Boris. “O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964 – 1985):” In. *História Concisa do Brasil*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2001.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústrias as panificação e a legislação trabalhista {Belém 1940-1954}. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCO JÚNIOR. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. “Quando a pátria calçou chuteiras”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, nº 7,2006,p.18-23.

\_\_\_\_\_. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FEBVRE, Lucien. “Viver a história”. *Combates pela história*. Volume I, Lisboa: Editora Presença, 1979.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASKELLI, Ivan. História das Imagens. In. *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.). São Paulo: Unesp, 1992.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. “Do bola-pé ao Rex PA: A popularização do futebol em Belém- do – Pará (1931-1941)” 2003. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2003.

\_\_\_\_\_. *Diversão, rivalidade e política: o RexPa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUEDES, Simoni Lahuad. Malandros, caxias e estrangeiros no Futebol: de heróis e anti-heróis. In. *O Brasil não é para participantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois/* (orgs) Laura Graziela Gomes, Livia Barbosa, José Augusto Drumond. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: “dos revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. São Paulo: Edusc, 2004.

GURIÊVITH, Aaron. “Conclusão”. *A síntese histórica e a escola dos annales*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HARDMAM, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo, 3ª edição, Unesp, 2002.

HOBSBAWM, Eric e TERENCE, Ranger. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Bernado B. Buarque. “Dos engenhos de açúcar aos campos de futebol: A crônica esportiva em José Lins do Rego”. In. *História em cousas miúdas*. Campinas. Unicamp, 2005.

LEAL, Expedito e RIBEIRO, Ramayana. *Leão Centenário*. Belém – Pa: Alves, 2005.

LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

LEIS DO ESPORTE E ESTATUTO DO TORCEDOR. Manole, São Paulo, 2003.

LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In. REVEL, Jacques (org) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOPES, Sérgio Leite. “A vitória do futebol que incorporou a pelada”. In: Dossiê Futebol: *Revista da USP*, n.22, jun., jul., ago., 1994, p.64-79.

\_\_\_\_\_. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. In. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. BATALHA, Cláudio H; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre(orges.). Campinas: Unicamp, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky. (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

MAGALHÃES, Sandra Letícia Ferreira. *Futebol é coisa de mulher*. 2005. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2005.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siliciano, 1995.

MARQUES, José Carlos. *O futebol em Nelson Rodrigues: o óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2000.

MELLO, Victor Andrade de. Cinema e esporte: diálogos entre linguagens na modernidade. In. BARROS, José. (org.). *Cinema – história*. Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, Victor Andrade de e ALVES, Edmundo de Drummond Júnior. *Introdução ao lazer*. Barueri – SP: Manoele, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura”. In. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. São Paulo: Edusc, 2004.

MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MOREIRA, Ana Maria Leal. “*Tem fotografo aqui*”: *Repórteres Fotográficos e Ditadura Militar em Belém (1964 – 1975)*. 2004. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2004.

MONTEIRO, Sinei Soares. *Identidade e Cultura no Cotidiano das Torcidas Organizadas de Futebol do Clube do Remo*. 2005. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Pará. Belém, 2005.

MURAD, Maurício. “Futebol com jeito e arte”. In. *Revista Nossa História*, 2006, p.54-57.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha no Brasil: uma crítica a tese do “suicídio revolucionário em voga nos anos 80 e 90”*. In: Revista Cantareira. n.5. v.1, ano 02, 2004.

OLIVEIRA, Manoel. *Tuna: sua vida e glória*. Belém – Pa, 2003.

NORMANDO, Tarcísio. “*O futebol como objeto de investigação acadêmica*”. Disponível em: <http://www.efdesportes.com>. Revista Digital Buenos Aires, ano 8. n.58. Acesso março de 2003.

PEREIRA, Leonardo A.M. *Footbalmania: uma história Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, Leonardo A.m.; CHALHOUB, Sidnei. “Os jogos dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro”. In. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Corações em Ação*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 1, n. 7- Jan. 2006,p.24-29.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós- 1964*. Belém: Paka – Tatu, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar no Brasil: uma incomoda memória. In: *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv.148.htm>.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O Brasil republicano: o tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle – epoque (1870 – 1912)*. Belém: Paka-tatu, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. “Futebol: Metrôpoles e Desatinos” In. *Dossiê Futebol: Revista USP*, n.22, jun., jul., ago. 1994, p.30-37.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In. *A Escrita da História: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

TOLEDO, Henrique. *Transgressão e violência entre torcedores de futebol*. In. *Dossiê Futebol, Revista USP*, n. 22, 1994, p.93-101.

WITTER, José Sebastião. *O que é futebol*. São Paulo: Brasiliense, 1990.